



CENTRO DE COMPETÊNCIA DE ARTES E HUMANIDADES

MAR CRUZADO E TERRA BILINGUE

Uma Breve Abordagem Sociolinguística das Línguas de Cabo Verde



Fonte: Internet

António José Alves Pereira
n.º 2103011

Mestrado em Estudos Regionais e Locais

Orientador: Prof. Doutor Thierry Proença dos Santos

FUNCHAL, 2015

A língua e a cultura de cada comunidade linguística devem ser objeto de estudo e de investigação a nível universitário.

Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996, artigo 30.º)

Devemos esforçar-nos mais para distribuir materiais e livros tão ampla e justamente o quanto for possível, para que todas as pessoas – crianças, acima de tudo – possam ler na língua que escolherem, incluindo sua língua materna. Isso também pode impulsionar o progresso em direção a todas as metas do Educação para Todos até 2015.

Extrato da Mensagem de Irina Bokova, diretora-geral da UNESCO, por ocasião do Dia Internacional da Língua Materna, em 21 de fevereiro de 2013.

O Atlântico é não só o mar que, diariamente, nos banha, mas é também um forte elo de ligação entre os arquipélagos dos Açores, Canárias, Cabo Verde e Madeira. Temos uma história comum e como ilhas vivemos situações idênticas. Somos eternos viajantes saudosos, em espaços universais. A História, riqueza dos nossos arquivos, é testemunho do passado; possibilita-nos no presente iniciativas que fazem recordar ao mundo quem somos, como etapa gloriosa de um tempo que nos exalta não como destinos turísticos apenas, mas marcos vivos, a meio do Atlântico.

João Carlos Nunes Abreu
Secretário Regional do Turismo e Cultura da Madeira, em 1987.

Agradeço:

- Aos meus familiares, já falecidos, que me proporcionaram a possibilidade de viver, trabalhar e estudar em Cabo Verde, na viragem da década de oitenta para a de noventa do séc. XX, uma experiência de vida que motivou a presente abordagem;
- Aos meus colegas da turma 2º Ciclo do Curso de Mestrado em Estudos Regionais e Locais, iniciado em 2011/12, na Universidade da Madeira, companheiros de longas noites, a quem agradeço a amizade, os bons momentos partilhados nas aulas e apresentação de trabalhos individuais e/ou em grupo;
- A todos os Professores que orientaram a parte curricular do Curso de Mestrado e me proporcionaram apoio e conhecimento fundamental;
- A todos aqueles que, no decurso deste trabalho, colaboraram comigo, fica aqui registada a minha gratidão.

Resumo

O objetivo da presente dissertação de Mestrado consiste em refletir sobre o conjunto das representações e atitudes dos cabo-verdianos perante as línguas: o Crioulo e o Português. Como surgiu o Crioulo cabo-verdiano (daqui em diante **Ccv**)? Em que medida se pode falar da sua unidade e diversidade? Qual o futuro dessa língua nacional? Como convive com a Língua portuguesa (**Lp** daqui para frente), a língua oficial do país? Na verdade, pretendo retratar, usando os dados de todos conhecidos, a situação sociolinguística de Cabo Verde, sabendo-se que esse Arquipélago, situado ao largo da costa ocidental da África, era desabitado até à chegada dos portugueses no século XV. Com a colonização e importação de escravos do continente, desenvolveu-se no Arquipélago uma língua crioula de base lexical portuguesa, que é hoje a língua materna da grande maioria dos seus habitantes. Este “olhar de fora” sobre a situação linguística cabo-verdiana, elaborado por um estrangeiro não-residente em Cabo Verde, fruto da investigação desenvolvida no âmbito do mestrado em Estudos Regionais e Locais, tem como objetivo questionar o presente e o futuro do convívio entre o Crioulo e o Português nessa sociedade e cultura insulares de conformação mestiça. Para o efeito, o estudo faz um levantamento de algumas questões associadas a esta área da Linguística (Sociolinguística e Política linguística) e dos resultados da investigação ressaltam o bilinguismo com diglossia e o debate aceso entre alguns intelectuais falantes do Crioulo, em torno da oficialização da língua materna em paridade com a língua portuguesa, passados que foram trinta e oito anos (1975-2014), após a independência política do arquipélago de Cabo Verde.

Palavras-chave: Crioulo, Cabo Verde, Bilinguismo, Sociolinguística, Política linguística.

Abstract

The purpose of this Master's dissertation is to reflect on the set of representations and attitudes towards Cape Verdeans's languages: Creole and Portuguese. How did the Cape Verdean Creole appear? To what extent can one speak of their unity and diversity? What is the future of the national language? How to live with the Portuguese, the official language of the country? In fact, I intend to portray, using data from all known, the sociolinguistic situation of Cape Verde, knowing that this archipelago, situated in the west coast of Africa, was uninhabited until the arrival of the Portuguese in the fifteenth century. With colonization and the importation of slaves from the mainland, the archipelago developed a language Creole Portuguese lexical base, which is now the native language of the majority of its inhabitants. This "look out" on the linguistic situation of Cape Verde, prepared by a non-resident alien in Cape Verde, the result of research carried out within the Masters in Regional and Local Studies, aims to question the present and future of interaction between Creole and Portuguese society and culture in this island with conformation hybrid. This study is a survey of some issues associated with this area of Linguistics (Sociolinguistics and Language Policy) and the research results emphasize bilingualism with diglossia and an excited debate among some intellectuals Creole speakers, around the official mother tongue in parity with the Portuguese language, thirty-eight years (1975-2013) passed, after the political independence of the archipelago of Cape Verde.

Keywords: Creole, Cape Verde, bilingualism, sociolinguistics, language policy.

Índice

Agradecimentos	ii
Resumo	iii
Abstract	iv
I – Introdução	1
1. O caso do Crioulo de Cabo Verde	3
2. O processo de formação da língua crioula	5
3. O Crioulo, uma língua historicamente desconsiderada	10
4. O Crioulo, uma língua reconsiderada?	16
5. Metodologia a estrutura da dissertação	18
II – Quadro de análise e pressupostos teóricos	21
1. Sociedades e Culturas Insulares: a Macaronésia	21
2. Relações históricas entre a Madeira e Cabo Verde	25
3. Regulação da diversidade linguística em territórios insulares	30
3.1. O “snobismo inverso” em insulares de Martha’s Vineyard	34
3.2. O despontar das línguas crioulas	35
3.2.1. O multilinguismo das ilhas Maurícias	37
3.2.2. As línguas oficiais e de trabalho de Timor Leste	41

3.2.3. O Crioulo do Havai: a emergência de uma língua quase em direto	45
3.2.4. O Paiamento de “ABC” e o Forro de S. Tomé e Príncipe	47
3.3. Considerações finais	49
III – Métodos de pesquisa e leitura dos dados coletados	51
1. O meu testemunho pessoal	52
2. Consulta dos meios de comunicação social e internet	62
2.1. Da situação de diglossia à aposta no ensino bilingue : os prós e os contra da oficialização do Crioulo	66
2.2. O centralismo de Santiago contra “regionalistas”?	89
2.3. A diáspora cabo-verdiana	96
3. Entrevistas por <i>e-mail</i>	98
IV – Discussão e conclusões	112
V – Bibliografia	120
Anexos	134

I - Introdução

A ideia deste trabalho começou a tomar corpo durante a frequência da parte curricular do Mestrado em Estudos Regionais e Locais, ministrado pela Universidade da Madeira, no ano letivo de 2011/2012. No âmbito do estudo de temas relativos à disciplina de Sociedades e Culturas Insulares, a questão da convivência ou do confronto de línguas num mesmo espaço insular impôs-se-me naturalmente, visto ter, por experiência própria, assistido a fenómenos vários em territórios (des) colonizados, onde verifiquei mobilidades étnicas e línguas em contacto, umas com função veicular, outras com função identitária, uma como língua materna, outra (s) como língua (s) segunda (s), pequenas comunidades linguísticas inseridas numa comunidade maior de comunicação, a tensão existente entre a língua de prestígio (a do ex-colonizador) e as línguas minorizadas (autótonas).

Oriundo de outras latitudes (Moçambique), tendo vivido em Cabo Verde alguns anos, acabei por fazer a minha vida na ilha da Madeira. Mercê deste conhecimento empírico, pareceu-me pertinente abordar esta questão de línguas em concorrência num território insular, cuja História se fez a partir do povoamento que os portugueses empreenderam no séc. XV (1460, Diogo Gomes e António Nola), com colonos e escravos, africanos e europeus, dando origem a uma sociedade mestiça e à língua crioula. À semelhança do arquipélago da Madeira ou dos Açores, o arquipélago de Cabo Verde era um território desabitado e, no tempo das rotas marítimas, esse grupo de ilhas teve para os portugueses uma importância estratégica no Atlântico, porque representava uma placa giratória por onde passavam bens e pessoas na rede de ilhas e zonas litorâneas dos vários continentes do espaço atlântico. No contexto do império português, esses arquipélagos tinham então uma relação mais estreita. No atual contexto histórico e político, no que diz respeito à República de Cabo Verde e à Região Autónoma da Madeira, a reaproximação parece

passar pelo turismo e pelo interesse que grupos hoteleiros e empresários madeirenses vão manifestando em prol desse novo destino turístico e mercado em crescimento.

Apesar de o processo de povoamento, arroteamento e exploração do território insular seguir praticamente o mesmo modelo, esse fenómeno linguístico não ocorreu na Madeira, provavelmente por duas razões. A primeira prender-se-á com o facto de o seu povoamento se ter feito maioritariamente com homens e mulheres de cepa europeia, ao passo que as ilhas de Cabo Verde foram povoadas predominantemente com indivíduos de ascendência africana pelo viés da escravatura. A segunda terá a ver com o facto de o arquipélago da Madeira não distar muito da Europa, ao passo que o arquipélago de Cabo Verde tem a África como única vizinhança. Desenvolveram-se então sociedades distintas e fenómenos linguísticos particulares. A par da Língua portuguesa, surgiu em Cabo Verde o Crioulo que se desenvolveu paralelamente ao longo dos séculos como um meio de comunicação entre os senhores e os escravos, entre os mercadores e os populares, espécie de língua de repressão que foi, no entanto, reapropriada pelos indivíduos dominados, constituindo-se como língua materna e afetiva, e que, depois da independência do território, se tornou objeto de um difícil mas empenhado processo de padronização¹. Este crioulo apresenta-se, hoje, como um caso raro passível de se tornar uma língua oficial.

Apesar de se tratar de uma questão que não se coloca na Madeira, é fácil perceber a relevância deste tema (a relação do Crioulo de Cabo Verde com o Português) no âmbito dos Estudos de Sociedades e Culturas Insulares, dado levantar várias questões, lembrar diversos condicionalismos e salientar tensões entre múltiplas influências e heranças. À luz do exemplo cabo-verdiano, pontos binómicos como lusofonia e criouldade, africanidade e europeidade, autonomia e independência, identidade monolítica e

¹ Na aceção definida por Maria Helena Mira Mateus e Esperança Caldeira (2007: 80): “Processo de codificação de uma língua, geralmente implementado por autoridades governamentais, que envolve o desenvolvimento de normas ortográficas, gramáticas e dicionários e que visa promover, através do ensino, uma língua tendencialmente nivelada”.

sincretismo cultural, insularidade e continentalidade, permanência e migração, entre outros, ganham novo interesse e apontam para novas soluções socioculturais.

Como tem evoluído a situação linguística na sociedade cabo-verdiana?

É esta a questão de partida a qual vou tentar dar elementos de resposta nos capítulos seguintes, com base numa bibliografia ampla, rica, e até de fácil acesso graças à internet, e em entrevistas realizadas via correio eletrónico com cidadãos cabo-verdianos, de vários horizontes. Desenvolvendo um discurso que articula géneros textuais como o inquérito, a reportagem e o ensaio, procurarei interpretar, na presente abordagem, informações e opiniões colhidas junto de quem viveu ou vive por dentro o problema.

1. O caso do Crioulo cabo-verdiano

Nesta parte introdutória, com vista a uma contextualização do tema em análise, procurarei sintetizar o surgimento do Crioulo no arquipélago de Cabo Verde, enquanto língua mista² – mesclando o Português arcaico a línguas africanas –, que derivou do encontro forçado de populações deslocadas, escravizadas, trazidas para zonas litorâneas ou para ilhas recentemente povoadas, com os seus novos donos e senhores:

De acordo com a definição mais corrente, os crioulos são línguas mistas que surgiram durante o processo de exploração da África, Ásia, Oceânia e América pelas potências europeias. Dessa perspetiva, as línguas crioulas seriam precedidas de um outro tipo de língua mista, ou seja, os *pidgins*³.

² ‘Língua mista’ é uma denominação geralmente aceite, embora alguns linguistas levantem objeções quanto à adequação do termo ‘língua’ a produtos do contacto.

³ DO COUTO, Hildo Honório (2009), *A Questão da Gramaticalização nos Estudos Crioulos*. [Consult. a 24-03-2014] Disponível em:

<http://www.didinho.org/a%20questao%20da%20gramaticalizacao%20nos%20estudos%20crioulos.htm>.

No espaço atlântico, foram os europeus que iniciaram esse processo, sendo que os portugueses foram os precursores na prática de escravizar mouros e depois africanos. No decurso da expansão marítima portuguesa, ao estender a sua influência por esse mundo fora, do Brasil a Timor, passando por regiões costeiras em África, Médio Oriente, Índia e Ásia, a Lp passou a ocupar um espaço descontínuo disperso por todos os continentes, dando origem a vários crioulos, designadamente em África e na Ásia. Com efeito, ao organizarem, durante esse período, quer em zonas litorâneas quer em arquipélagos, diversas atividades como a navegação marítima, o comércio, a administração pública, a evangelização, a guerra e a agricultura, os portugueses protagonizaram diversos tipos de contacto e de interação com as mais variadas populações. Em África, formaram-se então os crioulos de Alta Guiné (Cabo Verde, Guiné Bissau e Casamansa) e os do Golfo da Guiné (São Tomé, Príncipe e Ano Bom). Na Ásia, surgiram crioulos indo-portugueses (Diu, Damião, Bombaim, Cochim...), malaio-portugueses (Malaca, Java, Timor...) e sino-portugueses (Macau e Hong-Kong). Os crioulos de base lexical portuguesa estão bem vivos em África. Na Ásia, a situação é distinta. Alguns dos crioulos referidos extinguiram-se, outros sobrevivem em pequenas comunidades de cerca de milhares de pessoas, regra geral, ligadas à religião cristã (Teyssier, 1990: 243).

De todos os crioulos de base lexical portuguesa, o Cabo-verdiano é provavelmente aquele que teve melhor fortuna, porque se tornou a língua materna da quase totalidade dos cabo-verdianos (mais de um milhão, se somarmos os que estão dentro e fora do Arquipélago) e porque é ainda usada como segunda língua por descendentes de cabo-verdianos que se radicaram noutros países, designadamente Estados Unidos, Senegal, Países Baixos, Luxemburgo, Portugal, França e Itália. Neste sentido, observar o Crioulo de Cabo Verde, a sua história (do séc. XVI ao séc. XIX e do séc. XIX até 2014), a sua relação com a Lp constitui um projeto de estudo desafiante e atual, porque ilustra a problemática intercultural, a gestão de línguas em presença num mesmo país e as opções políticas que ela reclama, com vista a uma maior coesão social e identitária. Os debates que os cabo-verdianos vão alimentando sobre o seu património linguístico (o Português e

o Crioulo), sobre o seu património cultural (à imagem da herança de Luís de Camões e do reconhecimento internacional de uma Cesária Évora), e, finalmente, sobre o seu devir histórico (desde o tempo da administração portuguesa, passando pelo regime de partido único, até se chegar à atual democracia pluripartidária), partem quase sempre dos dilemas que o fenómeno da mestiçagem se lhes impôs. De facto, perspetivar as várias origens étnicas e seus resultados, superar o sentimento de abandono que a indiferença da “metrópole” suscitava, afirmar as inovações linguísticas, culturais e respetivas influências, assim como criar e difundir conhecimento no sentido de desenvolver esse novo país e de fazer dele um interlocutor respeitado no concerto das Nações e nas dinâmicas do mundo globalizado, representam desafios que a moderna sociedade cabo-verdiana tem vindo a equacionar.

2. O processo de formação da língua crioula

Em quase todo o mundo, com destaque para algumas partes de África, sobretudo na África ocidental, no oceano Índico, nas Caraíbas e no Sul do Pacífico, uma quantidade de dialetos, termo tomado aqui na aceção que a sociolinguística lhe confere, isto é, modo particular de uso da língua numa determinada localidade; os *pidgin* e crioulos, são falados por milhares de pessoas. São as chamadas línguas de contacto. Presume-se que alguns desses dialetos decorreram do contacto que tiveram com uma *lingua franca* (ou veicular)⁴, entendida como um código verbal partilhado sem suporte cultural e comum aos interlocutores.à semelhança daquela que Maxim Kerhof (2003: 15) consegue reconstituir e imaginar por dedução:

Il paraît indubitable qu’au XV^e siècle, les Portugais, d’une façon générale, pour se faire comprendre des Noirs lors de leurs « premiers contacts » dans les ports ou les comptoirs commerciaux africains, s’adressaient à eux dans un *foreigner talk*, c’est-à-dire un

⁴ COELHO, Francisco Adolfo (1881), em “Os dialectos romanicos ou neo-latinos na Africa, Asia e America” define *lingua franca* como sendo “*jargon mélé d’italien, d’espagnol, etc. à l’usage des Francs de l’Orient*” isto é, *dos europeus do Levante*.

portugais simplifié, avec un usage généralisé de l’infinitif (ce qui entraînait l’élimination des désinences verbales et l’indication des temps et des aspects au moyen de particules), avec des articles, des substantifs et des adjectifs invariables, sans concordance, avec une juxtaposition de subordonnées et un système pronominal simple donnant la préférence aux formes toniques (*a mi*) sur les atones (*eu*), etc.

Os primeiros contactos entre os colonizadores e os colonizados favoreceram, a formação de *pidgins*, para efeitos de comunicação imediata, sobretudo quando as línguas veiculares tradicionalmente usadas para o mesmo fim, como o árabe, deixavam de ser funcionais. “Estes *pidgins* perduraram como línguas de comércio na África e na Ásia até ao século XVIII” (Pereira)⁵

Na verdade, segundo a definição vigente, o *pidgin* desenvolveu-se através do comércio⁶ ou em contacto com diferentes grupos de falantes que, por não partilharem uma língua comum, tiveram que criar um novo meio de comunicação. Procurando superar a pouca funcionalidade das suas línguas maternas num contexto de comunicação diferente daquele em que costumavam evoluir, esses falantes recorrem ao modelo imposto (mas pouco acessível) da língua socialmente dominante e ao seu saber linguístico para constituir uma forma de linguagem veicular simples, de uso restrito mas eficaz, o *pidgin*.

Em Cabo Verde, terá sido através desse modo que os africanos transplantados para esse Arquipélago comunicavam com os chefes (brancos). Posteriormente, o *pidgin* foi estabilizando, ganhou um sistema estruturado pelo viés da complexidade gramatical e da expansão lexical, à medida que se tornou a língua materna das gerações seguintes, dando origem ao falar crioulo. Visando uma distinção mais precisa e atualizada dos dois termos em debate, dir-se-á com Maria Antónia Mota (1966: 505-533):

⁵ Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/geografia/crioulosdebaseport.html>. [Consult. 2013-4-5].

⁶ V. a esse respeito o artigo de Maxim Kerkhof, “Le *trade-pidgin* afro-portugais pendant l’expansion portugaise”, *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, vol. XLVI, “Lusophonie et Multiculturalisme”, Centro Cultural Calouste Gulbenkian, Lisboa-Paris, 2003, pp. 15-26.

pidgins e crioulos constituem dois aspetos de um mesmo processo linguístico, distinguindo-se em termos muito gerais, pelo facto de um *pidgin* ser uma língua segunda, ou seja, não tem falantes nativos enquanto um crioulo é língua primeira, ou seja, tem, falantes nativos, é a língua que estes falantes melhor dominam.

De acordo com Chaudenson, no seu livro *La Créolisation, théorie, applications, implications*, a formação de uma língua crioula, antes de ser um fenómeno linguístico, apresenta-se como um fenómeno sociolinguístico. Não havendo traços linguísticos que definem um crioulo, existe no entanto uma génese em que se distinguem duas fases. Num primeiro tempo, regra geral, europeus (brancos) povoam uma ilha – ou uma zona continental – recentemente “descoberta” ou conquistada, e rodeiam-se de escravos, quase sempre provenientes de África. As diferenças entre senhores e servos são niveladas pelo trabalho árduo, em conjunto: desmatam, arroteiam, pescam, caçam e constroem habitações, acessos e estruturas de apoio à vida, para lançar as bases de uma “sociedade de habitação”. Essa situação prolonga-se por mais de vinte a cinquenta anos. Senhores e escravos partilham habitações, refeições e trabalho. Os filhos de escravos são criados com os filhos dos brancos. O contacto com trabalhadores assujeitados à língua do “colono” europeu ocorre então na tenra idade e numa estreita relação. Os primeiros escravos, em pequeno número, aprendem a língua do Branco em pouco mais de um ano. Além disso, convém notar que a grande maioria de “colonos” europeus não emprega o registo de fala da Corte, à qual estão vinculados. Por exemplo, os primeiros portugueses que se instalaram nas ilhas do Atlântico no séc. XV vêm de regiões distintas de Portugal e falam, por conseguinte, a variedade de Português em uso na respetiva terra natal, que se singulariza no decorrer das interações quotidianas nesse novo contexto sociolinguístico. Por outro lado, os escravos da “sociedade de habitação”, todos eles locutores de uma língua materna africana, ocasionam modificações ao idioma dos seus senhores. Numa segunda fase, quando as infraestruturas parecem suficientes na domesticação do território, opera-se uma mudança radical. Lança-se uma autêntica atividade agroindustrial, graças muitas vezes à instalação de latifúndios, quando a

orografia e o solo o permitem, muito precisada de mão-de-obra, para produzir, consoante as geografias, açúcar, café, algodão, tabaco, etc. Aí, a imigração masculina de trabalhadores servis converte-se, de acordo com os dados da época, num investimento lucrativo, que vai alterar a situação demográfica. Os escravos negros, provenientes de terras e etnias diferentes, tornam-se a grande maioria da população e a “sociedade de habitação” dá lugar à “sociedade de plantação”. É, nesse contexto, que irá emergir a língua crioula (Chaudenson, 2003).

Servindo de entreposto do comércio de escravos, Cabo Verde era, nos primórdios do seu povoamento, lugar de passagem obrigatória para traficantes negreiros e escravos. Esse contexto sociolinguístico terá, à medida que se intensificava o contacto entre línguas e etnias, contaminado a fala de centenas de milhares de escravos negros que esperavam, por vezes, longas semanas nos portos africanos detidos pelos negreiros portugueses, antes de serem enviados nas colónias do Novo Mundo (Antilhas e Brasil). A esse respeito, Nicolas Quint-Abril (2000:173) ensaia uma teoria:

As condições exatas da génese do Proto-Crioulo da África do Oeste (PCAO) levantam várias interrogações. O PCAO poderia ter tido como origem um *pidgin* que serviu de língua comercial entre os portugueses e os africanos da antiga capitania de Cabo Verde (do Senegal à Serra Leoa). Por várias considerações linguísticas e históricas (ausência de substrato africano, estabelecimento precoce dos portugueses...), é razoável pensar que Santiago foi o primeiro lugar onde o PCAO foi falado como língua materna, e que logo este PCAO foi transportado para as costas da Guiné (formação do Guineense) ou, através do Atlântico, até às ilhas ABC (formação do *papiamento*). O PCAO é então uma forma arcaica do crioulo da ilha de Santiago, que também parece ter sido o berço dos crioulos portugueses da África do Oeste.

Essa hipótese permite, pois, explicar a criação do crioulo de base lexical portuguesa, denominado *papiamento*, nas antigas colónias neerlandesas, mais conhecidas por Antilhas holandesas, e ainda falado hoje em dia por cerca de 319 000 locutores, em Bonaire, Curaçao, Aruba e Suriname. Quanto aos escravos distribuídos pelas terras de

Cabo Verde, estes originaram filhos e inventaram o falar crioulo cabo-verdiano, em contacto com os colonos brancos.

Desta feita, apesar das divergências quanto à definição do que é um crioulo, os linguistas têm como ponto assente a seguinte premissa: os crioulos distinguem-se das outras línguas pela rapidez da sua formação, em condições históricas fora do comum (Pereira, 2007b: 15).

O Crioulo de Cabo Verde teve, assim, origem na necessidade de comunicação entre grupos humanos, vindos de culturas diferentes: por um lado, uma minoria portuguesa e, por outro, uma maioria de africanos desenraizados, ligados numa comunidade de destino e no isolamento geográfico. Tal situação fez dizer ao escritor e etnógrafo francês, Jean-Yves Loude (2002: 76), em *Cap-Vert – Notes Atlantiques*:

La langue créole, pure invention, a permis [à l’homme cap-verdien] de survivre en entendant les ordres du maître, mais surtout en communiquant avec les autres déportés. Plus on a bâillonné sa bouche, plus son verbe a déniché des tournures libres pour continuer à parler par-dessus les intimidations.

Mau-grado a exiguidade do território arquipelágico, a situação de insularidade fez com que cada ilha desenvolvesse o seu modo próprio de falar crioulo. Cada um desses modos de falar constitui um dialeto⁷, no sentido de variedade regional de uma língua, não importando o seu maior ou menor distanciamento com referência à língua padrão (Cunha/Cintra, 1996: 4). Porém, os académicos no arquipélago descrevem-nas como “variantes” do Crioulo (entendido aqui como “crioulo médio” na paisagem unitária da língua). Estas variantes podem ser agrupadas em duas variedades: a sul, os crioulos do Sotavento (Brava, Fogo, Santiago e Maio), com marcas mais vincadas das línguas africanas (o Mandinga, o Wolof e o Timenê⁸), e a norte, os crioulos do Barlavento (Boa

⁷ DA SILVA, Baltasar Lopes (1957?). *O Dialecto de Cabo Verde*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984. Fac-simile da 1.ª edição de 1957 (?).

⁸ Eram as línguas faladas na costa ocidental de África com que contactaram os “descobridores quinhentistas” portugueses, como adianta Nicolas Quint-Abril (2000: 168).

Vista, Sal, São Nicolau, São Vicente e Santo Antão), mais influenciados pelo Português, pelo que julgo sempre ser oportuno, ao longo do presente trabalho, recordar ao leitor que:



Mapa 1: Cabo Verde
Fonte: Internet. [consult. 2013-4-4]

Cabo Verde era um arquipélago deserto, constituído por dez ilhas, das quais apenas nove foram povoadas, embora em épocas diferentes. Ao sul, em Sotavento, temos as ilhas de Maio, Santiago, Fogo e Brava. Mais a norte, são as ilhas de Barlavento: Boa Vista, Sal, S. Nicolau, Santa Luzia (deserta), S. Vicente e Santo Antão. Primeiro, como dissemos, deu-se o povoamento de Santiago (a ilha maior, onde actualmente está sediada a capital, cidade da Praia); logo de seguida do Fogo e depois da Brava. Santo Antão e S. Nicolau, em Barlavento, foram povoados com gente vinda de Santiago e do Fogo logo no século XVII, ao passo que só houve um verdadeiro povoamento de S. Vicente a partir dos finais do século XVIII. A distância temporal entre a primeira e a última fase do povoamento do arquipélago e o modo como este foi feito nas diferentes ilhas em questão fizeram com que existisse uma variação dialectal acentuada, nomeadamente entre as ilhas de Santiago e de S. Vicente⁹.

⁹Fonte: http://www.iltec.pt/divling/_pdfs/linguas_crioulo_cv.pdf. [Consult. a 2013-04-4].

São Vicente, sendo a segunda ilha mais povoada do arquipélago, apesar de ter sido descoberta em 1462, foi praticamente desabitada até meados do séc. XIX, logo, com influências linguísticas da Lp atual. A cidade de Mindelo, capital da ilha de S. Vicente e o segundo pólo urbanístico mais importante de Cabo Verde, se desenvolveu através da atividade portuária e foram os ingleses quem instalaram em 1838, de acordo com fontes acessíveis a qualquer leitor na Internet, após pacto com Portugal, um depósito de carvão para reabastecimento de navios em rotas atlânticas, criando as bases para o povoamento da ilha, transformando essa cidade numa encruzilhada de barcos de várias nacionalidades.

“Mindelo tornou-se ponto de encontro de marinheiros de diversas raças, convertendo-se na cidade mais cosmopolita de Cabo Verde”¹⁰, daí a existência de uma “rivalidade” salutar, acrescento eu, entre as “duas capitais” do país (Praia e Mindelo), que se reflete, ainda hoje, na dificuldade, por parte dos políticos, padronização do Crioulo, uma vez que o mesmo tem múltiplas variedades, designadamente: o das ilhas de Santiago e do Fogo (mapa 1), por um lado, nas quais se utiliza mais, por exemplo, e a título meramente ilustrativo, a expressão *papiá*, com o sentido *disse/falou*, em português, do que nas outras duas ilhas; e, por outro lado, S. Vicente/Santo Antão (mapa1), nas quais, é mais frequente ouvirmos a expressão *falá*, com o mesmo significado.

O académico cabo-verdiano Veiga (1982: 24)¹¹, num estudo descritivo e comparativo das quatro principais variantes dialetais do ponto de vista sociolinguístico – a de Santiago, Fogo, S. Vicente e Santo Antão – conclui que “ a estrutura profunda é comum em todas as variantes estudadas, razão por que existe uma intercompreensão bastante significativa em Cabo Verde” e que existe uma **única Língua Nacional**, defendendo, também, o centralismo de Santiago como variedade base dessa Língua Nacional. As restantes variedades, segundo Veiga (*op. cit*), exercem a mera função de complemento e

¹⁰Fonte: <http://www.caboverdepages.com/index.php?page=sv>. [Consult. a 2013-4-6].

¹¹ VEIGA, Manuel (1982). “Diskrison Strutural di Lingua Kabuverdianu”. Praia: Institutu Kabuverdianu di Livru.

enriquecimento da primeira. Claro que, sendo ele natural de Santiago, como se verá mais adiante neste trabalho, o seu ponto de vista é qualificado de “suspeito” por grande parte dos falantes e académicos de outras variedades do Ccv. Por que razão Manuel Veiga defende apenas 4 grandes variedades (1982) e a adopção imediata do Crioulo como língua oficial em igualdade com a Língua portuguesa, com base no falar de Santiago?

E por que razão, por exemplo, o investigador e antropólogo português, João Lopes Filho, natural da ilha de S. Nicolau (Cabo Verde), vinte anos depois da opinião de Veiga, isto é, em 2010¹², “insurgiu-se contra a adoção do Crioulo enquanto língua oficial, sob pena de se adotar nove crioulos diferentes conforme o número de ilhas habitadas”, e critica o Alfabeto Unificado para a Escrita da Língua Cabo-verdiana (o Crioulo), aprovado, embora em termos experimental até cinco anos depois¹³? Qual é a representatividade de todas as ilhas/variedades na amostra de inquiridos/entrevistados ao longo deste trabalho? E quantas variedades de Ccv existem: quatro ou cinco (fig. 1)¹⁴?

De um ponto de vista **linguístico** as variantes mais importantes são as de Fogo, Santiago, São Nicolau e Santo Antão, e qualquer estudo **profundo** do crioulo deve ter em conta pelo menos estas quatro variantes. São as únicas ilhas que receberam escravos directamente do continente africano, e são as ilhas que possuem características linguísticas mais conservadoras e mais distintas entre si^[carece de fontes].

De um ponto de vista **social** as variantes mais importantes são as de Santiago e São Vicente, e qualquer estudo **ligeiro** do crioulo deve ter em conta pelo menos estas duas variantes. São as variantes dos dois principais núcleos urbanos (Praia e Mindelo), são as variantes com maior número de falantes e são as variantes que têm uma tendência **glotofagista** sobre as variantes vizinhas^[carece de fontes].

O crioulo de **São Vicente** foi divulgado através dos poemas de **Sérgio Frusoni**. Por seu lado, o crioulo da Brava é conhecido através das **mornas** de **Eugénio Tavares**, o crioulo de **Santo Antão** pelos contos de **Luís Romano de Madeira Melo** e o crioulo do Fogo pela colectânea de contos de **Elsie Clews Parsons** [↗](#).

Diferenças entre os crioulos:

Crioulo do Fogo	Crioulo de Santiago	Crioulo de São Nicolau	Crioulo de São Vicente	Crioulo de Santo Antão	Português
Ês trã-m'. [es trẽ]	Ês fiã-m'. [es fiẽ]	Ês fiô-m'. [es fiom]	Ês dzê-m'. [eʒ dzem]	Ês dzé-m'. [eʒ dzem]	Eles disseram-me.

Figura 1: Crioulo cabo-verdiano, segundo a Wikipédia.

Antes de prosseguir, é importante referir, embora de forma muito sintética, neste tópico dedicado ao processo de formação do Ccv, algumas diferenças culturais entre o

¹² Fonte: http://rtc.cv/index.php?paginas=21&id_cod=286. [Consut. a 2013-4-7].

¹³ Fonte: Boletim Oficial de Cabo Verde nº 48, 5º Suplemento, de 31 de Dezembro de 1998.

¹⁴Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Crioulo_cabo-verdiano . [Consut. a 2013-4-7].

Barlavento e o Sotavento na música (origem), que acentuam, no primeiro caso, maior proximidade com a cultura europeia (portuguesa) e com a cultura africana (alta Guiné), na segunda.

De facto, na música cabo-verdiana, a morna, por exemplo, é originária da Ilha da Boavista tendo, depois passado, às outras ilhas, “adaptando-se e tomando a feição psíquica de cada povo, como que num gráfico de ascensão ou descensão em sua expressão artística”¹⁵ e, ao contrário da morna que viajou por quase todo o arquipélago, a coladera, outro estilo musical bem característico das ilhas de Cabo Verde, fez-se numa única ilha, São Vicente, outrora um importante depósito de carvão de algumas companhias britânicas e escala marítima obrigatória entre a Europa e a América do Sul, pois “o surgimento da coladera é resultado do ambiente festivo que ali se vivia ainda”¹⁶. Característicos da ilha de Santiago, o batuque é a mais antiga manifestação cultural de Cabo Verde tendo sido reprimido e proibido durante a colonização, por ser considerado ofensivo da boa moral, “o batuque oferece-nos um prisma único por onde se filtra a própria História de Cabo Verde”¹⁷ e o funaná, um género musical também exclusivo de Santiago, o qual, durante muito tempo foi relegado para um contexto rural e/ou para as camadas mais desfavorecidas da população tendo chegado mesmo a ser proibida a sua interpretação na capital, “onde era a morna que gozava de prestígio e de um carácter nobre”¹⁸.

Na atualidade, o Ccv, nas suas principais variantes potenciadas pelo fenómeno do crescimento urbano – o de Santiago e o de São Vicente – continua a ser a língua que se emprega de modo informal, sendo o Português a língua dos usos formais. Se cada ilha tem a sua variante da Língua crioula, a verdade é que nalgumas ilhas estas variantes são

¹⁵ De acordo com o site <http://www.eugeniotavares.org/docs/pt/obra/mornas.html>. [Consult. a 2013-4-4].

¹⁶ Tema bem desenvolvido por exemplo em <http://musicadecaboverde.com/coladera/> [Consult. a 2013-4-4].

¹⁷ Fonte: <http://www.rtp.pt/programa/tv/p19858>.

¹⁸ Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Funan%C3%A1>. [Consut. a 2013-4-15].

próximas. Por isso, o senso comum cabo-verdiano distingue o *sampadjudo* (crioulófonos do Barlavento) e o *badiu*¹⁹ (crioulófonos das ilhas de Sotavento). Na prática (fig. 1), o grupo dos *badius* é conotado com a ilha de Santiago e *sampadjudo*, a de São Vicente. Ainda assim, a fronteira geolinguística não está claramente definida, havendo cabo-verdianos que se referem, por exemplo, à população do Fogo, como os *sampadjudos* do Fogo. Todavia, por estarem no grupo do Sotavento, outros afirmam que os fogueenses são *badius*. Portanto, continua a ser uma questão em aberto.

3. O Crioulo, uma língua historicamente desconsiderada

No período em que os impérios coloniais europeus se expandiam, surgiu o termo “crioulo”. O termo tem duas etimologias, uma, portuguesa (“crioulo”), e a outra, castelhana (“criollo”). Ambas procedem da mesma palavra latina, *criare*, que significa ora ‘alimentar’ e ‘nutrir’, ora ‘criar’ e ‘sustentar’, ou, para ser mais preciso, ‘serviçal criado na casa’ (originalmente, ‘pequena cria’). A palavra “crioulo” designava, inicialmente, os brancos nascidos nas colónias da América ou das Caraíbas; passou a referir os escravos negros nascidos nas Américas e contraíu uma conotação pejorativa. Por efeito metonímico²⁰, o termo sofreu expansão de sentido, ao indicar o falar em que comunicavam os escravos entre eles e com os senhores. Meramente funcional e associada a populações desqualificadas pelas potências coloniais, confinada a uma cultura de oralidade, o falar crioulo era visto como a expressão de uma subcultura, logo como uma língua desmerecedora de atenção científica ou governamental.

Para dar uma ideia da perceção que se tinha das línguas crioulas, em geral, por parte de autores de referência e em Portugal, em particular, no que se refere ao Ccv nos anos 80 vou mencionar algumas ideias dominantes, a começar pela “Grande Enciclopédia

¹⁹ *Badiu* é a forma crioulizada da palavra portuguesa “vadio”, no sentido de ‘vagabundo’. (Loude, 2002: 66)

²⁰ Metonímia ou transnomação é, de acordo com a *Wikipédia*, uma figura de linguagem que consiste no emprego de um termo por outro

Portuguesa e Brasileira”, uma enciclopédia originalmente publicada em 40 volumes, entre 1936 e 1960, no seu Volume VIII, na página 50, onde está escrito que:

Os dialetos crioulos formam-se quando o indivíduo começa a utilizar a língua do colonizador e a modifica fonológica e morfológicamente, na sua sintaxe e no seu léxico. O dialeto crioulo de Cabo Verde resultou do contacto entre povoadores brancos e a população guineense trazida desde os fins do séc. XV para a colonização das ilhas. Na bibliografia sobre dialetos crioulos portugueses pode consultar-se Leite de Vasconcelos, *Esquisse dune dialectologie portugaise*, 1901...

Recuando mais um pouco no tempo, até ao século XIX, o Professor do Curso Superior de Letras de Lisboa, Adolfo Coelho, em cuja obra²¹ a pioneira intitulada “Os Dialectos Românicos Ou Neo-Latinos Na África, Ásia e América” (1881), fala sobre crioulos portugueses qualificando-os de Português *quebrado, alterado ou corrupto*, antes de serem considerados como língua, isto é, falares com interesse linguístico e aborda, pela primeira vez, outros conceitos de interesse para o presente trabalho - relação entre o Crioulo e o Português em Cabo Verde:

(...) Este dialecto é fallado principalmente pela população de côr e pelas creanças que o aprendem com as creadas e amas negras. Distinguem-se duas fórmãs: o creolo *rachado*, creolo fundo, creolo *vejo*, fallado principalmente no interior da ilha e de que as noticias e documentos que publicâmos dão conhecimento, e o creolo em que a grammatica portugueza é menos ignorada, distinguindo-se quasi unicamente pela pronuncia de algumas palavras ou sons e pelo accento geral. As cartas seguintes foram escriptas por pessoas instruidas que fallam bem o portuguez, mas conhecem bem o creolo *rachado*. Francisco Adolfo Coelho (*op. cit*)

Em 1951, Gilberto de Mello Freyre (1900-1987) – reputado sociólogo, antropólogo, historiador, escritor e pintor – numa rápida visita a Cabo Verde, a convite do Governo português, defendeu a ideia de que o Crioulo contribuiria para a instabilidade cultural do

²¹ Disponível em <http://www.gutenberg.org/files/33159/33159-h/33159-h.htm>. [Consult. a 14-1-2013]

cabo-verdiano, tendo, posteriormente, escrito que “o Crioulo era *repugnante* e exótico” (*apud* Filho, 1996: 80). Tal interpretação foi objeto de críticas muito fortes por parte de autores cabo-verdianos da década de cinquenta, do séc. XX, como Baltasar Lopes²² que, na época, dizia que Cabo Verde dispunha de um instrumento de comunicação, o Crioulo, e que, apesar de reconhecer a Freire, na qualidade de cientista, o “direito de sentir repugnância pela matéria observada”, confessava não compreender a sua alergia ao Crioulo.

Qualificado de “trambolho”, “repugnante” e “exótico” por intelectuais que gozavam de prestígio e consideração social, visto como uma ameaça à Lp ou como uma forma abastardada do Português, o Crioulo só era defendido por nativos cabo-verdianos, conscientes de que se tratava da língua materna da maioria da população, de uma parte irrecusável da sua realidade quotidiana e de um dos traços identitários – portanto, distintivos – do ser cabo-verdiano. Destes dois episódios representativos será possível depreender que em Cabo Verde se perpetua uma situação de bilinguismo com diglossia, em que o Crioulo é a língua usada de modo informal ao passo que o Português mantém o estatuto de língua formal, o que alimenta um debate cujo fim não se vislumbra para tão breve.

4. O Crioulo, uma língua reconsiderada?

O fito do presente estudo, nunca é demais sublinhá-lo, consiste em descrever a relação entre o Crioulo e o Português em Cabo Verde, numa altura em que foi empossada a Comissão Nacional para as Línguas, cujo objetivo principal é o de fazer com que Cabo

²² Baltasar Lopes da Silva (1907-1989), escritor, poeta e linguista de Cabo Verde que escreveu em Português e em Crioulo.

Verde se torne – descontada a carga utópica da expressão – “um país afetivamente bilingue, num ambiente de consenso e de Amor”²³.

A questão enquadra-se nos Direitos Linguísticos, partindo do princípio de que a situação de cada língua é o resultado da confluência e da interação de uma multiplicidade de “fatores político-jurídicos, ideológicos e históricos, demográficos e territoriais, económicos e sociais, culturais, linguísticos e sociolinguísticos” (UNESCO, 1996).

De facto, ao longo desta abordagem, procurarei realçar os fatores sociolinguísticos que determinaram o desenvolvimento do Crioulo e a manutenção da Língua portuguesa: as línguas de Cabo Verde, com base nos critérios da familiaridade, afetividade e da antevisão de facilidade na captura de meios necessários a esta abordagem.

Coloca-se, assim, o problema do estatuto das línguas em convívio ou em concorrência. Decisões políticas vão sendo tomadas para gerir esses instrumentos de comunicação, de coesão social, de criação artística, de desenvolvimento económico e de aquisição do conhecimento. Tratando-se de um problema delicado e sensível, visto tocar a ideários, estilos de vida, sentimentos identitários e auto-estima dessa comunidade na sua relação com o mundo, o poder político de Cabo Verde tem plenamente consciência do papel histórico que a língua oficial, o Português, desempenhou no desenvolvimento do país e da sua utilidade na formação de elites e nos fóruns internacionais, mas também não pode minorizar ou desvalorizar a Língua materna e nacional, o Crioulo de Cabo Verde. Na atualidade, já não faz sentido a situação de diglossia e o Estado, aconselhado por especialistas, percebeu que o melhor para o país é a aposta no bilinguismo e, no âmbito do Ensino com vista à valorização dos recursos humanos do país, implementar condições para promover o multilinguismo.

²³ Disponível em <http://www.asemana.publ.cv/spip.php?article81613>, datado de 30 de outubro de 2012. [Consult. a 2013-04-10].

Ainda assim, a vontade política de oficializar o Crioulo está a ser objeto de discussão acesa no seio da comunidade, pois normalizar uma língua pode implicar a valorização de uma variedade (tendencialmente, aquela falada pela maioria considerada mais culta e urbana) em detrimento das outras existentes, o que por si só cria um clima desconfortável para os falantes das outras variedades, assim desqualificados. Trata-se do espinhoso “problema da dialectologia”, como lhe chama Manuel Veiga (2009). Tanto mais que, neste momento, tudo aponta para que seja eleita uma das variedades de Santiago (a ilha maior e a mais povoada, em que está sediado o poder político) para servir de padrão a partir do qual se fixará a norma.

A planificação linguística que tem sido seguida visa a promoção do Crioulo cabo-verdiano, ao criar programas de incentivo ao estudo da língua e cultura nacionais, da escrituralização do Crioulo de Cabo Verde (o programa ALUPEC)²⁴ e de legislação específica para lhe conceder foros de língua não só identificadora e de uso restrito a interações verbais do quotidiano, mas também de língua digna para ser usada em situações formais (atos administrativos, política, ensino, religião, comunicação social, literatura), elevada a instrumento de irradiação cultural. Não é por acaso que se multiplicam, nos anos 90 do século passado, ferramentas linguísticas tão essenciais como gramáticas e dicionários que descrevem e explicam o funcionamento da Língua cabo-verdiana.

5. Metodologia e estrutura da dissertação

²⁴ Atribuindo a cada som um único grafema (letra ou dígrafo) – e vice-versa, num conjunto de regras sistematizado, o “Alfabeto Unificado para a Escrita do Cabo-Verdiano” (ALUPEC) apresenta-se como a ortografia que foi oficialmente reconhecida pelo governo de Cabo Verde para a escrita da língua materna cabo-verdiana.

Após ter formulado o problema e validado a pertinência do tema, tive de assegurar-me de que dispunha de todas as condições para proceder à investigação. Dada a impossibilidade de me deslocar fisicamente a Cabo Verde para um estudo de campo, constatei que o projeto de investigação era viável, porque era simplesmente possível, graças às novas tecnologias de informação e comunicação, chegar a dados, informantes e testemunhos vários. Podia até acompanhar, quase em direto, o debate aceso sobre a questão da oficialização do Crioulo de Cabo Verde. Assentei, então, o meu trabalho na revisão bibliográfica, em inquéritos e na interação com linguistas e investigadores cabo-verdianos através de correio eletrónico, televisão, jornais e redes sociais, surgindo esta metodologia como uma alternativa interessante e suficiente para alcançar os objetivos fixados.

Na prática, procedi do seguinte modo: a observação dos factos, a leitura de estudos já publicados, o acompanhamento de debates nos jornais e nas televisões, em que participam pessoas para quem o Cabo-verdiano é a respetiva língua materna.

Neste sentido, fui formulando várias questões²⁵ orientadoras do meu projeto de análise com base em estudos anteriormente realizados e nos argumentos esgrimidos na comunicação social, ora formal (imprensa), ora informal (blogues). Para servir de ponto de partida à minha reflexão, elaborei o seguinte guião de entrevista:

- Haverá, na atualidade, uma relação de conflito entre o Ccve o Português, língua oficial de Cabo Verde?
- Como é que essas duas línguas convivem na República de Cabo Verde?
- Quais são os futuros possíveis para o Crioulo, língua materna e nacional, relativamente ao Português, língua do ex-povoador/colonizador e língua oficial do país?

²⁵ Trata-se, *grosso modo*, das questões que constam dos inquéritos em “Anexo II: Informantes – Entrevistas obtidas via correio eletrónico”.

- De um ponto de vista sociolinguístico, qual das variedades do Cevgoza de maior consideração no país?
- Sabe-se que existe um programa de escrituralização do Crioulo de Cabo Verde (ALUPEC). Que implicações e benefícios trará essa passagem da oralidade para a escrita ao Crioulo de Cabo Verde?
- Que representações fazem os cabo-verdianos do Crioulo e do Português. Que atitudes têm face a cada uma delas?

Posto isso, passo a enunciar o plano do presente estudo. A abordagem é constituída por cinco capítulos. No primeiro, a “Introdução”, ilustro a pertinência, a importância e a atualidade do tema tratado. Nele aprofundarei as noções de diglossia e bilinguismo, assim como outros aspetos sociolinguísticos.

O segundo capítulo insere o “Quadro de análise e pressupostos teóricos”, em que se define o quadro temático, se sintetizam marcos na História comum dos arquipélagos em foco e se apresenta a área científica de atuação e respetivos conceitos.

No capítulo seguinte, intitulado “Métodos de pesquisa e leituras dos dados coletados”, explicarei os procedimentos de análise, caracterizando a problemática tratada, bem como os participantes e os instrumentos escolhidos para a recolha de dados.

Na “discussão e conclusões”, comentarei os argumentos apresentados no debate em torno da oficialização da Língua de Cabo Verde. Neste capítulo, analisarei igualmente questões relativas “ao estatuto do Crioulo e à situação linguística em Cabo Verde” (Ramos, 2008: 8). Finalmente, sintetizarei a problemática tratada, formulando reflexões para memória futura.

Na secção dita “Anexos”, constam instrumentos e materiais que me serviram de apoio no decorrer do trabalho.

II – Quadro de análise e pressupostos teóricos

1. Sociedades e Culturas Insulares: a Macaronésia

Situado em pleno oceano atlântico, ao largo da costa da África ocidental, o arquipélago de Cabo Verde é formado por dez ilhas, ocupando uma superfície total de 4 033 km², divididas em dois grupos: o Sotavento e o Barlavento. Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boavista constituem o grupo do Barlavento. As ilhas de Maio, Santiago, Fogo e Brava integram o grupo do Sotavento. O ponto mais alto do Arquipélago encontra-se na ilha do Fogo, atingindo a altitude de 2829 metros no cone principal.

As ilhas de Cabo Verde fazem parte de um grupo de arquipélagos no Atlântico norte, perto da Europa e da África, mais precisamente ao largo de uma extensa faixa costeira que se estende desde Marrocos até ao Senegal, ao qual se dá a moderna designação de Macaronésia, ou seja, de acordo com o sentido etimológico do termo proveniente do grego clássico, as “ilhas abençoadas”, “afortunadas” ou “dos Bem-aventurados”, nome utilizado pelos antigos geógrafos para as ilhas a oeste das Colunas de Hércules (estreito de Gibraltar).

A Macaronésia é composta por quatro arquipélagos: Açores, Madeira, Canárias e Cabo Verde. No total, são vinte e oito ilhas e dezassete ilhéus. Estas ilhas oceânicas, de origem vulcânica ou resultantes da deriva dos continentes, têm biogeografias únicas no mundo, a exemplo da Laurissilva ou do dragoeiro. Umas ilhas são mais verdes, como os Açores e a Madeira; as outras mais áridas, como Porto Santo, Canárias e Cabo Verde. Trata-se de territórios com uma orografia acidentada e/ou árida e recursos naturais reduzidos: a derrubada de árvores para a madeira e lenha, o acondicionamento de vegetação para pastoreio e agricultura, bem como a introdução de plantas exóticas e animais domésticos pelo Homem têm ameaçado grande parte da vegetação nativa. Por

isso, parte da fauna e flora endêmica está em risco de extinção, alguma talvez mesmo extinta.

Essa proximidade geográfica com uma biodiversidade aparentada corresponde a uma zona atlântica em que os portugueses tiveram especial influência desde a época da expansão marítima. Quase todas essas ilhas eram desabitadas, com exceção de ilhas das Canárias onde existiam os guanches²⁶, e foram os portugueses que iniciaram o modelo de povoamento e humanização desses arquipélagos, seguidos pelos castelhanos no processo de colonização do arquipélago das Canárias: assentamento de famílias da Europa e de escravos mouros e africanos, fixação do cristianismo, estabelecimento de um novo modelo económico baseado na monocultura (primeiro, a cana-de-açúcar, e posteriormente, outros produtos consoante as características das ilhas). Importa notar que essa conformação espacial e histórica vem, aliás, simbolicamente condensada numa obra de leitura obrigatória – para quem quer conhecer o mundo arquipelágico denominado Macaronésia – intitulada *Saudades da Terra*, de Gaspar Frutuoso (1522-1591). Seguidamente, deu-se o desenvolvimento de portos de escala nas rotas comerciais com a América e África, tendo grande importância a partir do séc. XVIII o comércio com Inglaterra. No século XIX e na primeira metade do séc. XX, na sequência de várias crises económicas, evidencia-se o surto da emigração, cujos destinos principais são o Continente americano, as Caraíbas e ilhas do Pacífico. Embora pertencente à coroa espanhola, a história do arquipélago das Canárias segue as linhas do “guião” esboçado.

Esse espaço atlântico foi subsistindo entre imaginários e condicionalismos que giram em torno de lendas e especulações sobre presenças anteriores às das potências

²⁶ Trata-se do povo nativo das Canárias, que vivia aparentemente ainda de forma primitiva “quando as ilhas começaram, a partir da alta Idade Média, a serem regularmente visitadas pelos europeus e posteriormente ocupadas pelos castelhanos. A resistência guanche aos invasores foi prolongada (durou quase um século), já que só foram completamente dominados nos finais do século XV (1496). Recentes pesquisas genéticas comprovam a hipótese de que os guanches eram originários de populações berberes do Norte da África.” [Wikipédia. Consult. a 2013-10- 15].

ibéricas²⁷, de feiticeiras que ora encantavam ora assustavam, de incursões de piratas e corsários (berberes, franceses, ingleses e holandeses), da caça à baleia ('baleação'); esse território fragmentado em ilhas recentemente humanizado constituiu-se como um mundo agrário, onde pontuam culturas em socacos, dependentes de levadas de água; nele se desenvolveu uma sociedade marcada pelo isolamento político relativamente à capital do Império e pela total dependência do Poder centralizado no continente; a pressão pela exiguidade do seu território e pela cíclica indigência envolvente teve como consequência empurrar homens e mulheres para a emigração, sendo que a população emigrada é maior do que a que vive no respetivo arquipélago. Atualmente, observa-se nessas regiões insulares, do ponto de vista da distribuição demográfica, forte tendência para a centralização macrocefálica numa cidade-capital que concentra o poder político, económico e cultural, embora possa existir um ou outro polo urbano a tentar rivalizar com ela, como acontece nos arquipélagos dos Açores, das Canárias e de Cabo Verde. Atualmente, todas elas dependem muito da indústria do Turismo.

Além do quadro que acabo de traçar, Cabo Verde tem outras afinidades com a Madeira, bem mais antiga que a história do seu povoamento e do seu desenvolvimento. No plano do imaginário greco-romano, as ilhas da Macaronésia instituem-se como indícios em que ancora o mito da Atlântida ou Atlantis, esse continente submerso.

O filósofo grego, Platão (?-347 a. C.), escreveu que a Atlântida era uma ilha maior que a Líbia e a Ásia juntas e que os viajantes podiam passar dela às demais ilhas. Ricos e poderosos, os reis de Atlântida eram senhores de cidades magníficas, onde os homens viviam numa felicidade perpétua. Só que, segundo a mitologia grega, ocorreu um cataclismo que fez desaparecer esse reino e com ele a esperança de um mundo melhor. Essa lenda deu origem a várias versões nas culturas populares do mundo ocidental. De acordo com uma lenda antiga, Cabo Verde teria surgido de destroços da Atlântida.

²⁷ Essa inclinação imaginosa parece desvendar o desejo simbólico dos insulares em empurrarem para mais longe os limites da sua geografia e os marcos periodizadores da sua história, considerados por eles demasiado estreitos ou curtos.

Por outro lado, a esse imaginário que remonta à Antiguidade clássica está igualmente associada a fantasia de um refúgio para os eleitos dos deuses. Identificada com a mansão dos deuses, onde os heróis teriam lugar cativo, as *makáron nésoi/fortunarum insulae* configuravam-se como o berço de um reino maravilhoso. Durante a Idade Média, estes mitos greco-latinos irão ser paulatinamente cristianizados, reformulados para sugerir uma imitação do jardim do Éden, o paraíso terrestre.

Quanto à identificação das ilhas com os nomes atribuídos pela tradição greco-romana, geógrafos, historiadores e poetas de trezentos, quatrocentos e quinhentos deixam-se conduzir pela imaginação e pelas leituras sugestivas que o acervo das suas bibliotecas lhes proporcionava. Na sua obra *Mitos e Utopias na Descoberta e Construção do Mundo Atlântico*, Maria Isabel Rodrigues Ferreira (1999: 24) observa a esse respeito:

Estas ilhas [“afortunadas”] relacionam-se mais com as Canárias do que com Cabo Verde, arquipélago a que ficaram ligados os nomes dos descobridores Cadamosto, Diogo Gomes e António Noli. O arquipélago de Cabo Verde aparece-nos mais ligado às Dórcadas ou Górgonas que também Camões não deixa de mencionar.

Essas ilhas fabulosas, protegidas por seres assustadores, seriam ponto de passagem obrigatório para chegar às ninfas Hespérides. Em finais de quatrocentos e inícios de quinhentos era comum, mas não unânime, a identificação de Cabo Verde com as Hespérides. O certo é que os cartógrafos e geógrafos da época não coincidiam sobre a posição exata das ilhas e dos nomes que lhes atribuíam, confundindo, muitas vezes, Canárias com Cabo Verde.

No Renascimento, estes lugares “abensonhados” – segundo o expressivo neologismo de Mia Couto – suscitarão, como facilmente se imagina, um sentimento nostálgico de uma idade onde não existia a noção de propriedade, trabalho e lucro, abrindo espaço para crenças messiânicas, sobretudo em épocas de crises frumentárias (veja-se, por exemplo, o conhecido episódio de Fernão Bravo que se fez passar por profeta no Porto Santo nos idos de 1533).

2. Relações históricas entre a Madeira e Cabo Verde²⁸

No plano da História, as relações entre a Madeira e Cabo Verde não são tão estreitas como seria de supor. É certo ter havido momentos de contacto mais intensos e outros esporádicos, como recorda Simão de Barros (s/d: 40): “foram os originários da Madeira que forneceram o maior número de indivíduos, no processo de formação do povo cabo-verdiano. Houve, entre estes, nobres, mas também deportados por crimes políticos e de delito comum.”

Mas, passados cinco séculos desde o processo de povoamento desses arquipélagos, essas comunidades insulares não tiveram muitas oportunidades para estabelecer uma efetiva relação de proximidade ou de convívio. Ainda assim, tem-se observado, ultimamente, uma tendência crescente para encurtar as distâncias entre a República de Cabo Verde e a Região Autónoma da Madeira. Por isso, vale a pena ensaiar uma abordagem ao tema em discussão.

É certo que, no processo do povoamento de Cabo Verde, madeirenses houve que desempenharam um papel significativo. Essa operação, que juntou europeus portugueses e mais tarde africanos, provenientes da costa da Guiné, teve início na ilha de Santiago e foi concluída com a ocupação das ilhas de Santa Luzia e do Sal. Esses europeus portugueses eram oriundos, sobretudo, do Algarve e da Madeira e, posteriormente, do noroeste do Portugal e das outras ilhas atlânticas, aos quais se juntaram estrangeiros, como sintetiza Veiga (2000: 18):

Deux ans après la “découverte”, c’est-à-dire en 1462, le peuplement de l’île de Santiago commence, suivi de celui de Fogo, entre 1480 e 1493, avec des Portugais (du nord, du sud du Portugal et de l’île Madeira), des Genevois, des Castellans et des esclaves noirs.

²⁸ Nos Anexos incluo um complemento mais pormenorizado do ponto de vista histórico - “Anexo III: Friso cronológico da História de Cabo Verde”.

E foi a partir da Madeira e dos Açores que o cultivo de cana-de-açúcar se estendeu até ao norte de África, Cabo Verde e São Tomé, graças ao tráfico de escravos. O relacionamento da Madeira com as ilhas de Cabo Verde foi facilitado pelos benefícios fiscais atribuídos pela Coroa desde 1507. A contrapartida baseava-se no fornecimento de cereal da Madeira e depois dos Açores.

A Madeira usufruiu, em 1562 e em 1567, de facilidades no comércio de escravos de Cabo Verde e de rios da Guiné. Esta foi uma forma de suprir os problemas surgidos com a crise açucareira. A oferta de Cabo Verde alargava-se também ao sal, carne e couros (Vieira, 2001: 197).

Mestres e tripulantes das embarcações que demandavam a região equatorial, não escondiam a sua preferência, pelo que assiduamente faziam escala no Funchal para se abastecerem de vinho, o que favoreceu a sua afirmação no mercado colonial a partir do séc. XVII. Em Cabo Verde, o vinho madeirense era preferido aos demais, por ser o único que resistia ao calor tórrido (Vieira, 2001: 181).

Como refere António Alexandre Bispo, a historiografia cabo-verdiana menciona a tentativa de povoamento da ilha de São Vicente por famílias provenientes da Madeira e dos Açores, ordenado em 1781. Essa intenção terá ocorrido à época de D. Maria I (1734-1816), num tempo em que a influência da Igreja se fez novamente sentir em Portugal e no Império português. Vários motivos, de natureza política, religiosa e cultural, terão levado a desenhar esse plano: não deixar espaço para que piratas, corsários ou potências estrangeiras (ingleses, franceses ou holandeses) pudessem estabelecer numa das ilhas mais despovoadas do arquipélago bases de apoio a ataques e saques; restaurar ou reforçar o catolicismo nessa ilha, visto os usos e costumes da população, maioritariamente de origem africana, traduzirem comportamentos e expressões tidas pela Coroa portuguesa como exteriorizantes e heterodoxos. Tratar-se-ia, pois, de corrigir “abusos” e impor uma maior disciplina moral. Todavia, essa tentativa fracassou sem deixar rastros significativos, seguindo-se uma outra iniciativa,

melhor preparada, de povoá-la com camponeses do próprio Arquipélago. Se a ideia tivesse ido para a frente, talvez se tivesse criado uma rede de relações humanas e comerciais entre regiões insulares portuguesas, ou seja, um mercado interno insular atlântico (Bispo, 2013).

Aos olhos dos portugueses, em geral, e dos madeirenses, em particular, Cabo Verde passou a representar, desde finais do séc. XVIII até ao período do Estado Novo, o “degredo”, um lugar distante e isolado persistentemente assolado pela seca e pela fome, a ponto de, em 1830, por exemplo, cerca de 42% da população do arquipélago de Cabo Verde ter sido dizimada por esses dois fatores. Sabe-se que, entre 1808 a 1882, desembarcaram no Arquipélago cabo-verdiano 2570 “degredados” – um grupo diversificado de sentenciados, no qual se contavam 83 mulheres, constituído por desertores, perseguidos políticos, religiosos e outros (Faria, 2012: 67). Nesse grupo de “degredados” deve ser possível incluir o então apreciado poeta madeirense, Francisco de Paula de Medina e Vasconcelos (1768-1824), admirador confesso dos filósofos do séc. XVIII, defensor da Constituição²⁹ e, como tal, objeto de uma devassa, em 1823. Sob os motivos de pertencer à Maçonaria e de ter dirigido injúrias à família real, foi condenado a oito anos de degredo em Cabo Verde. Faleceu em 1824, como desterrado político, aos 56 anos, na cidade da Praia, onde se encontrava. Seu filho, Sérvulo de Paula Medina e Vasconcelos, nascido no Funchal em 1820, veio a ser empregado civil para as ilhas de Cabo Verde, com o governador D. José Miguel de Noronha, em 1845. Sérvulo Medina e Vasconcelos terá sido, por 1851, redator do *Boletim Oficial*, onde publicou o romance *Um Filho Chorado*. Faleceu ali por 1854, na ilha Brava, aos 34 anos. Os autores do *Elucidário Madeirense* sublinham que estes “ilustres” funchalenses terão deixado descendência em Cabo Verde, nomeadamente a família Medina e Vasconcelos, que existe naquele arquipélago.

²⁹ Disponível em <http://arquivohistoricomadeira.blogspot.pt/2009/10/francisco-de-paula-medina-e-vasconcelos.html>. [Consult. a 2015-10-31].

Dada a sua localização, a sua orografia e o seu aspeto climático, o arquipélago de Cabo Verde é, ciclicamente, assolado pela seca que, por sua vez, provoca epidemias e/ou crises frumentárias. Em 1863, a carência alimentar era de tal ordem que foi necessário enviar mantimentos de Lisboa, bem como das ilhas de S. Tomé e da Madeira.

Segundo Vítor Sardinha (2008: 111), os cordofones de mão mais utilizados na música popular e tradicional da Madeira, sobretudo no decorrer de processos de emigração de madeirenses, viajaram e deram-se a conhecer um pouco por todo o Atlântico português. Desse contacto com outros povos, novas práticas musicais nasceram: “assim aconteceu com o “braguinha” em Cabo Verde, onde o instrumento guarda enquanto afinação de cordas soltas a mesma da Madeira (do agudo para o grave: ré, si, sol, ré)”.

Após uma acalmia de décadas, é nas páginas do diário da viagem que Raul Brandão fez no verão de 1924 àqueles territórios insulares que designou como *As Ilhas Desconhecidas* (1926: 86) – ou seja, aos Açores e à Madeira –, que voltamos a encontrar um dado sobre a interrelação entre Madeira e Cabo Verde. Neste particular, o escritor português regista a passagem pela Madeira de cabo-verdianas que retrata do seguinte modo:

Sentado à porta do *Golden Gate*, ouço o apito do vapor, e já sei o que se vai passar: muda a armação como um cenário de mágica. Surgem homens com grandes chapéus de palha para vender bordados, colares falsos de coral, cestos de fruta; iluminam de repente as lojas, e segue o desfile de tipos – pretas de Cabo Verde com *foulards* vermelhos na cabeça, mulheres planturosas, alemães maciços, portugueses esverdeados e febris que regressam das colónias, velhas inglesas horríveis que vêm não sei donde e partem não sei para onde, desaparecendo para sempre no mistério insondável do mar; (...).

Em 1931, na sequência da revolta da Madeira, Cabo Verde volta a receber uma leva de revoltosos, que vão, numa primeira fase, para o Tarrafal de São Nicolau (1931-36) e, depois, para o Tarrafal de Santiago (1936-54), conhecido campo de concentração para antifascistas. Não é por acaso que, no final do romance *Eternidade* (1933), de Ferreira

de Castro, um grupo de homens, em que pontifica o protagonista, Juvenal, é deportado para Cabo Verde. Em outubro de 1936, chegaram ao Tarrafal mais uns camponeses madeirenses, presos na chamada “revolta do leite”.

Nem só da ida interessada ou forçada de madeirenses para Cabo Verde é feita a História. Consta que a partir dos anos sessenta clubes de futebol da Madeira passaram a contratar regularmente jogadores cabo-verdianos. Alguns deles, mais talentosos, prosseguirão a sua carreira no continente europeu, após passagem pelos melhores clubes da Madeira.

Estabilizadas as situações político-administrativas desses arquipélagos depois do 25 de abril de 1974, foi possível estreitar, sobretudo a partir dos anos 90 do século passado, relações quer económicas, quer culturais. Empresários dos dois arquipélagos interagem regularmente, movidos por interesses comuns, e, no âmbito do diálogo intercultural, instituíram-se laços entre agentes culturais, criadores e a comunidade científica, como atestam certos nomes de colaboradores na revista *Islenha*, editada pela Direção Regional dos Assuntos Culturais da Região Autónoma da Madeira, e de participantes nas várias edições do “Colóquio Internacional do Funchal”, organizado pelo Departamento da Cultura da Câmara Municipal do Funchal.

De resto, note-se que Cabo Verde assumiu, em dezembro de 2010, a Presidência e o secretariado da Cimeira dos Arquipélagos da Macaronésia por um biénio. Esta primeira Cimeira, decorrida na cidade do Mindelo, em Cabo Verde, visou essencialmente criar um espaço de concertação política e de cooperação para o desenvolvimento entre as ilhas de Canárias, Açores, Madeira e Cabo Verde.

Por último, faço notar, a título de ilustração das relações entre a Madeira e Cabo Verde, a recente colaboração regular no *Diário de Notícias da Madeira*³⁰, do escritor e filósofo, Filinto Elísio Correia e Silva, conselheiro do atual Primeiro-ministro de Cabo Verde.

³⁰ V. Anexo IV.

Sintetizei, neste ponto, os principais marcos na História comum de Cabo Verde e da Madeira. De seguida, passo a explicar a pertinência da abordagem que me propus fazer.

3. Regulação da diversidade linguística em territórios insulares

Em inícios do século XX, o linguista francês Antoine Meillet (1866-1936) já punha a tónica no carácter social da língua, opondo-se neste particular a Saussure (Calvet, 1994: 77-80). É, porém, na década de 60 que se constitui a Sociolinguística – inspirada em parte na Sociologia desenvolvida na “Escola de Chicago” (nos anos 1920), – graças aos trabalhos de William Labov, que vão ter o mérito de desfazer uma ideia até então feita. Em *Norma e Variação*, Maria Helena Mira Mateus e Esperança Cardeira (2007: 64-65) recordam tal situação:

Quando se iniciou o estudo de variantes marcadas por fatores sociais, foi convicção generalizada durante anos que as variantes utilizadas por classes não escolarizadas eram linguisticamente mais pobres e insuficientes para servir a expressão e comunicação de conceitos abstratos e sentimentos elaborados. Todavia, trabalhos realizados por sociolinguistas desde os anos 60 vieram provar que não há insuficiências decorrentes das características linguísticas desses socioletos que impeçam a explicitação verbal de conceitos científicos ou filosóficos. A questão centra-se nas necessidades e nos interesses socioculturais, que exigem da língua usada determinada especialização.

Naturalmente, essa constatação estende-se às línguas crioulas.

Além de ter desfeito um preconceito bastante enraizado mesmo nos linguistas mais informados da primeira metade do século XX, inquirir-se-á: o que é a Sociolinguística? Para que serve? Na prática, a Sociolinguística visa responder à pergunta seguinte: “quem fala o quê, onde, quando, como e porquê?”. Desses trabalhos decorrem duas premissas: toda a língua é constituída de variedades não estanques entre elas e as línguas não formam blocos monolíticos ou homogêneos. À medida que os termos desta

observação foram evoluindo, vão distinguir-se dois posicionamentos: a contestatária e a de compromisso. Para a primeira, a Língua é antes de mais uma realidade social e, por conseguinte, confunde-se com a própria Linguística; para a outra, a Língua é entendida como um sistema de regras e convenções que permite a si própria de operar, aceitando a ideia de uma complementaridade entre uma linguística centrada na questão da gramaticalidade e uma sociolinguística preocupada com a dimensão social dos idiomas. Assim, perante a seguinte frase “– A gente não se faz mal à menêina. A gente quer-se mas é o senhor Gastão!” (*Saias de Balão*, de Ricardo Nascimento Jardim, s/d, 2ª. ed., p. 303), o linguista colocar-se-á perguntas distintas das do sociolinguista. O linguista analisará essa estrutura, enquanto estrutura, como o faria com qualquer outra língua, ao passo que o sociolinguista prestará mais atenção ao carácter “incorreto” de tal enunciado, ao locutor que o profere, à situação em que ocorre (Maingueneau, 1996: 53-56).

Assim, para o Sociolinguista, a Língua é uma forma de comportamento social, logo as suas pesquisas nesse âmbito devem centrar-se na língua em uso dentro de uma dada comunidade de falantes, tomando em consideração os fatores sociais e culturais que a caracterizam: as redes, as estruturas sociais, as relações de poder e de exclusão, os estereótipos e os sentimentos; ou seja, os andamentos da sociedade em que as línguas desempenham um papel não negligenciável. Ao estudar a relação entre a linguagem e a sociedade, o Sociolinguista procura explicar por que se fala de forma distinta em diferentes contextos sociais, preocupa-se com a identificação das funções sociais da linguagem e estuda as formas em que é usada para transmitir um significado social.

Com efeito, a competência linguística de um locutor assenta numa paleta de variedades de uma língua, ou de várias, dentro da qual ele escolhe elementos do discurso para se expressar, realizando misturas contínuas e sempre renovadas. No entanto, as línguas, ou as suas variantes – sendo todas elas complexas e válidas, nem ricas nem pobres, nem boas nem más –, são sujeitas a uma hierarquia que reparte os códigos consoante parâmetros sociológicos: à situação de maior prestígio social, associa-se uma língua de

registo elevado (a dos grupos sociais dominantes), à situação “familiar”, uma língua considerada “informal” (a dos grupos dominados) (Blanchet, 1995: 56-57). Se a maioria dos locutores de um determinado idioma é capaz de utilizar registos diferentes de linguagem (familiar, elevado...) consoante a situação, W. Labov repara, todavia, que o desfasamento entre língua de registo corrente e língua de registo elevado é maior num operário do que num quadro superior. Por isso, as relações entre a língua-padrão (registo valorizado) e o vernáculo (registo inferiorizado) chegam a refletir, de igual modo, uma situação de diglossia, sendo esta mais antiga e estabilizada. Estes problemas de variação exigem uma política linguística que, por um lado, promova o uso adequado e eficaz da(s) língua(s) de um Estado, bem como a sua aquisição e aprendizagem, por outro, regule determinadas práticas linguísticas. Apela-se então a linguistas, educadores e legisladores, a quem compete, no âmbito de uma sociolinguística aplicada, elaborar uma planificação linguística (ou seja, uma inventariação de objetivos e estratégias) para, por exemplo, travar ou controlar as variações de uma determinada língua, definir-lhe a norma padrão³¹, proceder eventualmente a uma “reforma” ortográfica para reaproximar a expressão escrita com a expressão oral, preservar ou valorizar línguas em presença num determinado país.

Nesta linha de pensamento, não surpreende que o contacto entre línguas decorridas de processos históricos de migração e colonização tenha tido consequências de monta, visto terem suscitado mudanças linguísticas que estão na origem de línguas mistas, como os *pidgins*, os crioulos (Villalva, 2006: 87) ou os falares emigreses (a exemplo do francês-português, do portunhol e do portinglês), cuja formação se faz pelo contacto social e linguístico de locutores de língua(s) minoritária(s) com a Língua do grupo dominante, do ponto de vista político, económico e cultural. Situada a reflexão que vou desenvolver no contexto da Sociolinguística, vou apresentar problemas linguísticos patentes em

³¹ A *norma padrão* é a modalidade linguística escolhida por uma sociedade enquanto modelo de comunicação, para ser tido em conta no Ensino, com a responsabilidade que lhe cabe na Formação de todos os utentes profissionais da Língua, ou seja, dos próprios professores, dos jornalistas, dos escritores ou dos políticos, para dar apenas alguns exemplos.

vários espaços insulares de modo a estabelecer um quadro comparativo, revelador e definidor da situação linguística cabo-verdiana.

A Linguística determinou que toda a língua é trabalhada pela mudança e pela variação, quer por fatores internos (tais como o princípio de economia e a regularidade analógica), quer por fatores externos (extralinguísticos). Para ilustrar a premissa de fatores externos ligados à noção de deriva fonética, Jean-Élie Boltanski (1995: 96) recorda o exemplo inspirado na história das línguas malaio-polinésias: um povo vive na ilha A, fala uma língua e todos obedecem à mesma norma. Um dia, uma parte desse povo muda-se e instala-se numa ilha longínqua (B). Três séculos mais tarde, os habitantes de A e os habitantes de B, que não tiveram contacto linguístico com nenhuma outra língua, não têm a mesma pronúncia entre si nem com a pronúncia dos seus antepassados: o mesmo sistema linguístico evoluiu, independentemente um do outro, diversificando-se de modo lento e impercetível. Comparando os dialectos A e B, pode-se reconstruir a proto-língua, aquela que era falada na ilha A, antes da cisão.

Por outro lado, visando o estudo da evolução de uma língua, a Dialectologia determinou que quanto maior for o isolamento geográfico, maior será a tendência para o conservadorismo linguístico. Território isolado por excelência, a Ilha reúne as condições para se apresentar como conservadora de um ponto de vista linguístico. Com efeito, a língua falada numa ilha, com escasso contacto com o resto do mundo, mantém-se relativamente próxima do estado evolutivo em que se encontrava quando foi implantada nesse novo contexto geográfico. Será inútil dizer que quanto mais afastada de uma costa continental a Ilha estiver, mais a tendência conservadora se acentua.

Todavia, quando sujeitas a fortes transformações sociais e influências linguísticas e culturais várias, podem desenvolver traços, fenómenos ou “linguajares” inovadores, quer devido ao contacto de várias línguas, quer devido a um fator externo, por via do poderio militar e económico ou de decisões políticas. Convém, pois, lembrar, com Pierre Fiala (1984: 78), que a linguagem “não é um meio passivo de transmissão de

informação, nem tão-pouco um mero reflexo das mudanças sociais, mas sim uma autêntica força histórica e um fator de mudança”.

Nesse sentido, a fim de problematizar a vida insular e respetivas consequências a nível linguístico, importa examinar algumas situações sociolinguísticas significativas de várias ilhas que resultam de um determinismo insular e respetivo processo histórico: a diferenciação fonética e identitária na ilha de Martha’s Vineyard, o multilinguismo nas ilhas Maurícias, as escolhas de Timor-Leste no tocante às suas línguas oficiais e de trabalho, o surgimento recente do crioulo no Havai e o bilinguismo de Cabo Verde.

3.1. O “snobismo inverso”³² em insulares de Martha’s Vineyard

No seu livro *Les Voix de la ville*, Louis-Jean Calvet dá conta de um curioso estudo levado a cabo por William Labov, em Martha’s Vineyard, uma ilha situada ao largo do litoral de Massachussets e conhecida pelo facto de a sua população ter conservado traços linguísticos “arcaicos”. No entanto, não foram esses arcaísmos que atraíram a atenção de W. Labov: foi um traço linguístico característico de Martha’s Vineyard, mas que apresentava um campo de variação amplo e um esquema de distribuição complexo. O traço fonético pelo qual Labov se interessou foram as pronúncias do ditongo /ay/, em palavras como *right*, *pride* ou *wife*, e do ditongo /aw/, em palavras como *house*, *out* e *doubt*. O seu inquérito revelou que o primeiro elemento desses ditongos, o /a/ tinha tendência a ser centralizada nos falantes da Ilha, ou seja, a ter uma pronúncia mais próxima do /e/ francês. Colocava-se então o problema de explicar esse traço divergente do Inglês norte-americano. Aplicando a metodologia de analisar em pormenor a configuração da mudança fonética à luz das forças sociais que agiam em profundidade naquele meio insular, Labov notou, desde logo, as dificuldades dos insulares em manterem-se na terra natal. Aquando da realização desse inquérito, existiam 5 563

³² No sentido da locução inglesa “*inverted snobbery*”.

habitantes na Ilha ao longo do ano, aos quais se juntavam cerca de 42 000 estivaleiros nos meses de junho e julho. Mas essa invasão de turistas não chegava a dar trabalho aos insulares e estes conheciam uma taxa de desemprego que representava o dobro da média nacional. Alguns, face a estas dificuldades, queriam partir, mudar-se para o continente; outros, pelo contrário, queriam defender a sua Ilha. O estudo da situação social de Martha's Vineyard permitiu a Labov formular o seu esquema definitivo: ao considerar as atitudes³³ dos locutores inqueridos em relação à Ilha, reparou que quanto mais as pessoas tinham uma atitude positiva, mais eles centralizavam os dois ditongos observados. Ou seja, existia uma distribuição social dos ditongos centralizados: os que queriam ficar na Ilha adotavam uma pronúncia “ilha”, os que queriam partir adotavam uma pronúncia continental (Calvet, 1994: 98-101).

A título de curiosidade, esse “snobismo inverso” insular tem-se igualmente verificado na ilha da Madeira, onde prevalece o monolinguismo maciço, embora o Português aí falado – e por vezes escrito – apresente alguns particularismos relativamente à norma-padrão: há notícia de ter havido na Assembleia Regional da Madeira trocas de galhardetes entre deputados de bancadas distintas, sendo que alguns têm denunciado o suposto preconceito linguístico (relativamente ao uso desses regionalismos) para insinuarem que os opositores têm pruridos em se afirmarem como defensores da Identidade e Cultura madeirenses.

Considerando estes dois exemplos, torna-se claro que a linguagem preenche uma função identitária, sendo sempre possível instrumentalizá-la, por exemplo, no âmbito da construção das relações sociais ou de valores simbólicos, nos campos quer da política, quer da religião, quer da literatura.

3.2. O despontar das línguas crioulas

³³ Distribuída por três níveis: a positiva, para aqueles que desejavam ficar; a neutra, para aqueles que se mostravam indiferentes à questão e a negativa, para aqueles que desejavam partir.

Se o conservadorismo linguístico tem predominado em muitas ilhas, a exemplo da Islândia, da Irlanda, das Baleares e – salvaguardadas as devidas distâncias com os casos referidos – da Madeira, a maioria dos crioulistas não deixou de constatar que as línguas crioulas surgiram em zonas geográficas particulares: em ilhas e em lugares litorâneos (à semelhança da Serra Leoa, dos Camarões, da Guiné-Bissau, do Suriname e de Gibraltar), sendo o caso mais curioso, o “Sango”, um crioulo falado na República Centro-Africana, nas margens do Ubangui, um afluente do rio Congo, em pleno coração de África. Embora vários crioulos formados em zonas litorâneas tenham desaparecido ao longo da História, nomeadamente nas antigas praças-fortes portuguesas ou holandesas, ainda assim, no plano estatístico, tudo indica que a insularidade (ou seja, a concentração de locutores de diversas etnias num espaço geográfico isolado) favorece a crioulição (ao iniciar um processo de comunicação em que se misturam termos e expressões de vários idiomas, sob a forte influência da Língua do grupo dominante). No entanto, como observa o linguista Ulrich Fleischmann (citado por Chaudenson, 1998):

il est difficile de démontrer, en se référant à des cas concrets, quelle est la relation entre ces différentes dimensions sociales, l’implantation de certaines formes d’exploitation économique et finalement l’éclosion de ces changements culturels qu’on appelle créolisation.

Em todo o caso, essa eclosão só deve ter sido possível em fases de estabilização social, criando-se assim as condições necessárias para o surgimento de uma língua estruturada pela morfologia, sintaxe e semântica³⁴ (passagem do *pidgin* para a língua crioula). Também, não será por acaso que, em varias situações, a expansão do Cristianismo, realizada por via marítima, esteja associada à formação de crioulos e à implantação dessa doutrina em lugares (África, América, Ásia e Oceania) tão distantes da Europa, o seu histórico centro de irradiação, quanto improváveis, porque em forte concorrência com outras confissões religiosas.

³⁴ A esse respeito, observem Ernesto d’Andrade e Alain Kihm (1997: 386): “Toda a gente (ou quase) está de acordo sobre um ponto: os crioulos são profundamente diferentes, ao nível morfossintático e semântico, das línguas de que herdaram o vocabulário (Português, Francês, Inglês, etc.)

3.2.1. O multilinguismo das ilhas Maurícias

As ilhas Maurícias apresentam uma situação sociolinguística complexa, em que diversas línguas coabitam, entram em contacto, com diferentes funções, múltiplos usos e estatutos distintos. Essa complexidade faz lembrar, desde logo, a narrativa bíblica da Torre de Babel, ilustrativa da fragmentação linguística. De acordo com as estatísticas oficiais, 15 línguas faladas convivem nesse país insular. Todavia, a importância relativa dessas línguas em presença varia muito. A Constituição das ilhas Maurícias não menciona nenhuma língua oficial enquanto que a de Cabo Verde, no seu artigo 9º, é bem explícita (bilinguismo com diglossia):

Artigo 9º (Línguas oficiais) 1. É língua oficial o Português. 2.O Estado promove as condições para a oficialização da língua materna cabo-verdiana, em paridade com a língua portuguesa. 3.Todos os cidadãos nacionais têm o dever de conhecer as línguas oficiais e o direito de usá-las.

Por outro lado, a Constituição das Maurícias, sublinha o multilinguismo, ao conter apenas uma declaração no seu artigo 49º. - a língua oficial da Assembleia é o Inglês - mas qualquer membro da Parlamento pode falar o Francês, uma língua comum, também, na educação e dominante nos meios de comunicação social, o que implica que o Inglês e o Francês sejam, na prática, as línguas oficiais da Assembleia Nacional apesar de a língua maioritária e *língua franca* do país ser o Crioulo das Maurícias, que é de base francesa.

Apesar de a língua oficial da Maurícia ser o Inglês, como acabei de dizer, poucos habitantes a dominam e só é utilizada em ocasiões formais. Consta que até os funcionários públicos sabem mais Francês do que Inglês. O Francês é de longe a língua europeia mais presente nesse conjunto de ilhas. A maioria dos mauricianos praticam-na, alguns dominam-na até muito bem e é invariavelmente a língua na qual aprendem a ler e a escrever. Mais de metade dos programas radiofónicos e da televisão nacional

emitem em Francês, e cinco dos seis diários, assim como a maioria dos semanários, são publicados quase inteiramente ou mesmo exclusivamente em Francês. Todavia, o Inglês é a língua que muitos mauricianos desejariam dominar (falar corretamente). Nos factos, o Francês é claramente a segunda língua mais falada (depois do Crioulo) pelos habitantes da Maurícia e o Inglês, a terceira, visto os indo-mauricianos e os sino-mauricianos estarem mais familiarizados com ela. Tal cenário não será de estranhar, se tivermos presente a realidade do ensino que John Holm (1989: 398-399) descreve:

The medium of instruction in Mauritian primary schools is French for the first four years and English thereafter. However, teachers may use any language at any stage to help a child who would otherwise have difficulty in understanding. In practice, this means that Creole is used almost exclusively at the beginning with a gradual shift to French and then English. In general French is used orally while English predominates as the written medium. The rate of literacy was 61% in 1982.

É provavelmente essa situação que leva alguns a dizer que “toda a gente fala em Francês, mas todos escrevem em Inglês” (recorde-se, uma vez mais, que o Inglês é a língua do Estado). Mas a língua mais falada no dia-a-dia, oficiosa e convencionalmente, é o Crioulo mauriciano. Para a maioria dos locutores nativos, trata-se mesmo da língua materna. As outras línguas faladas correntemente nesse país são o Bhojpuri (um dialeto biari do Índi) e o Hakka, um dos idiomas chineses. Quanto às outras línguas em presença, como o Tamul, o Urdu, o Mandarim, o Telugu, o Marati, o Gujarati ou o Árabe, importa observar que estas apenas têm expressão enquanto línguas de rituais ou, por vezes, literárias, não sendo línguas em que as pessoas comuniquem com os filhos e não tenho dados que me permitam afirmar se a escrita do crioulo mauriciano ocorre só na literatura como em Cabo Verde ou se já está mesmo impatado na escolarização.

Um dos problemas para determinar as línguas faladas na Maurícia deriva do facto de a grande maioria dos mauricianos serem, pelo menos, bilingues, quando não são trilingues ou até mesmo políglotas. Não é raro encontrar-se mauricianos que falem cinco ou seis línguas. As combinatórias entre o Crioulo, o Francês, o Inglês e o Bhojpuri são

correntes. Por entre as pessoas bilingues ou trilingues, o Crioulo está sempre presente, assim como o Francês. Sobram de seguida combinatórias possíveis com uma língua indiana outra que o Bhojpuri e o Hakka, além do Crioulo mauriciano.

No tocante à vida literária, a escrita em Crioulo foi-se mantendo relegado a um papel folclórico. Todavia, nos anos 80, ganhou forma um movimento cultural para vivificar esta escrita e cultura “mestiças” (Joubert *et al.*, 1993: 84), não dispondo eu, contudo, dados que me permitam afirmar se a escrita do Crioulo das Maurícias ocorre só na literatura mestiça como acontece em Cabo Verde ou se já está implantada na escolarização. Apenas disponho da seguinte informação:

Enquanto *Kreol Marisyen* (Crioulo da Maurícia) é a língua mais falada na Maurícia, a maior parte da literatura é escrita em francês, embora muitos autores escrevam em inglês, *bhojpuri* e *marisyen*, assim como noutras línguas como *Abhimanyu Unnuth* e *hindi*. O mais renomado escritor local, *Dev Virahsawmy* escreve exclusivamente em *marisyen*³⁵.

Assim, a Maurícia, sociedade pluricomunitária, apresenta, claramente, uma situação de multilinguismo – capacidade de comunicar e de se expressar em mais do que duas línguas com as quais o indivíduo contacta regular e frequentemente com o próximo. García, Ofelia e Schiffman, Harold (2011), citando Joshua A. Fishman, definem multilinguismo³⁶ como a interação entre bilinguismo (preferido por psicólogos) e diglossia (escolhido por sociólogos). O conceito de “multilinguismo” centra-se no “the intra-group widespread and stable use of two or more languages” (Garcia, 2011:12), verificando-se, quase sempre, uma especialização do uso das línguas conforme a situação comunicacional, o contexto ou o tipo de interlocutor.

³⁵ Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Maur%C3%ADcia>. [Consult. a 203-10-10-31].

³⁶ Como defendem outros sociolinguistas, o plurilinguismo contribui para que as línguas estejam sempre em contacto (Calvet, 2002).

Assim, para o Estado de um território multilingue, a dificuldade residirá em optar por políticas que respeitem os vários locutores e comunidades linguísticas, sem menosprezar a necessidade de uma gestão sensível e eficaz dessa diversidade linguística, do ponto de vista da governabilidade, da legitimidade e da coesão nacional. Elevar uma língua ao estatuto de língua oficial é conferir-lhe, pelo menos, um triplo papel importante: instrumento de desenvolvimento, função administrativa e símbolo identitário. Acontece que nem todas as línguas estão devidamente equipadas para preencher a função de língua de Estado: existe, pois, o problema de saber se esta ou aquela língua em vista está bem descrita, se ela dispõe de um alfabeto, de gramáticas, de dicionários, se possui uma norma-padrão definida, se existem as ferramentas para fazer dela uma língua de escolarização, se a relação preço/qualidade de um tal equipamento vale o investimento e o esforço estatal, se a relação custos/benefícios justifica tal escolha (Calvet, 1994: 161-162).

Na verdade, o ambiente multilingue, quer de indivíduos quer de comunidades, é mais frequente do que se pode supor, por isso Estados há que têm muitas vezes de promover políticas linguísticas específicas (Villalva, 2006: 95). Em todo o caso, os especialistas convergem para sublinhar que o multilinguismo convivial representa a política mais simples e acertada sob todos os aspetos e, em particular, numa perspetiva de desenvolvimento a longo prazo. O conceito de “convivialidade” opõe-se resolutamente a uma visão conflitual entre as línguas, optando antes por uma visão filosoficamente otimista, socialmente serena e economicamente rendosa dessa coabitação de línguas distintas.

Como se vê na Maurícia, nem sempre a língua com melhor *status* (língua de Estado ou com maior prestígio) corresponde ao seu *corpus* (número de falantes). Calvet (1994: 156), baseando-se nos trabalhos de Chaudenson, avalia as línguas em presença num determinado país a partir dos seguintes critérios: o grau de uso (*corpus*), o grau de reconhecimento (*status*) e o grau de funcionalidade (as possibilidades de que a língua dispõe para preencher as funções que lhe são atribuídas).

No caso em apreço, verifica-se a seguinte situação: o Inglês, a língua de Estado na Maurícia, tem um estatuto sobreavaliado relativamente às línguas mais usadas; o Francês goza de prestígio e de maior aceitação por parte da maioria da população; no entanto, o Crioulo, a língua veicular nas ilhas, tem um estatuto insuficiente, se se comparar o seu grau de uso com o estatuto das referidas línguas europeias.

São estas questões que vou debater brevemente, descrevendo o caso de Timor-Leste.

3.2.2. As línguas oficiais e de trabalho de Timor Leste

De acordo com Hanna J. Batoréu, a situação sociolinguística de Timor-Leste apresenta-se como única, “devido às especificidades da sua posição geopolítica e a particularidades dramáticas da sua história” (Batoréu & Casadinho, 2009: 4).

Antiga colónia portuguesa (1517-1975), Timor-Leste foi anexada pela Indonésia em 1975, aproveitando-se do facto de Portugal se encontrar fragilizado na cena política internacional, aquando do processo de mudança de regime político iniciado em abril de 1974. É certo, ao longo da história desse território, o Português nunca ter sido uma língua que os nativos dominassem ou utilizassem na comunicação oral, nem mesmo uma língua de contacto³⁷ entre etnias de idiomas diferentes. Tal função pertencia e continua a pertencer à língua veicular tradicional, o Tétum-Praça, uma língua que resulta de um processo de criouliização de duas grandes famílias linguísticas: a Austronésia e a Papua. John Holm (1989: 295) perspetiva a importância do Tétum em detrimento da Lpdo seguinte modo:

The creole Portuguese of East Timor was brought in from elsewhere but developed under the influence of Tetum. Tetum, a local Austronesian language, has been used as a lingua franca on Timor since sixteenth century, when Portuguese missionaries adopted

³⁷ Isto é, a língua de que se serve os falantes de uma comunidade multilingue para poderem comunicar entre si.

it for their work and spread throughout most of the area under Portuguese administration (...). Because Tetum filled the need for a lingua franca, no creolized variety of Portuguese apparently ever developed on Timor.

De acordo com a constituição de 2002, foi alçada ao *status* de língua co-oficial ao lado da Língua Portuguesa, a língua oficial. Além de ser língua franca em quase todo o território (com a exceção do território leste Lospalos), o Tétum está ligado à identidade nacional por diversos motivos: foi a língua melhor documentada no período colonial português; foi escolhida pela igreja católica para a catequese; foi a que se manteve durante a ocupação indonésia. A somar ao Tétum, considera-se poderem existir nesse pequeno território de cerca de um milhão de habitantes, segundo vários estudos linguísticos, entre 16 a 32 línguas diferentes.

Com a anexação do território pela Indonésia, o uso do Português foi proibido e deu-se início a massivos programas de alfabetização e escolarização em Malaio Indonésio (também denominado *Bahasa*), idioma até então desconhecido no território timorense. Durante vinte e quatro anos, toda uma geração de timorenses cresceu e foi educada nessa Língua. Essa situação alterou-se em 1999, data da retirada dos indonésios e início do controlo do território pelas Nações Unidas, cuja jurisdição se manteve até 20 de maio de 2002, data da independência do país.

O Português sobreviveu, no entanto, como língua de resistência, usada pela Fretilin (Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente) e pelas outras organizações da resistência nas suas comunicações internas e no contacto com o exterior. Este uso do Português, muito mais do que do Tétum, conferiu-lhe uma enorme carga simbólica. Por isso, as novas autoridades do país fizeram questão de recuperar o idioma da antiga potência administrante. A constituição reconheceu ao Português o estatuto de “língua oficial” ao lado do Tétum-Praça.

Como observam Batoréu e Casadinho, a especificidade timorense deve-se “sobretudo à complexa situação formal que surgiu na sequência da proclamação da Constituição do estado independente, em 2002” (Batoréu & Casadinho, 2009: 55).

A par da Lp usada por cerca de 5% da população e do Tétum, a língua nacional, conferiu-se ao Indonésio-Malaio e ao Inglês o estatuto de línguas de trabalho. Quanto às restantes línguas locais, as autoridades oficiais envidarão esforços para valorizá-las, bem como preservá-las.

Noutro artigo, Batoréu (2009: 55, citando Sampaio, 2003) traça o quadro do uso das línguas em presença do seguinte modo:

A diversidade linguística observada em Timor tem, na prática, poder avassalador e muito concreto no dia-a-dia timorense: a conta da luz vem em Inglês, o formulário para o livrete de carro em Tétum, os comunicados do governo em Português e a informação policial em Indonésio, enquanto a comunicação social utiliza tanto a língua veicular e as línguas oficiais como as do trabalho.

Apesar de a população ter uma imagem positiva da Língua e Cultura Portuguesas (a interiorização da religião Católica, um instrumento ao serviço da Resistência contra a presença indonésia, o papel que a diplomacia portuguesa desempenhou em prol da autodeterminação do Território), o contexto linguístico não lhe é favorável e dificilmente terá condições para que a maioria da população venha a adotá-la. Até porque a maioria dos docentes é pouco competente em Português. Além do mais, as atenções dos timorenses e das suas academias têm-se, naturalmente, virado para as línguas locais e para a valorização do Tétum, a língua da identidade nacional.

O que está em jogo para um pequeno país ainda frágil, apostado na estabilidade e em relações harmoniosas com os vizinhos gigantes e poderosos, nomeadamente a Indonésia e a Austrália, é o da sua sobrevivência, credibilidade e afirmação, enquanto Estado independente. Tudo o que precede tem que ver com opções políticas e a aceitação da realidade. A diversidade linguística existente em Timor-Leste é, sem dúvida, parte

constitutiva da sua identidade, mas precisa também de criar instrumentos de coesão e de unificação nacional e de desenvolvimento social. Quer a nível interno, quer a nível dos seus parceiros económicos, um estado insular em desenvolvimento não pode prescindir de uma política linguística no contexto atual da mundialização. Respeitar as identidades linguísticas e culturais, aproximar os diversos grupos da população e ajudá-los a abrirem-se ao mundo exterior, tais são as grandes linhas da política linguística que essa sociedade insular deverá seguir.

Nesse contexto, termino este subcapítulo estabelecendo uma brevíssima relação entre Timor Leste e Cabo Verde utilizando como fonte o Boletim OPLOP 009, sigla do Observatório dos Países de Língua Oficial Portuguesa, numa publicação de 1 de março de 2011³⁸:

Dificuldades para a consolidação do português em Timor Leste. Enquanto em Cabo Verde o Dia Internacional da Língua Materna foi celebrado no meio de um processo de valorização do Ccv, na ilha de Timor Leste, é possível observar um movimento em sentido contrário.

Não admira, então, que o futuro do Português em Timor vá no sentido da criouliização (Batoréu, 2009: 55 e 58, citando Moura, 2007), enquanto em Cabo Verde, como explicarei mais adiante, a tendência vai no sentido oposto, ou seja, no da descriouliização do Ccv pelo contacto com a Lp, língua de prestígio, tal como prevê o presidente de Timor-Leste, falando da fusão das duas línguas (Tétum e Português)

A Lp é fundamental para a nossa identidade. O próprio Tétum, para se desenvolver, precisa do Português. Alimenta-se dele. (...). O Português vai vencer em Timor, mas os portugueses terão de compreender que será uma língua muito diferente da que falam. Será um Português timorense. O “Tetuguês”.

³⁸ Fonte: <http://www.oplop.uff.br/boletim/110/cabo-verde-timor-leste-entre-resgate-consolidacao-das-linguas>. [Consult. a 2013-11-01].

3.2.3. O Crioulo do Havai: a emergência de uma língua quase em direto

O Crioulo de Havai (*Hawaiian Creole English*), entendido por cerca de 600 000 pessoas e praticado correntemente por 100 000 a 200 000 locutores no Arquipélago, em “concorrência” com o Inglês e o Havaiano (as duas línguas oficiais do Estado do Havai), formou-se há pouco mais de um século, tornando-se a língua veicular que liga entre si migrantes de etnias diversas e oriundos das mais variadas origens com os autótonos. Naturalmente, o contexto de formação desse *pidgin* tem que ver com a já referida “sociedade de plantação”, neste particular, com o surto da indústria da cana-de-açúcar no Havai em finais do século XIX. Convém notar que, nesse Arquipélago, se tinha estabelecido já um pequeno núcleo de portugueses e cabo-verdianos quando se firmou um acordo entre o Reino do Havai e o Governo Português para a fixação de trabalhadores micalenses e madeirenses nas plantações de cana sacarina. O primeiro grupo constituído por 180 madeirenses (80 homens, 40 mulheres e 60 crianças) chegou ao Havai em 1878³⁹ (Dias, 1989: 36-37). Por volta de 1910, fizeram vir trabalhadores da China, do Japão, da Coreia e das Filipinas que rapidamente elaboraram um *pidgin* para comunicar uns com os outros. Assim nasceu, nos anos 20, o Crioulo havaiano, uma língua minoritária no Arquipélago. Alguns dos trabalhadores dessas plantações ainda eram vivos em 1970. Ao falar com eles nessa época, o linguista americano, Dereck Bickerton, adquiriu um conhecimento preciso da linguagem em que comunicavam. Comparou a estrutura e as componentes dessa linguagem à linguagem desenvolvida pelos filhos desses trabalhadores. Observou que, de uma geração a outra, toda a panóplia de uma língua, com os seus auxiliares, preposições, tempos, marcadores de caso, pronomes relativos, entre outros, tinha surgido espontaneamente.

Como explica François Lassagne, no seu artigo “Créole, la naissance d’une langue”, desta constatação, Bickerton deduziu que as premissas da sintaxe de uma língua deviam

³⁹ Com a crescente chegada de trabalhadores orientais, os salários nas plantações baixaram e muitos portugueses mudaram-se para a Califórnia. A emigração portuguesa para o Havai cessou a partir da década de 1920 e, na atualidade, os “portugueses” do Havai são quase exclusivamente luso-descendentes, muitos deles fruto de uniões fora do grupo étnico emigrante.

situar-se algures no cérebro de cada falante e que seriam ativadas em caso de necessidade, apoiando-se no contexto em que a enunciação é formulada, o que o levou a afirmar ter detetado a transição de um sistema primitivo de representação para o seu estado moderno na emergência do Crioulo havaiano (conhecida como “hipótese do bioprograma” de Bickerton). Passando de uma forma de comunicação minimal para um sistema de representação secundário, o Crioulo resultaria de alicerces cerebrais da abstração e da Gramática Universal descrita por Noam Chomsky, enquanto estrutura condicionadora da emergência de uma língua natural. Esta conclusão, algo radical, não tem colhido a adesão geral dos crioulistas, até porque não se sabe se as crianças observadas tinham efetivamente tido contacto apenas com locutores do *pidgin* havaiano e há fortes dúvidas de que esta situação seja generalizável a outros crioulos. Todavia, todos os especialistas convergem na ideia de uma relação entre criolização e aquisição da linguagem, na ideia de que existe um duplo processo de aquisição e de formação da língua por aqueles que se tornarão dela os seus primeiros locutores. Onde Bickerton entrevê a obra de um préprograma no cérebro dos futuros locutores de um crioulo em formação, habitualmente invisível na aquisição de uma língua e entendida como se fossem tijolos lexicais rudimentares aplicada a um *pidgin*, Chaudenson defende que, quando alguém pretende aprender uma outra língua que não a materna, fabrica, numa primeira fase, uma variedade básica, isto é, tenta-se isolar dela os elementos os mais destacados e frequentes. Só numa fase posterior, nas fases de estabilização social é que a língua ganha consistência graças a uma estrutura sintática.

Talvez Alain Kihm consiga reconciliar estas duas abordagens. Para este linguista francês, a língua dos senhores das plantações como as línguas de origem das comunidades de trabalhadores multilingues confrontar-se-iam num cadinho, misturando léxico e gramática, daí emergindo construções, regidas pela prática verbal segundo parâmetros de economia, de inteligibilidade ou de perceptibilidade, eles próprios governados por princípios da Gramática Universal (Lassagne, 2004: 78-85). Pelas razões acima enunciadas compreender-se-á que o Crioulo havaiano tenha suscitado uma

atenção particular na Crioulística, ao servir de base empírica para uma das principais teorias da formação de crioulos.

3.2.4. O Papiamento de “ABC” e o Forro de S. Tomé e Príncipe

Os processos de normalização dos crioulos em três sociedades e culturas insulares, escolhidas aleatoriamente - as de Martha's Vineyard, TimorLeste e Havai - conduziram-me a realidades insulares com maior proximidade geográfica, política e linguística da Lcv, que são o *Papiamento* de Aruba, Curaçao e Bonaire (ABC) e o *Forro* de S. Tomé e Príncipe:

A palavra *Papiamento*, segundo Pereira (2007b: 62), tem a mesma raiz de *papia* (do português *papear*, significando *palrar*, *paguear*) que encontramos na designação do crioulo de Malaca, o *Papia Kristang* e nos crioulos de Cabo Verde e da Guiné-Bissau, onde o verbo *papia*⁴⁰ é usado para significar *falar*, *conversar*, pese embora os o frequente fenómeno sociolinguístico de descrioulização, por parte dos jovens, a que me referirei na página seguinte no que concerne a Cabo Verde. Voltando às ilhas “ABC”, como se sabe, o *Papiamento*, falado nas ilhas de Aruba e Bonaire e Curaçau, nas Antilhas é de origem mista, portuguesa e espanhola, com termos de origem holandesa, inglesa, francesa ameríndia e africana, apresentando, no entanto, grandes semelhanças com o Crioulo de Cabo Verde, tanto ao nível lexical como ao nível gramatical.

⁴⁰ PAPIA LINGUA STRANJERU E DIFISIL (falar língua estrangeira é difícil)

2 kriansa kabuverdianu di ses 2 pa 3 anu di idadi, kontra ku kunpanheru. Es era amiginhas. Un txomaba Amélia i kel otu, Márcia. Márcia era mas spertinha. Márcia bira pa se koleginha, el fla-l ku tudu bazofaria: - Amélia, dja N sabe fla un palavra na purtuges! - Ki palavra?! Nxina-m! - reaji Amélia, ardigada. - Bu ka ta konsigi fla-l pabia e difisil. - kudi Márcia ku orgulhu di se kabesa. - Fla-m, Márcia! Nxina-m-el di favor! N ta prende tanbe. - Sta dretu. E palavra "mama". El signifika "nha mai" na purtuges. - Mas, kel la e fasil - e sima na nos lingua! Nos tanbe, nu ta fla "mama". - trosa Amélia. - Ka e fasil nada! - insisti Márcia, kontrariada. - E fasil sin sinhora! Odja-m ta fla-l: mama! - Na! Bu sa ta fla-l na kabuverdianu. Fitxa odju, bu faze di konta ma bu sa ta papia na purtuges, i dipos bu fla "mama". - dizafia Márcia. Amélia fitxa odju, sprema, nfanhi, sprema, nfanhi, sprema, nfanhi i dipos dispara: - Poxa! Dja N dizisti. N ka sa ta konsigi finji ma N sa ta papia purtuges!

Fonte: Redes sociais de um dos meus informantes, em 2013, reproduzida aqui como ilustração das semelhanças entre o Papiamento e o Ccv.

Dulce Pereira, na sua obra, já mencionada anteriormente, “Crioulos De Base Portuguesa”, mas, agora, na página 40, ensina-nos, a propósito de algumas ideias (mal) feitas sobre os crioulos, na parte respeitante às consequências sociolinguísticas resultantes do facto de os crioulos de base portuguesa terem sido durante muito tempo objeto de uma avaliação negativa por parte do senso comum e das autoridades portuguesas principalmente no início do século XX, o seguinte “(...) atualmente, um dos verbos mais antigos e mais frequentes do crioulo Santiaguense – *papia* (falar, conversar) – está a ser sistematicamente substituído, no discurso dos mais novos, pela forma *fala*, naturalmente sob a influência da língua portuguesa e do seu verbo *falar*”.

Por outro lado, diz-nos a wikipédia⁴¹, o *Sãotomense ou Forro* (também conhecido como *santomé*) é uma língua nacional de S. Tomé e Príncipe, falada na primeira das duas ilhas, excepto na ponta. Sendo uma língua crioula de base portuguesa, o crioulo de São Tomé difere grandemente dos crioulos da Guiné-Bissau, Senegal, Gâmbia e Cabo Verde pois tem por base, principalmente, as línguas *Kwa*, faladas na Costa do Marfim, Gana, Togo, Benim e Nigéria. “O *Sãotomense* é a língua usada nos contactos sociais em praticamente toda a ilha de S. Tomé, inicialmente falada pelos escravos libertos ou forros e a maioria dos falantes de são-tomense fala também português⁴²”.

O Instituto Camões⁴³ complementa a informação anterior, acrescentando que o Santomense deve-se ter estabilizado no fim do século XVII, quando diminuiu o fluxo de escravos uma vez que nos primeiros cem anos os escravos eram trazidos principalmente do Benim onde se falavam as línguas *Kwa* e mais tarde recebeu influências do Kikongo falado pelos escravos vindos do Rio Congo e que, embora com menos expressão, subsiste, ainda, em S. Tomé, um outro crioulo (Angolar), falado pelas primeiras gerações de angolares sofreu provavelmente uma relexificação à medida que a comunidade acolhia novos escravos fujões falantes de línguas de origem banto, como o *Kimbundo*, o

⁴¹ <http://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o-tomense>. [Consult. a 2013-11-02].

⁴² <http://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o-tomense>. [idem].

⁴³ <http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/geografia/crioulosdebaseport.html> [idem].

Edo e o Kikongo. O *Santomense*, de acordo com as fontes acima citadas, tem um léxico maioritariamente de origem portuguesa embora com influência das línguas *Kwa e Banto* e léxico do Angolar integra um maior número de fontes africanas, sobretudo do Kimbundo.

A Revista de Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola 1:1 (2009), 1-27 ISSN 1646-7000, publica um resumo de um projeto de investigação interessante sobre esta temática, da autoria de Tjerk Hagemeijer, do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, intitulado *As Línguas de S. Tomé e Príncipe*⁴⁴, do qual retirei o seguinte excerto, com o qual termino este tópico:

Ao contrário do Crioulo de Cabo Verde, as línguas do continente africano tendem a desaparecer rapidamente das ilhas, porque muitas vezes não houve transmissão de geração em geração. Os contratados cabo-verdianos tiveram melhores condições para preservar a sua língua materna, porque esta era relativamente homogénea, se tivermos em conta, por exemplo, a diversidade de línguas de Angola ou Moçambique. Além disso, os contratados cabo-verdianos vinham mais frequentemente em família, e houve muito mais casos de repatriamento de serviçais angolanos e moçambicanos.

3.3. Considerações finais

Não tendo conhecimento direto das práticas linguísticas descritas neste capítulo, com exceção da situação cabo-verdiana, não pretendi apresentar um estudo original, mas um trabalho de compilação, confrontação, atualização e síntese de diversas fontes que julgo credíveis.

⁴⁴ <http://www.umac.mo/fah/ciela/rcblpe/doc/As%20Linguas%20de%20S%20Tome%20e%20Principe.pdf> [Consult. a 2013-11-02].

Neste capítulo, procurei discutir vários problemas que se prendem, simultaneamente, com espaço insulares, grupos populacionais heterogêneos e respectivas línguas em contacto, e até mesmo, em confronto. Essa caótica configuração social e linguística em espaço reduzido obriga a uma política linguística, com consequências múltiplas a nível da coesão social, do desenvolvimento económico, da consolidação de um Estado-nação moderno, da irradiação cultural e científica, bem como da conquista de um lugar no Mundo. Do ponto de vista funcional ou instrumental, o Português tem dimensão histórica para conferir uma identidade internacional à República de Cabo Verde, ao passo que o Crioulo, marcado pela sua incapacidade diplomática, servirá sobretudo para cimentar uma identidade nacional. Embora a utilização de uma língua oficial – ou de mais do que uma – possa criar tensões internas num determinado espaço nacional ou regional em que coexistem várias línguas ditas minoritárias, não é dispiciendo lembrar que pode ter a virtualidade de proporcionar um quadro de estabilidade próprio para uma sociedade moderna se desenvolver sem convulsões. Enquanto a efetivação do projeto de fixação do Cabo-verdiano na escrita não se verificar, impõe-se uma delicada gestão das relações humanas interpessoais e interlinguísticas, nas convivências grupais e comunitárias, para evitar uma deterioração no tecido social e económico. Competirá ao Estado tomar medidas no sentido de generalizar o ensino e a valorização das línguas em presença de modo a combater o fator de desigualdade que relações diglósicas possam incitar, quando, numa dada sociedade, muitos dos seus concidadãos não dominam a língua oficial. A escolha do bilinguismo implica, pois, mudanças dispendiosas na Educação e uma aposta numa política linguística desenhada para colher frutos a longo prazo. Para implementar o bilinguismo, importará, por exemplo, expandir a Lppara lugares e circunstâncias íntimos e informais, como puxar a Língua cabo-verdiana para lugares e circunstâncias formais. Tal implica uma convergência nas atitudes linguísticas dos falantes. Por enquanto, a esfera linguística cabo-verdiana ainda não goza plenamente de duas dimensões linguísticas, intermutáveis. Todavia, tem-se esforçado para superar as contradições inerentes à sua situação sociolinguística, com implicações a nível político, a nível cultural e a nível linguístico.

III – Método de pesquisa e leitura dos dados coletados

No presente capítulo, abordo os aspetos metodológicos a que obedece a realização do meu projeto de dissertação. Utilizo, principalmente, a técnica de observador participante⁴⁵, incluindo entrevistas com graus de formalidade diferentes cujo objetivo fundamental, em relação às outras técnicas, consiste na inserção do observador no grupo observado, o que permite uma análise global e intensiva do objeto de estudo (PAIS, 2009: 59). A par dessa técnica, e para contextualizar a interação entre os vários intervenientes, forneço diversos pormenores sobre a época e o local onde foi realizado, tais como a população e a amostra, variáveis de estudo, fontes de informação e instrumentos de coleta de dados. Consciente de que a via escolhida não é a única, julgo, todavia, que a estratégia seguida foi a mais exequível no âmbito da minha pesquisa e reflexão.

Assim, procurando analisar o convívio entre (as variedades d) o Crioulo e o Português em Cabo Verde, vou partir do meu testemunho pessoal, baseado na minha experiência cabo-verdiana, referindo as mais variadas situações de comunicação a que assisti. De seguida, darei conta da consulta que fiz aos meios de comunicação social e à internet (imprensa *on-line*, fóruns, blogues e redes sociais), reportando os vários pontos de vista sobre o debate que o bilinguismo de Estado e, sobretudo, a tentativa de normação do Cabo-verdiano estão a suscitar. Finalmente, cruzarei esses modos de ver a questão em debate com o conteúdo das entrevistas que realizei junto de doze informantes (cf. a tabela 1).

⁴⁵ A observação participante é “uma técnica de investigação social em que o observador partilha, na medida em que as circunstâncias o permitam, as atividades, as ocasiões, os interesses e os afetos de um grupo de pessoas ou de uma comunidade” (Anguera, *Metodologia de la observación en las Ciencias Humanas*, 1985), in *Infopédia*, Porto Editora, 2003-2014. Disponível em: [http://www.infopedia.pt/\\$observacao-participante](http://www.infopedia.pt/$observacao-participante). [Consul. a 2014-09-01].

Deste modo, optei por adotar uma metodologia eclética que combina procedimentos lógicos de investigação empírica, articulando três universos distintos: o meu testemunho pessoal, a opinião pública (proveniente de um público informado, com acesso à imprensa e à *internet*) e o ponto de vista de especialistas. A análise que me proponho levar a cabo é do tipo intensiva, visto aprofundar a informação recolhida com o fito de valorizar o sentido social que os intervenientes, ao exercerem uma cidadania participativa, conferem à própria ação.

Recordo o objetivo que presidiu à elaboração do questionário que submeti aos inquiridos que acederam ao meu pedido: refletir sobre o conjunto das representações e atitudes dos cabo-verdianos perante as línguas em convívio: o Crioulo e o Português.

1. O meu testemunho pessoal

Sou natural de Moçambique. Residi em Cabo Verde, na cidade da Praia (Santiago), pela primeira vez, de 1977 a 1983 e, pela segunda vez, de 1988 a 1989. Além disso, na qualidade de bolseiro, convivi na Universidade do Minho, em Braga, com estudantes cabo-verdianos, de 1984 a 1988. Vivo na Região Autónoma da Madeira desde 1989. Na Ribeira Brava, tenho boas relações com as raras famílias cabo-verdianas que ali residem. Nestes últimos dois anos, estabeleci contactos, através das novas tecnologias de comunicação, com fazedores de opinião e intelectuais influentes em Cabo Verde. Falo e entendo a Língua cabo-verdiana, mas não domino a sua escrita.

Na minha infância, em Moçambique, nos anos sessenta do século passado, em pleno período colonial, tive um primeiro contacto com o Crioulo, porque o meu pai, operário ferroviário, jogador de futebol e amante do convívio com diferentes culturas, lidava bem com a meia dúzia de famílias cabo-verdianas imigradas na pequena vila de João Belo,

distrito de Gaza, onde cresci. Esses cabo-verdianos eram agricultores⁴⁶ provenientes da ilha de Santiago e, graças a eles, familiarizei-me com a sonoridade particular do cabo-verdiano, bem como alguns dos seus termos, a exemplo de: “morna”, “coladeira”, “cachupa”, “bô” (‘tu’), “nha” (‘Sra.’), “bai” (do verbo, ‘ir’), etc. Dado serem imigrantes de baixo estrato social, considerava, naturalmente, esse modo de falar e de comunicar como uma curiosidade linguística, cuja função era a de reforçar a cumplicidade do momento e o respeito mútuo, mas sem interesse de maior.

Na minha juventude, sempre em Moçambique, nos anos setenta, já em plena era das independências, os cabo-verdianos que conheci estavam muito próximos da cultura portuguesa. Os discursos e as ideologias levados pelo colonizador (literatura, arte, fé, clubes de futebol...) mantinham-se muito presentes através dos ensinamentos escolares, dos discursos oficiais, da longa mestiçagem e da aculturação secular. Daí cultivarem uma identidade cultural marcada pelo imaginário e por referências portuguesas, fixando a sua origem no discurso historiográfico português, as descobertas, os grandes navegadores, a pátria de poetas, etc. Todavia, não abdicavam da sua outra identidade, moldada tanto por uma memória ancestral, intuída e sentida, mais do que pensada ou estudada, como pelo entorno em que cresceram: por um lado, a geografia, a corografia, a paisagem e o mar; por outro, o lugar e a língua dos afetos, o Crioulo, o imaginário mestiço e o amor à terra.

Muitos desses cabo-verdianos pertenciam à chamada geração de 50 e, de algum modo, influenciaram-me, porque eram os visionários ou autoridades morais que renunciaram as independências e o direito à autodeterminação do Negro e do Mestiço. Lembro-me ainda de, nessa altura, ter-me ligado afetivamente a uma jovem, natural da cidade da Praia. Ela falava comigo em Português, mas, com a mãe, irmã e irmãos, expressava-se na sua língua materna, a variante de Santiago.

⁴⁶ Essa região de Moçambique, atravessada por um grande rio, o Limpopo, era, na altura, propícia a variadas atividades agrícolas.

Quando, no verão de 1977, desembarquei no Aeroporto Internacional da ilha do Sal, confrontei-me com uma variante dialetal do Crioulo distinta da que até aí dominava razoavelmente. Senti então a necessidade de saber mais sobre todas as variedades existentes no Arquipélago. Instalei-me, nesse dia, na cidade da Praia. Inicialmente, não entendia quase nada, mas, por questões de sobrevivência, passado pouco tempo, conseguia comunicar na língua nativa, pese embora o aportuguesamento do meu falar comparado com o dos autótones. Fui-me tornando bilingue, porque, vivendo e trabalhando com pessoas cuja primeira língua era o Cabo-verdiano, passei a expressar-me, oralmente, nessa língua, nas mercearias, no mercado, junto dos empregados auxiliares e rapazes da rua.

Detentor de um Curso Comercial (correspondente ao atual 9.º ano de escolaridade) obtido na terra natal, comecei a trabalhar, como técnico de contabilidade no setor administrativo da antiga EMPA (Empresa Pública de Abastecimento)⁴⁷ e, pouco tempo depois, aproveitei para prosseguir os estudos secundários no Liceu da cidade da Praia. Nesses anos, naquele território atlântico tornado há pouco independente, o ensino era ministrado na Língua portuguesa, pois era essa a língua oficial e o Crioulo gozava do estatuto de língua nacional. Embora houvesse uma comunidade que se expressava em Português, o facto é que a maioria da população vivia e comunicava em Crioulo.

Contrariamente ao Português, uma língua com um lastro de cerca de oito séculos de documentos, obras literárias, gramáticas e dicionários, escritas ou impressas, o Crioulo nasceu nesse arquipélago atlântico há pouco mais de cinco séculos, desenvolveu-se à margem do prestígio social, numa cultura oral, de forma desordenada, ao sabor das contingências de lugares e épocas. As obras publicadas em Cabo-verdiano são relativamente recentes (a partir do séc. XIX⁴⁸) e surgiram de forma espontânea, sem um

⁴⁷ Notícia atualizada sobre essa empresa pode ser lida, por exemplo, em: http://www.rtc.cv/index.php?paginas=21&id_cod=8000, [Consult. a 2-10-2014].

⁴⁸ Recorde-se o ensaio pioneiro “Os Dialectos Românicos ou Neolatinos da África, Ásia e América”, publicado em 1881, pelo filólogo português, Adolfo Coelho. Leia-se, também: <http://alupec.kauberdi.org/decreto-lei-8-2009.html>. [idem].

enquadramento institucional integrado. Porque, embora haja claras diferenças linguísticas entre as ilhas, existe uma compreensão mútua entre os falantes do Arquipélago, visto que, no fundamental, os falares não divergem muito uns dos outros. Este aspeto permite considerar que Cabo Verde tem uma língua nacional, através da qual todos se comunicam, desde a mais tenra idade até à morte.

Convivi com cabo-verdianos da cidade da Praia-Santiago, do Fogo e de São Vicente. O que notei foi que todos se expressavam bem em Crioulo. Uma minoria falava e escrevia o Português de lei; outros percebiam bem o Português, mas cometiam erros ortográficos e de sintaxe; alguns grupos sociais, quase todos naturais do mundo rural, mal falavam a Língua portuguesa.

Na verdade, constatei que o Crioulo, como li mais tarde num artigo de João Lopes Filho (1996: 79), é o instrumento de comunicação oral dos cabo-verdianos de todos os estratos sociais. Mas esse Crioulo tem vários matizes, consoante a história de cada ilha habitada do Arquipélago. Cada ilha de Cabo Verde desenvolveu, efetivamente, uma criouliidade que lhe é peculiar. Por exemplo, a ilha do Fogo – em Crioulo, *Djarfogo* – foi originalmente povoada, em finais do séc. XV, por descendentes europeus (de Portugal, Espanha e Itália) provenientes da ilha de Santiago e por africanos e escravos trazidos da costa da Guiné. Nesse novo contexto, o então *pidgin*/crioulo de Santiago terá dado lugar a um crioulo mais africanizado.

Uma vez conquistada a Independência, em 1975, o Crioulo passou a representar a libertação do jugo colonial português, bem como a assunção e consolidação do novo país. Defendia-se muito o Crioulo, a expressão dessa nova Nação Crioula, desvalorizava-se o Português, a língua do colonizador. Consta que, nessa altura, como recordou Manuel Veiga⁴⁹, em todos os programas do Governo eram inscritas ações de

⁴⁹ O tema “Cabo Verde: Nação Crioula Caldeada num Bilinguismo em Construção ” foi desenvolvido pelo Prof. Doutor Manuel Veiga numa aula destinada a professores e estudantes americanos do Lowell High School, na Universidade de Cabo Verde, Campus de Palmarejo, em 2012. Por cortesia, o resumo dessa aula foi-nos enviado pelo próprio autor.

afirmação e valorização do Crioulo. Dado o contexto histórico e político, não me surpreende e não contradiz o que fui percebendo, ainda que nem sempre de forma informada ou atenta. Tanto mais que a língua materna, a primeira língua em que qualquer criança cabo-verdiana se iniciava na interação verbal e na representação linguística do mundo era e é o Crioulo. Até à idade de aprendizagem das primeiras letras, lembro-me de que a maior parte das crianças do Arquipélago que pude observar não se expressava em Português.

Quando ingressei no ensino de Cabo Verde, muitos dos meus colegas eram adultos. Recordavam muitas vezes os tempos da escola que experienciaram: a maioria contava que se sentia violentada por e com uma língua que não conseguiam dominar e que lhes rebaixava a autoestima. A muitos deles, toldava-se-lhes a capacidade de raciocínio, a segurança psicológica e a espontaneidade comunicativa.

Os testemunhos que ouvia concordavam para que se me afigurasse o cenário seguinte: na escola aprendia-se a desprezar a maneira de ser, de estar e de comunicar tipicamente cabo-verdiana. O poder dominante até 1975 rebaixava a língua e cultura maternas, porque, segundo a então potência colonial, a Língua crioula não tinha valor algum. Nas festas, era proibido dançar o Funaná – aquela música tocada ao som de uma espécie de concertina –, porque os movimentos corporais exibidos não se coadunavam com os princípios morais e bons costumes. Os falantes do Crioulo, pela sua suposta má influência, comprometiam o processo da aprendizagem da Língua e Cultura portuguesas, a única Língua então tida como digna desse nome, que atribuía ao seu cultor prestígio e a possibilidade de ascensão social. Essa visão coincidia com a minha experiência moçambicana.

Mais: não era apenas uma competência que atribuía valor ao sujeito falante (como acontecia, outrora, com a ladinização de escravos que fazia crescer o seu valor comercial), um meio de mobilidade social (como sucedia com a formação de quadros para a função eclesiástica ou administrativa); era também um instrumento de repressão e

de dominação sobre os demais que a não usavam (incapacitando, portanto, todo o crioulo monolíngue de poder reclamar de um abuso de poder ou de fazer valer o seu ponto de vista junto das autoridades).

Embora a Lp seja constitutiva da identidade cabo-verdiana, por razões históricas, culturais e sociais, na prática, era raramente usada na intimidade das famílias que conheci, privilegiando-se o Crioulo, a língua materna destes insulares. Além disso, todas as atividades e contactos da vida quotidiana, ora no mercado, ora nas lojas comerciais, ora nas praças de táxi, ora no alfaiate, ora no restaurante, eram naturalmente realizadas em Crioulo, por ser o meio de comunicação que a quase totalidade dos cabo-verdianos domina melhor. Na rua, as conversas fluíam em Crioulo, quando se comentava, por exemplo, a política, o trabalho, o futebol ou problemas pessoais. No Mercado da cidade da Praia ou junto das praias, onde as mulheres retalhavam o atum acabado de pescar, regateava-se em Crioulo. Nos recintos desportivos, nos convívios sociais de música, canto ou dança, nos transportes públicos, quase todos os habitantes interagem, expressando-se na sua língua materna. Obviamente, o Crioulo era utilizado nos comícios políticos, em período de campanha eleitoral.

Certas profissões ou atividades exigiam a língua de prestígio: os religiosos, os professores, os médicos, os jornalistas e a polícia exerciam o seu ofício em Português; nos correios, nas repartições públicas, no banco ou na sede do Governo falava-se Português. Na comunicação social, os noticiários e os relatos de futebol eram feitos em Português. Nessa minha primeira estada, ainda não havia Televisão em Cabo Verde; esta só virá para o ar em finais de 1984.

Nesse tempo, observei que, no local de trabalho, em ambiente urbano, entre subalternos, colegas e superiores, o Crioulo era a língua da aproximação ou da cumplicidade; o Português era a língua do distanciamento, utilizada numa abordagem formal, nas mundanidades e nas relações hierárquicas no trabalho. Por exemplo, numa repartição da Administração Pública, o superior hierárquico dava indicações ou fazia chamadas de

atenção, em voz alta, aos seus subordinados quase que exclusivamente em Língua portuguesa, o que se julgava ser uma forma de mostrar competência e de exercer autoridade sobre os subordinados.

Nas ocasiões solenes, indivíduos que tinham atingido um elevado grau de escolaridade faziam uso da palavra em Português: na presença de autoridades, por ocasião de tomadas de posse, nos casamentos e nos funerais, nas missas e nos batizados. Contaram-me que até as cartas de amor eram redigidas em Português, porque o Crioulo não acertava com a expressão escrita e, por conseguinte, não emprestava ao texto o tom de comprometimento e da boa-fé contratual que o assunto exigia.

Nos anos da minha primeira estada em Cabo Verde, a maioria das pessoas que conheci era, sintomaticamente, analfabeta: essas pessoas não sabiam ler nem escrever. Aqueles que tinham sido alfabetizados, tinham-no sido em Português, porque – está bom de ver – o livro se inscrevia no universo da Língua portuguesa. O Crioulo, a língua de leite, não era formalmente ensinada, não lograva de uma escrita sistematizada, organizada e institucionalizada. Acrescente-se que há várias formas dialetais do Crioulo e nem todas concordavam – e ainda não concordam – na abordagem da fixação ortográfica que todo o sistema de escrita requer.

Na verdade, várias ilhas tinham desenvolvido um sistema ortográfico da Língua cabo-verdiana distinto das demais. Entre elas as diferenças não eram poucas. Cada qual escrevia o Crioulo à sua maneira. Levantava-se, assim, a questão ortográfica que ainda hoje não é pacífica: uns defendiam o respeito pelo passado cultural (herdada da tradição ortográfica portuguesa – de base etimológica), outros subscreviam à adoção de inovações importadas, como, por exemplo, a consoante “k” que línguas africanas das ex-colónias do Reino Unido perfilharam (– de base fonético-fonológica), aqueles outros preferiam a criação de um alfabeto autónomo (– a “alupec”, um modelo unificado dos dois modelos anteriores).

Para fazer face a essa situação, lembro-me de que o Ministério da Educação e Cultura de Cabo Verde promoveu em 1979, na cidade do Mindelo, na ilha de São Vicente, um colóquio sobre a Língua cabo-verdiana, com o objetivo, entre outros aspetos, de analisar o problema da fixação escrita do Crioulo e englobar, num padrão uniforme, a diversidade dos falares do Arquipélago. Desse colóquio saiu a recomendação de se utilizar, para a escrita do Crioulo, o alfabeto fonético-fonológico.

Só depois de eu ter saído de Cabo Verde, em 1983, já nos meados dos anos oitenta do século XX, é que se começou a ensinar – ainda que de forma rudimentar – a escrita do Crioulo. Nesse tempo, era a ortografia de base fonética-fonológica que era usada (soube mais tarde que esse modelo durou cerca de dez anos, de 1979 a 1989). Multiplicam-se, então, de acordo com essa convenção ortográfica, obras em Língua cabo-verdiana, de pensamento e de literatura, registos vários da tradição oral e ferramentas linguísticas para formação de Professores e ensino da língua materna. Mas a escolha desse modelo não colhia a unanimidade: esse modelo, apesar de ser de base latina, tinha o inconveniente de se afastar do modelo de base etimológica e de ser pouco sistemático.

Esse “novo mundo” assentava, deste modo, em vários paradoxos, à procura de um equilíbrio. A língua oficial continuava a ser o Português, por ser utilizada na escolarização e nos contactos administrativos, oficiais e internacionais. A língua nacional, a do berço, não era ensinada; era aprendida em natural imersão linguística, sempre em contexto informal ou na intimidade, sendo, portanto, um inegável elemento identitário. Todavia, somente a aprendizagem da língua segunda, a oficial, é que permitia a inserção do indivíduo no sistema sociopolítico dominante, constituindo mesmo um fator de ascensão social.

Neste sentido, Cabo Verde abrigava – e continua a abrigar – uma comunidade funcionalmente “bilingue”, sem que todos dominem em absoluto o Crioulo e o Português. As duas línguas em contacto apresentam-se como complementares, não havendo entre elas uma relação igualitária. O Ccv é a língua do discurso familiar e

social, a língua da intimidade, das formas artísticas e de socialização. Ao passo que o Português é a língua da aprendizagem escolar, da escrita e fala formal, a língua da legislação, dos tribunais, da defesa e a língua das relações internacionais.

Em síntese, a maioria dos adultos com quem convivi tinha crescido numa sociedade em que o Crioulo era a língua de casa, a língua doméstica, a expressão da cultura espontânea e popular, enquanto a Lp era a língua da “Alta Cultura”, da Erudição e da Administração, e as duas línguas conviviam, assumindo um pragmatismo do dia-a-dia, cada uma para o seu momento próprio. Foi sobretudo a partir da descolonização que o Crioulo se tornou motivo de estudo, ganhando foros de cidadania na própria terra.

Foi em Cabo Verde que passei a saber que, além do Cabo-verdiano, havia ou houve mais línguas crioulas de base portuguesa ou mista ao longo dos séculos e em diferentes contextos geográficos, tais como o da Guiné-Bissau, de Malaca, do Sri Lanka, de Damão e Diu (na Índia), e que, até meados do século XX, os crioulos eram considerados dialetos das línguas europeias. Tais conhecimentos, porém, assentavam em juízos de valor negativos. Atualmente, essas línguas são estudadas sem preconceitos e valorizadas. Tratando-se de patrimónios intangíveis que valem por si só, isto não significa que não constituem um verdadeiro desafio social, económico e cultural às sociedades em que se formaram e se impuseram.

Foi igualmente naquele país que passei a me interessar pelos crioulos, já referenciados anteriormente neste trabalho, de uma outra sociedade e cultura insular bem presente na nos cabo-verdianos, obrigados a partir para o temido “Sul” (emigração forçada, deportação, escravatura, exploração agrícola, roças de cacau), falo do crioulo de S. Tomé e Príncipe⁵⁰ e da grande comunidade de cabo-verdianos residente em São Tomé e

⁵⁰ Leia-se, a propósito, o, quanto a mim, artigo excelente, “Crioulização em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: divergências históricas e identitárias”, de Gerhard Seibert, pesquisador do Centro de Estudos Internacionais (CEI) do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), publicado na revista Afro-Ásia no.49, Salvador, Jan./June 2014, disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0002-05912014000100002&script=sci_arttext - [Consult. a 2-10-2014].- cuja conclusão é a seguinte: *No século XV, a expansão portuguesa criou as primeiras sociedades crioulas do mundo atlântico em Cabo*

Príncipe sempre relembrada e internacionalizada, através da música, da qual destaco a que se segue pelo seu simbolismo:

Sodade - Cesária Évora: Quem mostra' bo//Ess caminho longe?//Quem mostra' bo//Ess caminho longe? Ess caminho//Pa São Tomé. Sodade sodade//Sodade//Dess nha terra Sao Nicolau. Si bô 'screvê' me//M ta 'screvê be//Si bô 'squecê me//M ta 'squecê be//Até dia//Qui bô voltà.⁵¹

Hoje em dia, o Crioulo é a língua dominante em Cabo Verde e só se fala Português com os superiores hierárquicos ou com cidadãos portugueses ou dos restantes países de língua oficial portuguesa que não entendam o Crioulo. Nas instituições escolares (básico e secundário) e universitárias, em quase todas as profissões, fala-se naturalmente Crioulo. Mas sempre que seja necessário expressar-se em Português, o cidadão escolarizado de Cabo Verde fá-lo sem dificuldade. Na sua grande maioria, os cabo-verdianos são, efetivamente, bilingues. Prova disso é que, quando se pergunta a um português que passou férias em Cabo Verde se teve dificuldades em dialogar com cabo-

Verde e São Tomé e Príncipe, dois arquipélagos desabitados naquela altura. A diferente posição geográfica e, interligada a esse fator, a diferença do clima e dos solos condicionaram a emergência de economias divergentes nos dois arquipélagos. Diferenças de salubridade e a distância da Europa e das rotas atlânticas resultaram numa maior imigração europeia em Cabo Verde do que em São Tomé e Príncipe. Por sua vez, esses fatores levaram, em Cabo Verde, a uma redução da população escrava e a um maior grau da miscigenação da população. Depois da abolição da escravatura, em 1876, a sociedade crioula em Cabo Verde consolidou-se, enquanto, em São Tomé e Príncipe, uma segunda colonização e a consequente reemergência da economia de plantação impediram uma tal consolidação da sociedade. Em vez disso, o arquipélago tornou-se uma sociedade plural, constituída por três grupos principais: os colonos brancos, os forros e os contratados. A ausência de recursos naturais e a consolidação da sociedade cabo-verdiana facilitou a introdução do ensino que, junto com a emigração iniciada no século XIX, tornou-se um dos pilares da afirmação da sociedade crioula. No século XX, o factor "racial", a conotação de crioulo com mestiço ou mulato, levou, em Cabo Verde, à afirmação de uma identidade crioula e, em São Tomé e Príncipe, à afirmação de uma identidade africana. Nas duas sociedades crioulas, a perspetiva "emic" coincide com a perspetiva "etic", representada por António Correia e Mário Soares. Santomesidade é africanidade, cabo-verdianidade é crioulidade, também em termos "raciais".

⁵¹ Tradução: “Quem te indicou//Esse caminho longínquo?//Esse caminho//Para São Tomé//Saudade//Da minha terra de São Nicolau//Se me escreveres//Eu te escreverei//Se me esqueceres//Eu te esquecerei//Até ao dia//Que tu voltares” - Fonte: Armando Zeferino Soares in http://pt.wikipedia.org/wiki/Armando_Zeferino_Soares -

verdianos, a resposta é quase sempre a mesma: não somente interagiu sempre em Português com as gentes do Arquipélago como mal deu pela presença do Crioulo.

O que acabo de descrever sobre a situação sociolinguística de Cabo Verde em dois momentos diferentes da minha vida foi feito com a objetividade possível. Tal abordagem visou compreender melhor as situações em estudo. A atividade de observação, recolha e análise dos dados seria, contudo, insuficiente se ficasse só por aqui. Daí a relevância dos dois subcapítulos que se seguem.

2. Consulta dos meios de comunicação social e *internet*

Neste subcapítulo vou procurar fazer um apanhado das correntes de opinião e comentários que a imprensa, a tradicional e sobretudo a digital, tem feito circular. Tratando-se de um assunto de política linguística, o tema arrebatou a opinião pública, sobretudo a letrada, suscita muitos debates, porque a língua, sendo também um *locus* privilegiado do processo político, levanta muitas questões que podem desencadear repercussões quer a nível socioeconómico, quer no tocante à construção identitária e ao desenvolvimento cultural.

Não raro, a linguagem, neologizante, ironizante, de evidente intenção caricatural, utilizada para comentar e/ou representar as várias correntes de opinião é sintomática do sentimento que habita muitos cabo-verdianos: uns temem que o poder político esteja apostado em “baduizar Cabo Verde”, outros denunciam os “fanáticos alupekistas”; há quem tenha dúvidas sobre a vantagem de “aprender o badiupek”, porque “o Alupek”⁵² é visto como “um polémico alfabeto tropical”; há, finalmente, quem entenda que as “pessoas que têm a mania de escrever em Crioulo estão todas possuídas”, por se

⁵² O neologismo “badiupek” ou o acrónimo “Alupek” grafado com a letra “K” alude, caricatural e ironicamente, a línguas eslavas associadas ao regime político que vigorava nos ex-países de leste da Europa, antes da queda do muro de Berlim e do fim da Guerra Fria. Isto é, denuncia um processo não suficientemente discutido, nem sempre transparente ou pouco democrático.

comportarem como “fundamentalistas”, ou seja, por não aceitarem a diversidade dialetal ou o bi- e plurilinguismo.

É sabido que toda a tentativa de alterar o uso de uma língua acarreta vários melindres. Se o preconceito linguístico pode tornar-se o palco de fobias e fantasias, não é menos preocupante vir alguém pôr em causa a situação linguística em que nos fomos formando e que, por conseguinte, nos define, quer como ser pensante e comunicante, quer como membro de uma comunidade linguística. A sua intenção, por muito boa que seja, não deixará de se nos afigurar como ameaça à essência daquilo que somos.

A história das línguas é rica em controvérsias e polémicas dessa natureza, sendo – é certo – algumas anedóticas, mas sempre reveladoras de um medo latente nas partes envolvidas pela perda, ora da identidade, ora da influência. Lembro, a título exemplificativo, a denúncia feita por letrados dos influxos dos galicismos no idioma português no decorrer do século XIX, a questão da língua entre escritores brasileiros e portugueses no final do mesmo século, e mais perto de nós, nestes últimos anos, a difícil aceitação do Novo Acordo Ortográfico que tem feito correr muita tinta em periódicos e livros e promovido bastas intervenções públicas na comunicação multimédia. Convém observar que estas reações não são um exclusivo do espaço lusófono. Situações análogas ocorrem, de quando em vez, em países vizinhos.

Abro aqui uns parênteses para dar a minha opinião sobre a utilização ou não do Novo Acordo Ortográfico em Portugal. Eu o utilizo (tento) porque a minha entidade patronal – Ministério da Educação- assim me impôs. Ainda esta semana levei um relatório de cerca de trinta seis páginas de uma formanda minha de um curso profissional, nível 12º. Ano de escolaridade, a entidade de estágio, na presença da autora, para a avaliação final de um estágio. Do outro lado, a tutora, em representação de um Hotel de cinco estrelas bem conhecido na Madeira, não conteve, em voz bem alta, após uma breve leitura cruzada do documento que lhe acabara de ser entregue, o desabafo, para a formanda: “Tu escreveste com o Novo Acordo; para mim isso não funciona...o local de atendimento de um hotel,

para mim é e sempre será “recepção” e não como tu escreveste, receção. A aluna respondeu: “o meu computador só reconhece a nova forma...”. E eu acrescentei, em defesa da mesma, que “nós, na Educação, somos obrigados a utilizar o Novo Acordo Ortográfico”, apesar de este ser um trabalho de alguns académicos e aprovado pelo Governo, não obstante a resistência de uma grande parte da população portuguesa. Isto para dizer que, na minha opinião, no que à oficialização do Ccv, sou contra a imposição de uma norma por parte dos governantes. Fecho os parênteses.

No caso de Cabo Verde, num momento inicial depois da independência, verificou-se uma atitude de rejeição da Língua portuguesa, associada à língua do opressor. Lindley Cintra (1999: 297) recorda o depoimento de Dulce de Almada Duarte, uma então responsável pelo ensino do Português nesse país novo: “Os alunos recusavam-se a ter aulas em Português e tratavam de todos os nomes os professores que nessa língua ensinavam. Queriam ter aulas em Crioulo”. Todavia, não estavam criadas as condições para um amplo emprego do Crioulo (visto tratar-se de uma língua que carecia de uma normação) e os novos poderes tiveram que optar pelo uso oficial do Português. Passada essa fase, as tensões amenizaram-se e o convívio entre a língua da ex-tutela e a língua materna normalizou-se em larga medida. Sem deixar de promover o estudo do Crioulo, os sucessivos Governos cabo-verdianos reconhecem que o uso da Lp tem trazido vantagens no desenvolvimento da sociedade que gerem, quer a nível da educação e da formação como a nível das relações internacionais, quer a nível da afirmação cultural como a nível do turismo.

Com base nesse quadro que acabei de expor, percebe-se que a atual situação linguística de Cabo Verde exige a equação de vários problemas, que vão da construção de um “real” bilinguismo à definição de uma política de ordenamento linguístico em prol da educação em Língua crioula a par da formação em Língua portuguesa.

Na prática, não admira que a situação da Lp em Cabo Verde tenha evoluído para os seguintes cenários:

- uma descida de nível na correção do Português falado e escrito;

- o caráter purista e algo antiquado do Português falado ou escrito na comunicação social (do ponto de vista do Português europeu). Neste último caso, não virá grande mal ao mundo; convirá apenas aceitar essa nova variedade a que se dará o nome de “Português cabo-verdiano”.

Já falei em páginas anteriores sobre a relação do Crioulo com o Português: da constatação de uma diglossia efetiva à vontade política que aponta para uma clara aposta no ensino bilingue. Voltarei, ainda que brevemente, a este assunto nos próximos parágrafos. Outra questão premente é a da padronização do Cabo-verdiano. Com efeito, o debate público vem dando conta de uma relação tensa entre o “Centralismo de Santiago”, interessado em instituir o *badiu* como língua padrão, e os “regionalistas”, que não aceitam a prevalência dessa variante sobre as outras existentes (por exemplo, o *criol de Soncente*). Essa tensão explica-se também pela matriz étnica e cultural: a primeira está mais ligada à África, a segunda quer conservar a herança europeia. Passarei igualmente em revista o tema da constituição do abecedário (ou alfabeto) e da ortografia (por exemplo, a ortografia etimologizante ou o “alupec”) para a Língua cabo-verdiana. Todas estas questões requerem decisões políticas que vão ter impacto na sociedade. Nesta ordem de ideias, qualquer opção acarreta fatores de risco para os equilíbrios vigentes, quer na vida cultural ou no ensino, quer nas relações inter-ilhas do Arquipélago e nas correntes de solidariedade em que assenta a unidade da nação, quer na economia e nos investimentos que o Estado terá de realizar. Nesse cenário projetam-se duas vozes: a daqueles que assumem um perfil cauteloso, defensores de um processo lento e gradual, ao ritmo de pequenas mudanças, contra a daqueles que se definem por uma atitude voluntariosa, adeptos de uma aplicação rápida das linhas políticas traçadas. Finalmente, abordarei a última fronteira da Língua cabo-verdiana. Esta institui-se entre o(s) Crioulo(s) falado(s) em Cabo Verde e o(s) crioulo(s) falado(s) na diáspora, designadamente Portugal, França, Estados Unidos, Senegal ou Holanda.

2.1. Da situação de diglossia à aposta no ensino bilingue: os prós e os contras da oficialização do Crioulo

Sabendo-se que o Ccv é a língua que falam todos os cabo-verdianos, no país e no estrangeiro com grande tradição em acolher imigrantes vindos de Cabo Verde (crioulo/inglês/ crioulo/francês, crioulo/holandês ou crioulo/português), a a minha opinião a propósito das razões da ainda não implementação da oficialização de uma norma cabo-verdiana tem a ver com a mestiçagem originária da sua cultura, a diversidade dialtetal e a desconsideração histórica que o Crioulo teve no passado, como já o disse nos capítulos anteriores mas que nunca é demais sublinhar, e a prudência por parte da elite governante.

De facto, a colonização ou o povoamento, como se queira chamar, de Cabo Verde, teve características diferentes do das outras colónias africanas, como, por exemplo, a coabitação no mesmo espaço pessoas de continentes diferentes, logo, seguido de contactos de diversos povos com culturas diferentes do complexo processo de cruzamento da cultura europeia com a das diversas etnias africanas devido à quase inexistência de mulheres europeias nas ilhas. Os brancos (poucos) tiveram “relacionamentos” com as negras (a maioria) dando origem a indivíduos que não eram nem europeus, nem africanos, mas sim mestiços, tendo as ilhas desenvolvido características culturais diferenciadas, paralelamente à consolidação de uma identidade fundada em raízes culturais comuns.

O crioulo “noves sabores locais”, na feliz expressão de Onésimo Silveira, o qual tem defendido, a propósito de um tema paralelo ao da língua e também objeto de um debate aceso mas que não faz parte desta dissertação, o da regionalização, dentro desses nove mundos, isto é as nove ilhas habitadas que compõem o país, ao insisitir, por exemplo que “não é por acaso que temos uma língua – o crioulo – que tem sabores locais, embora dentro da

mesma raiz, ou raízes. São sabores locais que nos obrigam a uma tensão muito mais particularizada do que aquela que gostaríamos, infelizmente⁵³

Por sua vez, o antigo Ministro da Cultura de Cabo Verde e atual professor universitário, Manuel Veiga, que publicou, entre outras obras citadas sem conta ao longo deste trabalho, com destaque para uma das suas obras mais recentes, refiro-me ao seu Dicionário Cabo-verdiano-português que começou a ser feito em 1995 e foi lançado em 2011 em Cabo Verde, ajuda-me, a responder à questão. Só a partir dos finais da década de 80 do século anterior é que se dão os passos mais decisivos para a concretização da oficialização do Ccv, através da publicação, cada vez mais intensivamente, de estudos, gramáticas, fóruns e análises para a escrita do Crioulo:

Na verdadi, foi na 1989 ki realizadu un Fórun di Alfabetizason Bilingi undi txigadu konkluzon ma alfabétu di 1979 ka ta reúni konsénsu y tomadu disizon di kria un Komison Konsultivu di Ministériu di Edukason pa fase propósta di kaminhu ki nu debe sigi. (...) Na dékada di 80, skritor brazileru Jorge Amado, di vizita na nos Téra, diklara ma “na Kabuverdi vida ta viveu na kriolu.”⁵⁴

O mesmo autor dizia igualmente, no início de 2013⁵⁵, que o crioulo “já está oficializado, uma vez que é língua de comunicação, faltando apenas o seu reconhecimento político”. Se, em séculos idos, a língua materna cabo-verdiana constituiu um meio eficaz de comunicação entre senhores (brancos e mestiços) e serviçais (negros e mestiços), a Lp representava nessas sociedades de regime colonial um poderoso instrumento de repressão, de discriminação ou de promoção.

⁵³ Figura conhecida dos cabo-verdianos, **Onésimo Silveira**, agora, 2014, com 79 anos de idade, é o principal rosto da regionalização em Cabo Verde, antes de mais, por ser o primeiro a lançar este tema para o espaço público caboverdiano. Numa longa entrevista a que tive acesso através dos meus informantes, ao “Vozes das Ilhas- Outubro 2014”, uma propriedade da Unidade de Coordenação da Reforma do Estado, nas suas páginas 196 a 205, expõe assuas razões na luta contra o facto de “tudo estar concentrado na república de Santiago”.

⁵⁴ **Manuel Veiga**, in: <http://odjudagu.blogspot.pt/2012/03/prosesu-di-afirmason-y-valorizason-di.html>. [Consult. a 2-10-2014].

⁵⁵ Fonte: <http://www.asemana.publ.cv/spip.php?article85309>. [idem].

Vivia-se então numa situação de diglossia⁵⁶, em que, na mesma sociedade, duas ou mais variedades linguísticas se distinguem, sendo a língua do grupo dominante usada em atos formais (isto é, de acordo com Charles Ferguson (1959), a “variedade alta”, literária, estudada na Escola e usada na Administração) e a(s) outra(s) para usos informais (ou seja, “variedade baixa”, em geral, sem escrita, não oficial, aprendida e falada em casa, no mercado e entre amigos).

Quem dominava a língua de prestígio, do poder e da influência estava mais bem equipado para ser bem-sucedido nessa sociedade. Quem não dominasse a “variedade alta” estava condenado à imobilidade social. Por aí se percebe como esta compartição linguística pode alimentar tensões sociais permanentes.

Quanto à relação da Língua portuguesa, dita oficial, com línguas nacionais em países africanos que pertenceram ao Império português, Paul Teyssier (1990: 257) traça o seguinte quadro:

Na África “de expressão portuguesa”, as únicas “línguas nacionais” são os idiomas locais, crioulos ou falares africanos. Assim o estatuto sociocultural do Português é, na África, muito diferente do que é no Brasil. Estamos aqui em terras de “diglossia”. É uma situação bem conhecida da sociolinguística, que já foi descrita inúmeras vezes. (...). A conclusão que devemos tirar destes factos é, a meu ver, a necessidade de nunca dissociar ou opor o Português “oficial” e as línguas “nacionais”. Muito pelo contrário, o futuro (...) do Português em terras africanas está condicionado pela “defesa e

⁵⁶ Na formulação original de Charles Ferguson, ao descrever a situação linguística Noruega (1959) e enriquecida, mais tarde, por Fishman (1967):

DIGLOSSIA is a relatively stable language situation in which, in addition to the primary dialects of the language (which may include a standard or regional standards), there is a very divergent, highly codified (often grammatically more complex) superposed variety, the vehicle of a large and respected body of written literature, either of an earlier period or in another speech community, which is learned largely by formal education and is used for most written and formal spoken purposes but is not used by any section of the community for ordinary conversation. The notion that diglossia could also be used to characterize other multilingual situations where the H and L varieties were not genetically related, such as Sanskrit (as H) and Kannada (as L) in India, was developed by Fishman (1967).

Fonte: <http://ccat.sas.upenn.edu/~haroldfs/messeas/diglossia/node3.html> [Consult. a 2-10-2014].

ilustração” dessas línguas nacionais. O problema não deve ser colocado em termos de conflito, mas em termos de interdependência e solidariedade.

Em Cabo Verde, o problema tem sido equacionado no sentido apontado por Paul Teyssier. Em termos de política linguística, o Português não perdeu o seu estatuto de língua da Administração e do Conhecimento, mas tem-se valorizado a língua nacional, o Crioulo de Cabo Verde, por ser a língua materna da maioria da população. Na atualidade, o bilinguismo parece ser a situação linguística dominante, embora de qualidade ainda variável. Com efeito, Mário Vilela (2005: 633) aponta para três tipos de situações:

- i) Bilinguismo total, em que os falantes percebem bem e exprimem-se bem nas duas línguas;
- ii) Bilinguismo parcial, em que os falantes percebem bem as duas línguas, mas exprimem-se bem em Cabo-verdiano e mal em Português;
- iii) Monolinguismo total, em que os falantes falam o Cabo-verdiano e não percebem nem falam o Português.

Quanto à última situação, o linguista não deixa de reparar que o “monolinguismo total” é uma circunstância pouco provável ou estritamente pontual, porque a população é maioritariamente católica e que o catecismo e a liturgia são feitos em Português (Vilela, 2005: 634).

Entre os adeptos de uma língua materna cabo-verdiana elevada a língua oficial (o que implicaria a criação de uma norma culta em detrimento das variedades de crioulo em presença no Arquipélago) e os que preferem defender essas variedades linguísticas para não se sentirem minorizados relativamente àquela que viesse a prevalecer, a questão do bilinguismo não se coloca. Quer dizer: trata-se mesmo de um desígnio nacional. Para a grande maioria dos cabo-verdianos, a Lp continua a ser parte do seu património linguístico e cultural, sendo ponto assente que uma sociedade bilingue tem vantagens de

vária ordem, designadamente em termos de desenvolvimento humano, económico e científico.

Assim, como a maioria dos países em desenvolvimento, em geral, e dos países africanos, em particular, Cabo Verde apresenta um cenário sociolinguístico que é muitas vezes visto como causa, real ou fictícia, de problemas que põem em risco a unidade e o desenvolvimento nacional. Com efeito, da herança colonial decorre a copresença da língua do Estado, o Português – o idioma da antiga potência administrativa e colonial – e de uma língua nacional⁵⁷, o Crioulo cabo-verdiano, de base lexical portuguesa. O Português é usado em funções oficiais⁵⁸, de direito e de facto. O Crioulo é a única língua materna e veicular da população, ou seja, no plano das relações quotidianas, possui uma total implantação. O cabo-verdiano não letrado vive na Língua crioula; o cabo-verdiano letrado vive e fala em Crioulo, mas escreve e lê em Português. No seu ensaio *A Sementeira*, Manuel Veiga (1994: 257-277) traça o seguinte quadro relativo ao período da viragem da década de 70 para a de 80 do século passado:

se todo o nosso povo fala e compreende o Cabo-verdiano, a maioria, contudo, não fala o Português. Apenas os nossos letrados, os que estudaram ou estudam são verdadeiramente bilingues. Na generalidade, o nosso povo tem um nível razoável de compreensão do Português, mas compreender uma língua não significa falar essa mesma língua.

A lusofonia cabo-verdiana representa, deste modo, uma comunidade insular em situação de diglossia, ou seja, de bilinguismo desequilibrado, como refere Eduardo Cardoso, numa entrevista⁵⁹ concedida ao *Expresso das Ilhas*, em março de 2013:

⁵⁷ “É a língua partilhada pelos nacionais de um determinado estado. Esta língua nem sempre coincide com a língua oficial” (Cardoso, 2005: 18).

⁵⁸ “É a língua do Estado usada nas situações formais” (Cardoso, 2005: 16).

⁵⁹ V. a entrevista de Eduardo Cardoso cedida ao *Expresso das Ilhas*, na sua edição de 3 de março de 2013, “A oficialização do crioulo não é uma decisão que se toma de ânimo-leve”, escrito por António Monteiro, 5 páginas. Disponível em: <http://www.expressodasilhas.sapo.cv/exclusivo/item/34920-a-oficializa%C3%A7%C3%A3o-do-crioulo-n%C3%A3o-%C3%A9-uma-decis%C3%A3o-que-se-toma-de-%C3%A2nimo-leve>. [Consult. a 2-10-2014].

Nós temos uma situação de diglossia e, em determinadas situações, nós não aceitamos que se fale o Crioulo, porque muita gente continua a achar que o Português tem ainda um nível superior ao Crioulo, apesar de, do ponto de vista meramente linguístico, as duas línguas serem iguais.

Apesar de estigmatizada e proibida em instituições e cerimónias oficiais no período colonial (desde o povoamento até ao Estado Novo), o certo é que a língua vernácula de Cabo Verde nunca deixou de ter vitalidade, o que fez dizer a Manuel Ferreira (1977: 72-73), com convicção:

a longa e radiosa caminhada do dialeto crioulo, com ou sem escolaridade, irá provocar uma correção, nos domínios da sociolinguística e da psicolinguística que parecem admitir ou predizer o desaparecimento de uma língua quando ela, não sendo ensinada, tem de suportar a concorrência falada de outra ou outras que o são.

Efetivamente, muitos especialistas postulavam, à época, que se a escola e todos os lugares de prestígio da palavra (igreja, administração, comunicação social, aparelho do Estado) desconsiderassem a língua nativa, dada a sua “inutilidade” enquanto instrumento de gestão e de desenvolvimento da sociedade, assim como de promoção sociocultural do indivíduo, em benefício da língua oficial, produzir-se-ia então um fenómeno de descrioulização em larga escala (por efeito de uma forte intromissão da Língua portuguesa). A esse respeito, e a fazer fé na entrada “Crioulo cabo-verdiano” da *Wikipédia*⁶⁰, pode ler-se a seguinte informação, que não deixa de revelar a dificuldade em fixar a realidade linguística de um país ou de uma sociedade que talvez aspirasse a ser pluricêntrica:

Um pequeno inquérito estudantil levado a cabo em 2000 a alunos do 12º ano de quatro escolas secundárias públicas de São Vicente e de Santo Antão revelou pouca recetividade ao uso do Crioulo na sala de aulas. A razão principal é que o Crioulo é uma

⁶⁰ [Consult. a 2-10-2014].

língua de uso privado na vida quotidiana. Mas, assim que uma conversa se torna formal ou oficial, a Lp é sempre a preferida.

O referido “fenómeno de descrioulização em larga escala” não se verificou ainda, se bem que o estreito convívio entre o Português e o Crioulo faça com que ambas as línguas se influenciem mutuamente, contaminando-se uma a outra, quer por interferência linguística, quer por fenómenos de hipercorreção. Uma dúvida, porém, se levanta, na minha perspetiva de análise: Será que, com o processo de oficialização da Lcv assente na variante do Sotavento em geral e de Santiago em particular, haverá uma (re)crioulização ou seja a recuperação de traços perdidos em estádios anteriores da língua tendo em conta o seguinte?

Que, pelo facto de o Crioulo continuar a ser uma língua essencialmente oral, o seu confronto permanente com o Português vem engendrando uma descrioulização gradual, que poderá fazer perigar a estrutura da língua, tanto do ponto de vista fonético-fonológico como morfo-sintático. (...) A caminhada para a unificação gráfica do Crioulo deverá implicar ainda, mais cedo ou mais tarde, a opção por uma das variantes como língua co-oficial.⁶¹

Embora a escrita literária do Ccv se tivesse desenvolvido a partir do século XX, paralelamente às criações em Língua portuguesa, sobretudo através da literatura oral tradicional cabo-verdiana⁶², da *morna*⁶³, e, mais recentemente, da *coladeira*, só nestes últimos anos é que se criaram condições e instrumentos para padronizar o Cabo-verdiano, visto ter múltiplas variedades, designadamente: o da ilha do Fogo, o de Santiago, o de São Nicolau, o de São Vicente e o de Santo Antão.

⁶¹ Fonte: Decreto-Lei n.º 67/98, de 31 de dezembro - BASES DO ALFABETO UNIFICADO PARA A ESCRITA DO CRIOULO CABO-VERDIANO.

⁶² V., por exemplo, *Folk-Lore from the Cape Verde Islands*, Elsie Clews Parsons, in co-operation with the Hispanic Society of America, Cambridge Mass., New York, American Folk-lore Society, publicado em 1923, variante do Fogo.

⁶³ V. por exemplo, o livro *Mornas, Cantigas Crioulas*, de Eugénio de Tavares, publicado em 1932, uma das primeiras obras escritas em Cabo-verdiano, variante de Brava.

Na verdade, esse Crioulo foi-se tornando uma língua de expressão cultural internacionalmente reconhecida, vista como um instrumento afeiçoado à recriação de manifestações de índole lírica, a exemplo do repertório e do sucesso de intérpretes como B. Léza e Cesária Évora. Além de letras para cantar, poesia e contos (alguns populares), a sua consagração tem-se efetivamente solidificado através da produção literária, dos novos meios de comunicação social e de difusão cultural.

O regime democrático (embora uni partidário de 1975 até finais de 1991) instituído no Pós-independência obrigou a que as campanhas políticas, que visam o contacto direto com as populações, se fizessem com discursos proferidos em vernáculo crioulo e, desta feita, tal propósito ficou inscrito na Lei no final do século XX: “promover as condições para a oficialização da língua materna cabo-verdiana, em paridade com a língua portuguesa” (Artigo 9.º da Constituição de Cabo Verde, 1999).

Assim, não surpreende que, nestes últimos anos, como descreve Christina Märzhäuser (2011: 166), o Ccv se encontre

numa fase muito produtiva, o seu uso escrito cresce em diferentes áreas como a literatura, a comunicação social, a publicidade, a política, a ciência e nos meios de comunicação eletrónicos (sms, email, chat, como também na internet em geral). Como língua moderna transnacional experimenta um enriquecimento do léxico no uso diário e em discursos políticos, técnicos e artísticos.

Da tomada de consciência desta situação, foram-se alimentando debates para pensar o desenho de uma política linguística explícita, que respondesse aos desafios que os usos de ambas as línguas e suas variedades em presença colocam, quer no processo de administração e desenvolvimento do Arquipélago, quer na gestão de reações negativas de ordem sociocultural e identitário face ao projeto de padronização da Língua cabo-verdiana.

De acordo com a definição proposta por Paulo F. Pinto (2010: 49), entende-se pelo conceito de “política linguística”:

O conjunto de tentativas explícitas e implícitas de regulação das práticas linguísticas de uma comunidade, que radicam em iniciativas do respetivo Estado – nível macro –, de grupos ou organizações – nível meso – ou de um indivíduo – nível micro. Independentemente da origem da iniciativa, o sucesso da política linguística depende do envolvimento destes três níveis: se é verdade que a política necessita do Estado, que decide tentar ou não tentar regular determinadas práticas linguísticas, é também verdade que essas decisões só se concretizam com a adesão dos indivíduos e dos grupos.

Com efeito, se a Língua crioula é o instrumento natural de comunicação, o seu carácter multiforme tem engendrado algumas controvérsias: sabe-se que existe uma clivagem entre os falantes do Crioulo das ilhas do Barlavento (Boa Vista, Sal, São Nicolau, São Vicente e Santo Antão) e os falantes do Crioulo das ilhas do Sotavento (Brava, Fogo, Santiago e Maio), e pressupõe-se que haja uma distanciação latente entre populações rurais e elites bilingues urbanas. Como observa Dulce Pereira (2007a: 4), existem:

variedades de Crioulo a que os próprios falantes chamavam, e chamam ainda, mais *fundas* (mais afastadas do Português) ou mais *leves* (mais próximas do Português). Naturalmente que os falantes analfabetos, das zonas rurais, com pouco contacto com o Português, foram os que mais preservaram o chamado “Crioulo Fundo”.

A discussão em torno da escolha de uma variedade para servir de norma é, por vezes, acesa nos meios de comunicação social e na blogosfera, mas não há consequências práticas para além de alguns insultos. Uns defendem que o Crioulo deve manter-se na sua diversidade como principal instrumento de comunicação informal de Cabo Verde, visto as variantes existentes nas ilhas do Arquipélago não terem uma dimensão tal que dificultam a compreensão e a interação social entre as populações. Outros são da opinião de que o uso do Português é mais indicado na Administração, na Ciência e no Ensino, visto apresentar-se, na perspetiva em que se inscrevem, como uma língua una e homogénea, apta à comunicação formal.

Ao certo, a escolha da variedade social e dialetal que deve ser considerada como norma-padrão é uma questão delicada: se, do ponto de vista linguístico, todas as variedades são

igualmente válidas desde que sirvam para a comunicação dos falantes, já numa perspetiva social a escolha de um determinado falar como dialeto elevado ao *status* de idioma oficial é um fator de discriminação positiva, pelo que, por regra, coincide com o dialeto do estrato da população que goza de maior prestígio e poder. De um modo geral o dialeto eleito como norma-padrão é a língua falada na sede do poder político de um país, como observa Dulce Pereira (2007b: 5):

A decisão de oficializar a Língua crioula está a ser objeto de polémica (nem sempre bem informada) na comunidade cabo-verdiana, pois não é fácil normalizar uma língua, isto é, adotar uma variedade como norma, sem que haja oposição dos falantes das outras variedades. Neste momento, tudo aponta para que seja eleita uma das variedades de Santiago (a maior ilha e a mais povoada, em que está sediado o poder político).

Convém lembrar que desde a sua formação até à atualidade, o Ccv manteve-se em contacto quase exclusivo com a Língua portuguesa. No contexto insular cabo-verdiano, a influência de uma língua sobre a outra não pode deixar de ser recíproca. Pelo viés do contacto entre línguas, é provável que se desenvolvam “interlínguas” (transferências de elementos de uma língua para a outra) em falantes menos ciosos da “pureza” de cada idioma, facilitando a mistura entre o Crioulo e o Português, como atesta a existência de um “crioulo fundo” e de um “crioulo leve”.

Por seu turno, as diferenças do Português praticado em Cabo Verde em relação ao Português europeu não parecem ser muito acentuadas, embora pouco estudadas. Na verdade, como observa Amália Maria Melo Lopes (2011: 1), na sua tese de doutoramento, *As Línguas de Cabo Verde: uma Radiografia Sociolinguística*:

Apesar de este contexto [o da sociedade cabo-verdiana ser marcada pela presença de duas línguas em contacto] ser favorecedor da criação de uma variedade do Português com características próprias, desconhecemos estudos exaustivos, sistemáticos e metodologicamente fiáveis sobre o Português falado em Cabo Verde.

Ainda assim, algumas diferenças são dignas de nota. Repare-se em casos de transposição de estruturas do Crioulo para o Português, como ilustra Dulce Pereira (2007a: 7), com o seguinte exemplo: a frase “O livro está caro”, perfeitamente gramatical em Português, pode querer significar na boca de um cabo-verdiano “Os livros (em geral) estão caros”, por decalque semântico do Crioulo “*Libru sta karu*”. Com efeito, em Cabo-verdiano, “os nomes que se referem a um genérico ou a um grupo ocorrem sempre no singular, sem artigo definido”.

Essa interferência semântica pode ocorrer, igualmente, naquelas palavras que tanto existem em Português como em Crioulo, mas com significados diferentes (reanálise de lexemas portugueses). Palavras usadas exatamente com o mesmo significado que em Portugal podem ser empregadas com o significado que o Cabo-verdiano lhes empresta, a exemplo de “malcriado”, com o sentido de ‘rebelde’ ou ‘insubmisso’, “afrota”, significando ‘desespero’, “rocha”, designando ‘montanha’, ou “inocente”, na aceção de ‘ingénuo’⁶⁴.

Sendo o contexto cultural cabo-verdiano distinto do contexto cultural português, não surpreende que palavras portuguesas sejam usadas com outro valor pragmático. É o caso da palavra “obrigado”, como explica Dulce Pereira (2007a: 8) do modo seguinte:

Um falante cabo-verdiano do interior da ilha de Santiago, embora conheça a palavra “obrigado”, com o valor de agradecimento, por regra, nunca a usará, a menos que queira cortar relações com a pessoa a quem agradece: existe uma regra pragmática em Crioulo que estabelece que só se deve usar esta palavra para agradecer as coisas já passadas, no fim de uma relação. Deste modo, dado que a palavra, na sua forma fónica, e até no seu significado, é igual à palavra portuguesa correspondente, muitos portugueses consideram, erradamente, uma indelicadeza aquilo que para os cabo-verdianos é uma atitude respeitadora.

⁶⁴ À falta de melhor fonte, estes exemplos são tirados da entrada “Crioulo cabo-verdiano” na *Wikipédia*. [Consult. a 2-10-2014].

Em Cabo Verde, as formas de tratamento não são tão complexas como aquelas que vigoram em Portugal, representando vários níveis de intimidade, de respeito ou hierárquicos. Em Cabo Verde, tal como no Brasil, existem apenas dois níveis de tratamento da 2.^a pessoa: “tu”, usado numa relação de intimidade, familiar ou coetâneo, e “você”, empregado para assinalar um tratamento de respeito e/ou de deferência, um termo que vem adquirindo um estatuto pronominal e que pode ser usado indistintamente com o sentido de “o senhor” ou “a senhora”.

Tendo em conta o contexto arquipelágico, a condição periférica, a miscigenação racial, um sincretismo linguístico-cultural, a herança colonial, entre outros fatores geográficos e históricos, não admira, pois, que o Português falado e escrito de Cabo Verde possa ter desenvolvido uma certa variedade a nível da fonética, da morfologia, da sintaxe, do léxico e, até, da ortografia.

Não dispondo de dados tangíveis para ilustrar, com rigor e precisão, as características diferenciais do Português cabo-verdiano relativamente ao Português europeu, ainda assim não parece totalmente despropositado imaginar-se uma pronúncia algo “arcaica” – do ponto de vista da perceção de um lusófono europeu⁶⁵. Nem será descabido antever uma ortografia, informal e lúdica, como é timbre da escrita do “internetês” em qualquer parte do mundo, mas “crioulizante” neste contexto diglósico, a julgar pela blogosfera cabo-verdiana descrita por Silvino Lopes Évora (2006: 7) do seguinte modo:

Uma mescla de linguagem, que varia entre o Português e o Crioulo, onde, cada um, de acordo com a sua vontade e o seu humor, escolhe a língua e a maneira que entende como adequadas para chegar ao espaço público.

No que diz respeito a aspetos da morfossintaxe, ao contrário do Português europeu (Pe), em que é possível, em determinados casos, ter o pronome pessoal complemento antes

⁶⁵ Por exemplo, características do Português antigo, conservadas no Ccv que ainda podemos encontrar no Norte de Portugal e Galiza, o ditongo “ão” pode soar “on” – é o caso de “razão = razão” ou “sabão = sabon” – e as chiantes palatais, como em “chamar” e “chuva”, podem ser pronunciadas com a africada chiante surda /tʃ/.

do verbo, os pronomes pessoais complemento tendem a vir em Português de Cabo Verde (Pcv) depois do verbo. “Na igreja também usa-se o Português” (Pcv) em vez de “Na igreja também se usa o português” (Pe).

É a nível lexical que se detetam mais facilmente diferenças. Alguns termos usados em Cabo Verde são praticamente desconhecidos em Portugal. Assim acontece com as palavras “babosa” (‘aloé vera’), “mel” (referindo-se ao mel de cana sacarina, visto a outra variedade de mel, regionalmente menos generalizada, ser designada pela locução diferenciadora “mel de abelha”) e “grogue” (‘aguardente de cana’) que também ocorrem na Madeira. Em contrapartida, alguns significados conferidos em Portugal são desconhecidos em Cabo Verde, tais como: “ilhéu” usado apenas com o significado de ‘ilha pequena’, e não com o significado de ‘habitante de uma ilha’; “abalar” só é conhecido com o significado de ‘sacudir’, e não com o significado de ‘partir’; “ténis” é usado apenas para referir a modalidade desportiva, sendo que a peça de calçado é designada por “sapatilha”⁶⁶.

Ainda assim, durante os vários anos de administração portuguesa, os modelos paradigmáticos eram do Português europeu, e até hoje, as obras de referência (gramáticas, dicionários, manuais escolares, etc.) são originárias de Portugal.

Concluindo, presenciamos dois movimentos de sentido oposto que ocorrem em simultâneo: por um lado, o Português falado/escrito em Cabo Verde tende para uma variação com características próprias, por outro, as normas europeias do Português continuam a fazer uma pressão que trava um desenvolvimento mais rápido de uma variedade tipicamente cabo-verdiana.

A esse respeito, observa Ivo Castro (1991: 62), no seu *Curso de História da Língua Portuguesa*, que, embora sendo um idioma pouco utilizado para a comunicação quotidiana, coexistem, em Cabo Verde, diferentes níveis do uso do Português:

⁶⁶ À falta de melhor fonte, estes exemplos são tirados da entrada “Crioulo cabo-verdiano” na Wikipédia. [Consult. a 2-10-2014].

- Um português vernáculo falado e escrito por determinada camada (cultura) da população, frequentemente mais rebuscado que em Portugal. Trata-se de um português literário, elaborado a partir de fontes escritas – obras literárias, revistas, discursos...
- Um português regional correto mas polvilhado de modismos ou regionalismos com sua “cor local”.
- Um português muito rudimentar, falado por camadas populares em determinados momentos, particularmente os solenes.

O número suficiente de estudos sobre a situação sociolinguística cabo-verdiana permite afirmar que, de uma maneira geral, as categorias sociais elevadas dos centros urbanos são, pelo menos, “perfeitamente” bilingues Crioulo-Português, sendo que algumas delas dominam outras línguas estrangeiras (por exemplo, o Francês, o Inglês e/ou Neerlandês).

Em todo o caso, como defende Aurélio Santos (2006: 42), a situação sociolinguística cabo-verdiana é favorável ao bilinguismo de Estado, mas, para que isso se concretize, torna-se também necessário empreender importantes decisões políticas no sentido de elevar o Crioulo à língua oficial e, a partir daí, (re)definir o seu espaço no xadrez sociolinguístico cabo-verdiano ao lado da Língua portuguesa.

O que fazer para que sejam criadas as condições para um desenvolvimento “harmonioso” entre as duas línguas? O que fazer para que os benefícios e custos associados à tal escolha se revelem um investimento compensatório para a sociedade cabo-verdiana?

Uma aproximação entre as elites formadas em Português e a maioria da população quase exclusivamente crioulofona afigura-se-me como um imperativo. Um dos argumentos adiantados por decisores políticos para justificar a escolha de o Português ser a língua de ensino é que o Português pode ser visto como um instrumento de igualdade de oportunidades entre os alunos de Cabo Verde. Tal não acontecia no passado, visto o Português constituir um fator de desigualdade de oportunidades de sucesso para os crioulofonos. Ainda assim o Português continua a ser o primeiro instrumento de promoção social, a língua que confere mais hipóteses de aceder a um emprego nos setores modernos.

Todas estas questões devem ser, pois, equacionadas por uma política linguística, apta a enfrentar vários desafios: os de ordem económica (relações comerciais com o mundo), os de ordem política (coesão nacional) e os de ordem sociocultural (construção e afirmação de valores identitários).

A mundialização obriga os decisores políticos a irem para além dos sentimentos e da dupla questão, hoje ultrapassada, mas que volta episodicamente: contra ou a favor do Crioulo? Contra ou a favor do Português? Esboçar os contornos de uma política linguística, sem que se tenha estabelecido um estado completo da situação sociolinguística e aberto um debate de sociedade o mais participado possível, equivaleria a cometer uma grande imprudência. O debate mantém-se aceso, a população tem tomado amplamente parte nessa reflexão e de tudo aquilo que me foi dado observar, nomeadamente em blogues ou em comentários de artigos publicados *on-line*, os pontos sobre os quais os cabo-verdianos têm vindo a ponderar, quanto às escolhas a fazer no domínio da política linguística, podem ser enunciados da seguinte forma:

Reequilibragem do estatuto de ambas línguas em presença e em contacto e das variedades do Cabo-verdiano (numa ótica da manutenção do Português e da defesa e ilustração do Cabo-verdiano). Reflexão sobre a eventualidade de uma política linguística regional e insular com vista à criação de condições para a manutenção das variedades do Cabo-verdiano. Reflexão sobre a eventualidade de uma política diversificada para as populações urbanas e as populações rurais (no domínio da alfabetização funcional, por exemplo). Finalmente, reflexão sobre o apetrechamento necessário para o estudo, ensino e difusão das línguas em causa com vista à realização dos pontos precedentes.

Se é certo a construção do bilinguismo ter custos elevados, pode – se o processo for bem conduzido – ser um investimento muito compensador a todos os níveis da sociedade. Tal construção obriga à defesa de uma política linguística de

complementaridade entre as duas línguas e de respeito pelas variedades do Cabo-verdiano.

Por seu lado, Fátima Ramos Lopes⁶⁷, no artigo “Os Crioulos de Cabo Verde – Estatuto menor ou morte lenta”, publicado no *Notícias do Norte*, em novembro de 2013, defende a valorização de todos os crioulos existentes no Arquipélago, não escondendo o seu ceticismo em relação “à eventual adoção num futuro próximo do Crioulo no sistema educativo cabo-verdiano”, porque desconfia dos decisores políticos e do modo como o processo tem sido conduzido. Por fim, entende

que é impossível isolar Cabo Verde do Mundo e da Comunidade Lusófona, e que a Lp é uma herança do país, considero que é imprescindível:

- Preservar o atual estatuto da Lpe melhorar o seu ensino;
- Generalizar o bilinguismo em Cabo Verde e adotarem medidas para que todos os cabo-verdianos se expressem correntemente em Português e que dominem o Inglês e eventualmente o Francês/Espanhol.

Na prática, o ponto de equilíbrio é a opção que parece, naturalmente, a mais acertada. Caso o processo fosse mal conduzido, não custa imaginar as consequências desastrosas que poderiam daí advir para o desenvolvimento da sociedade cabo-verdiana. Se se verificasse a deterioração do ensino do Português ao mesmo tempo que não fossem criadas as condições para que o Crioulo escrito vingasse, reunindo amplos consensos e ganhando bases sólidas, o país acabaria por desenvolver uma comunicação disfuncional, em âmbitos académicos ou profissionais, resvalando para uma situação de

⁶⁷ V. Fátima Ramos Lopes, “Os Crioulos de Cabo Verde – Estatuto Menor ou Morte Lenta”, *Notícias do Norte*, 4 de novembro de 2013, 4 páginas. Disponível em: <http://noticiasdonorte.publ.cv/17658/os-crioulos-cabo-verde-estatuto-menor-morte-lenta/> [Consult. a 2-10-2014].

semilinguismo, em que a população daria mostras de insuficiência de competências em duas ou mais línguas, como alerta Cláudia Cristiana da Cruz Gonçalves⁶⁸.

Principal matriz identitária do povo cabo-verdiano, é natural que a visão de um Crioulo como instrumento de libertação e de emancipação se projetasse nessa sociedade atlântica na pós-independência. Contudo, a existência de diferentes variedades dialetais no Arquipélago e a inexistência de normação da Língua crioula obrigaram à manutenção de um “sistema bilingue”, em que o Português se manteve como a língua da comunicação oficial e, em muitos casos, uma língua de trabalho, em vários setores relevantes, como a Administração ou as indústrias do turismo. É certo, nestes últimos anos, o debate sobre a língua materna e a sua oficialização ter tomado um cariz mais técnico e informado, embora muitas dúvidas subsistam sobre a sua aplicação e consequências.

A motivação que desencadeou a vontade política em oficializar o Crioulo pode explicar-se nos termos que o Ministro da Cultura, Mário Lúcio Sousa, enunciou:

o Crioulo tem sido vítima de uma longa e injusta clandestinidade, lamentando o facto de ele ser a única língua que não é oficial no seu próprio solo (...)[. A] a ação e o tempo verbal conjugam-se no sentido de oficializar o Crioulo de Cabo Verde (...)[. O] futuro da escrita, a sua padronização e o seu ensino dependem da respetiva oficialização.⁶⁹

Revelando consciência dos problemas que lhe são inerentes, essa vontade política esbarra, no entanto, com aqueles que desconfiam desse voluntarismo, para não dizer “experimentalismo de laboratório” com consequências imprevisíveis. O internauta Andrea Fortes alerta para as “nefastas consequências de oficializar o Crioulo”,

⁶⁸ V. Cláudia Cristiana da Cruz Gonçalves, “A língua Portuguesa é também património”. *A Semana* - Primeiro diário cabo-verdiano em linha, 30 de outubro de 2010, 1.^a página. Disponível em: <http://www.asemana.publ.cv/spip.php?article57650>. [Consult. a 2-10-2014].]

⁶⁹ V. “A Situação e o Estatuto dos Crioulos de Cabo Verde: A regionalização e o debate sobre o crioulo”, José Fortes Lopes, sábado, 25 maio 2013, 11:15. <http://www.expressodasilhas.sapo.cv/opiniao/item/37359-a-situacao-e-o-estatuto-dos-crioulos-de-cabo-verde-a-regionalizacao-e-o-debate-sobre-o-crioulo>. [Consult. a 2-10-2014].

lembrando um caso sucedido na ilha de Curaçao, não levando, o autor, em conta, contudo, que em Cabo verde não seria uma substituição, mas o ensino, em simultâneo, das duas línguas em contacto: LP e o CCv:

Há alguns anos, por inspiração demagógica, o governo da ilha de Curaçao que é um departamento da Holanda, mas com uma grande autonomia e governada pelos autótones, decidiu introduzir o Papiamento como língua oficial nas escolas públicas, substituindo assim a Língua holandesa considerada como uma língua de colonizadores e, portanto, menos válida. Entretanto, logo no início, esses mesmos políticos que tudo fizeram para introduzir o Papiamento como língua oficial retiraram imediatamente os seus filhos das escolas públicas e colocaram os mesmos nas escolas privadas onde o ensino era ministrado em Língua holandesa. Passados cinco anos duma experiência que desde do início estava condenada ao falhanço, chegaram à conclusão de que a introdução do Papiamento como língua oficial em detrimento da Língua holandesa foi um verdadeiro desastre pelo que não havia outra alternativa senão começar de novo com a “língua não amada”. Nada de novo. Este desastroso resultado como é lógico já era de esperar. Os alunos das escolas públicas sofreram um atraso de cinco anos. O fosso entre os alunos filhos das elites que frequentaram as escolas privadas onde a língua oficial era a Língua holandesa e os alunos das classes menos favorecidas que frequentaram as escolas públicas onde a língua oficial era o Papiamento foi enorme e estes últimos sofreram um retrocesso de cinco anos.⁷⁰

Adotando o mesmo ponto de vista e alertando contra um sistema educativo promotor de desigualdades sociais, um outro opinador, identificado como Augusto Santos, apresenta a seguinte antevisão:

Os filhos dos ricos *badius* vão para escolas privadas e financiadas pelas embaixadas estrangeiras e estão a aprender o Português, o Espanhol, o Francês e o Inglês para serem os novos donos de Cabo Verde, sobretudo a falar nos salões e a dar *show* de Português alfacinha nos grandes encontros internacionais enquanto os nossos filhos de pobreza das

⁷⁰ V. http://www.asemana.publ.cv/spip.php?article100566&ak=1#ancre_comm, 24 de junho de 2014; 09: 10. Contém 133 comentários, uns a favor e outros contra. [Consult. a 12-10-2014].

restantes nove ilhas vão ser criados e domésticos de *badius* e ser obrigados ao analfabetismo e a aprender o *badiupek* que nem soletrar ficam a saber.⁷¹

Assim se explica o receio que muitos pais cabo-verdianos têm em relação ao ensino do Crioulo; segundo consta, alguns recusam mesmo que os filhos aprendam Crioulo nas escolas. Quanto ao receio de alguns pais, com base nas inúmeras leituras que fiz, esse receio terminará quando houver uma efetiva situação de bilinguismo sem diglossia, ou seja logo que desapareça efetivamente o sentimento inculcado durante cinco séculos de História de colonização de que a Lp é o instrumento linguístico de maior prestígio como acontece, por exemplo, em S. Tomé e Príncipe, país insular da África Ocidental, situado a noroeste do Gabão, em plena zona equatorial, onde os pais falam em casa com os filhos em Lp por uma questão de “promoção social”:

O Português é a língua oficial e de ensino em São Tomé e Príncipe, e existe em situação de bilinguismo. No entanto, Dulce Pereira (2006: 62) revela que «[e]m São Tomé há muitas famílias que evitam o uso do Forro e procuram que os seus filhos adquiram Português desde a infância. É fora da família que muitas dessas crianças e adolescentes, desejosos de se integrarem nos seus grupos de pares, acabam por aprender o crioulo»⁷²

O mesmo acontece com o ensino do Mirandês, de origem asturiano-leonesa, na região de Trás-os-Montes, no Nordeste de Portugal, ao longo da fronteira com a Espanha, face ao Português, conforme constatou Evelin Gabriella HARGITAI, doutoranda em Linguística Românica, ELTE BTK, Budapeste⁷³:

A área geográfica de uso da língua começou a reduzir-se nos anos 60, e consequentemente, o número de falantes. Isso deve-se à modernização e à urbanização,

⁷¹ http://www.asemana.publ.cv/spip.php?article100566&ak=1#ancre_comm, 24 de junho de 2014; 14: 13. [Consult. a 12-10-2014].

⁷² http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Col_Percursos_Intercultura/3_PI_Cap6.pdf. [idem].

⁷³ http://www.miradadodouro.com.pt/documentos/rap_mirandes_HEG_rev_imagens.pdf, consultado a 15-11.2013, num texto intitulado Rap em mirandês -Métodos excepcionais no ensino duma língua minoritária:

mas a causa direta da substituição linguística foi a construção das barragens hidroelétricas no rio Douro e o aparecimento da televisão (Euromosaic). Esses fatores levaram à diminuição do prestígio do mirandês. Cada vez mais pessoas se tornaram bilingues (Euromosaic). Hoje, já é o português que predomina. Segundo as minhas experiências, o idioma minoritário usa-se em situações informais: entre parentes e amigos.

Poderia continuar com outras semelhanças por esse mundo fora, mas termino este à parte, com o que se passa na vizinha Espanha (o galego perante o espanhol) baseando-me em Bieito Silva Valdivia, Professor Titular da Universidade de Santiago de Compostela. Em torno das suas principais linhas de investigação, Bieito fala na evolução do Sistema Educativo bilingue da Galiza, desde a sua institucionalização, em 1978, até à atualidade, marcada por um aceso debate político e social em torno do ensino pluringue e “do risco de marginalização que o idioma galego pode correr, devido às mais recentes reformas legislativa” (FLORES, 2011):

Galicia é unha Comunidade com dous idiomas oficiais; o galego, por ser a lingua própria do territorio, e o castelán, ploa súa condición de oficial en todo o Estado. Esta dobre oficialidade linguística caracterízase, porén, por un profundo desequilíbrio entre os dous idiomas. (...) A consecuencia é que a recuperación social da lingua histórica para convertela en instrumento de interacción normal entre os galegos resulta cada vez máis problemática, ao mesmo tempo que a pretensión dun bilingüismo social equilibrado se presenta como unha utopía.⁷⁴

Voltando a Cabo Verde, face a este cenário de desconfiança em relação ao modelo de ensino vigente, o atual Secretário de Estado da Educação de Cabo Verde, Octávio Tavares, citado por Mário Matos, na sua página do *Facebook*, em 12 março 2014, reconhece que:

⁷⁴ VALDIVIA, Bieito Silva (20119, *Galicia: O Futuro Da Lingua Galega Entre Modelos Bilingües e Pluringües* in FLORES, Cristina (org.), “Múltiplos Olhares Sobre O Bilinguismo- Transversalidades II”. Edição do Centro de estudos Humanísticos da Universidadde do Minho: p. 67.

[Q] uando o professor do Ensino Básico (...) argumenta a necessidade de ensinar em Crioulo para facilitar a aprendizagem do aluno é uma questão ou uma aposta falsa, porque na verdade é o próprio professor que passa a sua vida a falar o Crioulo e ele é confrontado com a obrigação de ensinar em Português. (...) [P] ara já, o professor do Ensino Básico tem todos os meios de ensino à sua disposição em Português. E, portanto, não tendo ele o domínio do Português, uma forma de se desembaraçar da dificuldade é alegar a necessidade de ensinar em Crioulo. E ao ensinar em Crioulo não estará a facilitar o ensino e tão pouco estaria a facilitar a aprendizagem dos alunos. Porque, depois o aluno é confrontado com a leitura de um texto ou a elaboração de uma composição ou então a realização de um teste ou a receção de um visitante e aí o aluno tem mesmo necessidade de utilizar o Português mas como o Português não lhe foi ensinado é claro que ele fica com imensas dificuldades.

E conclui do seguinte modo:

Quer dizer que não é o Crioulo e nem é o Português. Não é o Crioulo porque é o próprio professor que quer ensinar em Crioulo e que não sabe fazê-lo adequadamente porque não têm instrumento, a começar pela formação, não tem formação para ensinar no Crioulo o que vem em programa, em manuais e em outros instrumentos em Português.

Não admira, por isso, que sejam muitas as vozes que apelam à paciência dos atores políticos, no sentido de não se deixarem pressionar pela ala dos que estão “a-favor-da oficialização-quanto-antes”. Muitos entendem que não há conflito entre o Crioulo e o Português, tratando-se de uma “falsa questão” que só interessa àqueles que tentam “tirar proveitos políticos identitários exarcebados”. De facto, a comunicação em Crioulo tem-se realizado com a maior naturalidade, sem constrangimentos, em todos os setores de atividade da sociedade cabo-verdiana: cidadãos comuns, políticos, jornalistas, publicitários e artistas têm conseguido passar com sucesso as suas mensagens, quer para dentro do país, quer para fora. A esse respeito observa o bloguista Humberto Cardoso:

O argumento de uso do Crioulo para facilitar os alunos nos primeiros anos só parece ter sentido porque o Estado falha em propiciar às crianças o acesso ao Português desde

tenra idade. A consagração constitucional da Lp como língua oficial obriga o Estado a agir no sentido, por exemplo, *de redefinir todo o pré-escolar como o centro focal do esforço nacional em tornar verdadeiramente bilingue o cabo-verdiano*. O cabo-verdiano não é bilingue por deficiência do seu Crioulo, mas sim por falhas no domínio do Português. E é isso que urge remediar.⁷⁵

Nessa mesma esteira de considerações críticas, outro opinador, Avelino Rodrigues Pina, apresenta a seguinte visão, comentando os que se deixam guiar pela paixão quando o tema da oficialização da língua materna vem à tona:

Convém deixar aqui claro que a taxa de escolarização (bruta e/ou líquida) em Língua portuguesa, não tem nada a ver com o domínio dessa mesma língua, aqui em Cabo Verde. Factos são factos e não há como escondê-los. Precisamos ainda de nos aperfeiçoarmos muito mais na Lp (que também faz parte da nossa cultura e identidade) para, a partir daí podermos colher frutos SIM do esforço despendido. A aposta no “facilitismo/simplismo”, como pretendem, só irá contribuir para a regressão do país. (...). A língua materna nunca nos fez falta – comunicamos muito bem através dela, os nossos poetas e as nossas poetisas escrevem e recitam poesias em diferentes variantes, desde antes da Independência e com toda a normalidade, enfim.⁷⁶

Basta lembrar que o Ccv não dispõe ainda do indispensável *corpus* de instrumentos linguísticos, em matérias como a Administração, a Educação, a Ciência e a Cultura (a institucionalizada), sendo a manutenção do Português uma necessidade, como refere o seguinte comentador anónimo:

Da história temos o exemplo dos povos germânicos, que começaram a desenvolver a escola aprendendo Latim. E Cabo Verde está numa situação parecida. O grande conflito em Cabo Verde está entre o Inglês e o Português e não entre o Crioulo e o Português.

⁷⁵ <https://sites.google.com/site/humbertocardoso/oficializarocrioulo%3Fporqu%C3%AAapressa>, s.d.. [Consult. a 12-10-2014].

⁷⁶ Um dos vários comentários à notícia <http://www.expressodasilhas.sapo.cv/sociedade/item/42269-lingua-cabo-verdiana-devera-ser-oficializada-na-proxima-revisao-constitucional> que, em parte, adaptado.[idem].

De notar por exemplo, é a saída do Francês e o crescimento do Inglês no sistema escolar cabo-verdiano.⁷⁷

Para este comentador, o cerne da questão está mais em saber qual das línguas com vocação internacional responde melhor às necessidades de desenvolvimento humano e económico de Cabo Verde, sendo que o que está em jogo é a disputa de zonas de influência entre a lusofonia e a anglofonia, à semelhança do que se tem verificado atualmente em Moçambique.

Voltando à questão da oficialização do Crioulo, outro político, Elísio Freire, optando por uma posição cautelosa, na abertura do Fórum Parlamentar “Por um bilinguismo social efetivo: a oficialização da Língua Cabo-verdiana”, em maio de 2013, na cidade da Praia, reconhece que:

A oficialização do Crioulo divide profundamente os dois maiores partidos do país, por isso entendo que é preciso uma abordagem inclusiva e de não separação dos cabo-verdianos. É isso que estamos empenhados e acreditamos que é possível fazer. A Língua cabo-verdiana, juntamente com a portuguesa, tem já dignidade constitucional mas na estratégia do Governo não há uma abordagem acordada sobre a oficialização do Crioulo. A nível da Constituição, o Crioulo encontra-se ali, agora é preciso dar passo seguinte que é a sua oficialização. E acreditamos que esta deve ser feita num quadro de inclusão, mostrando a importância de todos na sua materialização.⁷⁸

Termino esta secção com um excerto de um manual escolar em Crioulo para ilustrar a possibilidade de um ensino bilingue efetivo, a passagem da utopia à realidade, a nível do ensino primário:

Mos, feria sta sábi, ma N tê sodadinha skola. Nu bai, nu bai Nu bai pa skola preñdi. Ba preñdi purtuges. Ba preñdi matimatika. Nu bai, nu bai, nu bai pa skola preñdi, Siensias

⁷⁷ Anónimo, em http://www.asemana.publ.cv/spip.php?article98222&ak=1#ancre_comm, 6 de abril de 2014, 18:04. [Consult. a 12-10-2014].

⁷⁸ <http://www.expressodasilhas.sapo.cv/politica/item/37193-lider-parlamentar-mpd-nao-devemos-transformar-o-crioulo-numa-lingua-que-nos-vai-desunir>, sexta-feira, 17 de maio de 2013, 17:43. [idem].

integradas. Bai preñdi informática. Nu bai, nu bai nu bai pa skola preñdi. Ba preñdi franses, ba preñdi ingles. Nu bai pa skola preñdi. Pa N tem prufison. Pa N podi ser filis. Ken kre ser dotor, ami. Ken kre ser pilotu, ami. Ken kre ser prusor, ami.⁷⁹

Não há dúvidas de que existe em Cabo Verde uma verdadeira abertura por parte da população para a oficialização do Crioulo. Contudo, percebe-se que as condições adequadas estão ainda por criar. Por isso, Cabo Verde não pode correr o risco de prescindir de uma sua outra língua, por sinal de vocação internacional, sob pena de “guetização” linguística e social de boa parte das suas futuras gerações. A aposta num modelo de ensino bilingue de qualidade, valorizador de ambas as línguas, será provavelmente o caminho mais seguro para a sociedade cabo-verdiana enfrentar com otimismo os desafios que se avizinham.

2.2. O centralismo de Santiago contra “regionalistas”?

Nos últimos anos, o debate sobre o Crioulo tem sido interpretado por muitos cabo-verdianos como uma “guerra das duas rosas”, uma longa disputa entre dois modos de ser e de falar, entre interesses de grupos distintos nem sempre convergentes. Por um lado, a bandeira identitária santiagoense, com o Crioulo a ser apresentado como um instrumento de afirmação; por outro, as ilhas e cidades periféricas da capital macrocefálica, a cidade da Praia, que procuram mais e melhor desenvolvimento, mais e melhor reconhecimento. Se nos anos 70 do século passado era a zona do Barlavento, representada pela cidade do Mindelo, que detinha o potencial marítimo, comercial e industrial, enquanto a zona do Sotavento contava com o potencial agrícola, o certo é que depois da independência a situação se inverteu.

⁷⁹ “Meninos, as férias sabem bem, mas temos saudades da escola. Vamos para a escola aprender línguas, ciências, novas tecnologias de informação e comunicação para podermos ter uma profissão e nos realizarmos: médico, piloto, professor...”. (Adaptação minha).

Fonte: <http://kauverdianu.blogspot.pt/2014/07/arfabetu-kabuverdianuxikotada.html>, publicado em 26 de julho de 2014. [Consult. a 22-10-2014].

Quando se fala de regionalização, encontram-se pontos de vista radicalmente opostos entre as cidades do Mindelo e da Praia, como reflexo das rivalidades entre as duas principais urbes do Arquipélago. Um dos empresários de Mindelo (São Vicente), Carlos Fortes Lopes é, a esse respeito, bastante elucidativo:

não restam dúvidas de que a realidade atual do debate sobre a regionalização do arquipélago de Cabo Verde está incomodando um certo grupo da sociedade política nacional. Cabo Verde é um arquipélago, por conseguinte, regionalizado TERRITORIALMENTE. E foi nesta base que os descobridores portugueses classificaram o Arquipélago, de acordo com as suas características climatológicas e geográficas, em dois grupos de ilhas: Barlavento e Sotavento. No início dos anos 70, a regionalização económica do Arquipélago era evidente.⁸⁰

Parece que agora já não é. Existe o sentimento difuso nas restantes nove ilhas e na periferia santiagoense de que o centralismo das decisões políticas e económicas têm, de algum modo, prejudicado as populações distantes da cidade da Praia.

Na verdade, a problemática do Crioulo aparece associada ao pacote da reforma do Estado atualmente em vista, o da regionalização. Esse debate tende a aguçar, naturalmente, as diferenças regionais. Embora incorrendo num maniqueísmo facilitador para a compreensão do problema em causa, a discussão parece girar em torno dos seguintes binómios antagónicos: a capital e as periferias, negros e mestiços, o *badiu* e o *Criol de Soncente*, os “fundamentalistas” e os “regionalistas”, o “alupec” e o alfabeto etimológico⁸¹.

⁸⁰ Fonte: <https://www.facebook.com/carlos.f.lopes?fref=ufi>, setembro de 2014. [Consult. a 9-09-2014].

⁸¹ A título meramente exemplificativo, compare-se as seguintes grafias:

Em Português: “Mas que coisa... Uma mulher estava para ser mãe. Foi à água, levando o cântaro à cabeça. Então o menino falou dentro do seu seio. – Mamã, dá-me já à luz e ajudar-te-ei a levar a água. – Como, filho? Ainda não chegou a hora de tu nasceres! – Mamã, cospe no seio três vezes e eu nascerei.”

Escrita etimologizante: “Cussa que cussa. Um mudjer’ stába grávido. Bai panha ágo cu si tedja d’ágo riba cabéça. Enton minino papia dento di si barriga. – Mamã, ê pã bu pari’m goce, tájudábo leba ágo. – Modi, nha fidjo, inda cã chiga maré di bu nace. – Mamã bu cuspe na barriga três bê ñ nace goce. Mamã cuspe. Minino nace, ê nace sabidinho. Tôma si mãe tedja d’ágo ê leba.”

Tal situação política faz com que os “regionalistas”, sentindo-se desapoitados pelo poder central, suspeitem que o regime político vigente, o PAICV⁸², para provavelmente satisfazer a sua base de sustentação sociológica – ligada à matriz ideológica que remonta aos tempos da luta de libertação –, esteja disposta a lançar o país na aventura de adotar, de forma um tanto precipitada, o uso do Crioulo como ferramenta de trabalho, ao mesmo tempo que desincentivaria o uso do Português, relegando-o para o plano de uma mera língua estrangeira, numa altura em que, na perspetiva de muitos, não existem condições para que tal ocorra.

Tal é o ponto de vista de Silvino Lopes Évora que, em julho de 2006, tecia os seguintes comentários acerca das consequências previsíveis para a vida social e o ensino em Cabo Verde, se se substituir, a breve trecho, a Lp pelo Cabo-verdiano:

O Português vai continuar a ser o parente pobre da família linguística cabo-verdiana. Se quase ninguém a fala, ao abrirmos um espaço para uma escrita oficial em Crioulo, praticamente a Lp desaparece. Relativamente ao Crioulo: teremos duas línguas nacionais oficiais ou uma única com duas variantes oficiais? Parece estranho... não é? Eu já vi países com mais do que uma língua oficial. Em Espanha, por exemplo, o Castelhana convive com outras línguas, em várias regiões do país, que possuem duas línguas oficiais. Mas, são duas línguas mesmo. E nós? Como é que iremos ficar com duas variantes de uma mesma língua oficial? Isso também existe ou, na falta de invenção, estaremos a inventar uma nova forma de congregação linguística? Porque não escolhemos uma única variante como foi feito em vários países civilizados? Se damos a

Escrita de acordo com o ALUPEC/ AK (alfabeto cabo-verdiano): “Kuzá, kuzá: era un bes, un mudjer prenha ba panha agu. Kantu el sa ta benba ku se tudja di agu na kabesa, se mininu papia ku el di dentu bariga: – Mama, pari-m gosi li, N ta djuda-bu karega agu! – Modi, nha fidju?! Mas, inda ka txiga mare di bu nase! – Mama, si bu kuspi na bariga tres bes, N ta nase gosi. Mudjer kuspi. Mininu nase. El nase sabidihu. El toma se mai tudja di agu, el leba.”

(Com o apoio do meu informante, Marciano Moreira, em 29 de outubro de 2013).

⁸² Recordo que o PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde), ensinava, através dos seus documentos oficiais, nos anos 70 do século XX, que “...uma parte dos escravos exportados da Guiné ficava lá [em Cabo Verde] para trabalhar nas plantações locais. Assim, a população de Cabo Verde é essencialmente de origem guineense” (PAIGC: 1974). Para mais informações acerca deste assunto, v., também, a síntese sobre o PAIGC disponível, por exemplo, na “Infopédia” (accedida em 16 de agosto de 2014), em: [http://www.infopedia.pt/\\$partido-africano-para-a-independencia-da-guineia](http://www.infopedia.pt/$partido-africano-para-a-independencia-da-guineia);jsessionid=88wN1Qq0PUWRTIaWJneIog.

São Vicente e a Santiago a oportunidade de escrever e falar a sua variante linguística, porque não fazemos o mesmo com as outras ilhas? (...). Muito boa gente anda a dizer que o insucesso escolar em Cabo Verde se deve ao facto de sermos ensinados numa língua estrangeira. Isso significa que no dia em que passarmos a ser ensinados/educados em Crioulo, seremos os melhores alunos do mundo e ponto final, parágrafo. Acho que essas pessoas têm uma visão muito quadrada do mundo. Não conseguem ver a vida e o globo de forma circular. Se conseguissem, reparariam que o insucesso escolar não é exclusivo de Cabo Verde. Há dias, surgiu um estudo de uma Escola Superior do Porto (Portugal) que dava conta de que os estudantes portugueses têm problemas com a Matemática justamente porque não percebem muito bem o Português (não conseguem compreender as questões que lhes são colocadas, por isso não respondem corretamente). Qual seria a solução neste caso? Deveriam, por exemplo, oficializar o Mirandês para as regiões onde é falado? Se os portugueses também têm problemas com o Português, quem nos garante que, transferindo o sistema de ensino para o Crioulo, teremos uma notória evolução no aproveitamento escolar? Acho que não há uma linearidade aqui. Depois da oficialização do Crioulo, os alunos continuarão a necessitar, com certeza, de saber o Português da mesma forma para poderem ir à escola. É que nós não temos livros. E não temos condições para os ter. Com todos os livros em Português que existem entre Portugal e Brasil, Cabo Verde debate com uma falta de bibliografias fundamentais que é uma coisa extraordinária. Estou a falar de livros que estão traduzidos ou que foram escritos em Português (...). Se não temos dinheiro para comprar os livros, onde arranjaríamos dinheiro para montar rotativas em todas as ilhas e começarmos a imprimir os livros em Crioulo? (...) Basta andarmos pelo interior da ilha de Santiago – que eu conheço relativamente bem – e pelo interior da própria capital cabo-verdiana para percebermos que ainda não temos condições para transpor o nosso sistema socioeducativo e literário do Português para o Crioulo de dia para noite. Eu não tenho nada contra oficializar o Crioulo no dia em que reunirmos bases para isso. Hoje não as temos. Nem sequer sabemos ainda o que é que vamos oficializar. Acho que as pessoas que estão à frente desse *dossier* deveriam pôr a cabecinha a funcionar e apresentarem-nos uma proposta de jeito. Uma proposta em que se possa ler, ainda que seja nas entrelinhas, uma política minimamente clara para o sistema linguístico do país,

não deixando de fora os impactos na Educação, na Sociedade e na Cultura. Senão, poderemos estar a entrar num precipício.⁸³

Outra voz da Diáspora, Fátima Ramos Lopes, licenciada em Ciências da Educação pela Universidade Wisconsin (EUA), enuncia a mesma apreensão:

Convinha deixar claro que, embora seja favorável à instauração do bilinguismo em Cabo Verde, mesmo assim continuo cética em relação à eventual adoção num futuro próximo do Crioulo no sistema educativo cabo-verdiano, não somente devido às dificuldades que um processo feito à pressa enferma e enfrentaria, mas também pela falta de transparência e diálogo sobre o mesmo, já viciado por alguma deriva etnicista, inspirando portanto alguma desconfiança e apreensão. Também porque duvido da sua viabilidade atual tendo em conta os constrangimentos do país, dos custos/benefícios desta estratégia, quando se perspetiva a inserção do país na comunidade Lusófona e no Mundo.⁸⁴

Se a instauração de um processo de estudo dos Crioulos de Cabo Verde parece louvável aos olhos de todos os cabo-verdianos, se nada têm a opor ao facto de o Crioulo ter sido introduzido, de forma experimental, desde 1998, nalgumas escolas, já a oficialização apressada do Crioulo aparece como uma aposta incerta para muitos deles.

Todavia, para uma importante franja da população, a oficialização do Crioulo é não somente desejável como uma necessidade, porque, como refere o Reitor da Universidade de Santiago, Gabriel Fernandes, na revista *Vozes das Ilhas*, na sua edição de 2013:

Ter o Português como a única língua oficial de Cabo Verde, não atribuindo o mesmo estatuto ao Crioulo, é uma das maiores manchas do Cabo Verde pós-colonial. (...). Não

⁸³<http://nosmedia.wordpress.com/2006/07/17/a-oficializacao-do-crioulo-e-o-seu-impacto-na-sociedade-cabo-verdiana/>. [Consult. a 22-10-2014].

⁸⁴ Texto completo disponível em: <http://noticiasdonorte.publ.cv/17658/os-crioulos-cabo-verde-estatuto-menor-morte-lenta/>. [idem].

dá para nos gabarmos de sermos uma nação e você descurar daquilo que é o marco indelével da sua nacionalidade, ou da sua pertença nacional que é a língua.⁸⁵

Sobre a oficialização do Crioulo e da sua norma, adianta uma voz cabo-verdiana residente no estrangeiro, defensora da eleição da variante de Santiago:

Em Portugal, também existem muitos dialetos (e sotaques), mas a variante do eixo Lisboa-Coimbra é a oficial. O mesmo se deu no Brasil, a variante do eixo S. Paulo-Rio é o idioma oficial. A maioria de pessoas mora na ilha de Santiago, portanto essa deveria ser a variante oficial. As outras variantes devem ser respeitadas sim, mas os falantes de lá devem abrir mão do seu provincianismo exagerado... Na Itália, a língua oficial é a de Florença, e os de Milão e Roma tem que se conformar com isso.⁸⁶

Para encontrar soluções a esta problemática, o Ministro da Cultura empossou, em 30 de outubro de 2012, a Comissão Nacional para as Línguas (CNL), um órgão consultor do Governo para desenvolver políticas linguísticas. Essa Comissão é presidida pela linguista Adelaide Monteiro e integra vinte e quatro personalidades académicas das ilhas, incluindo algumas da Diáspora, das mais diversas áreas, entre linguistas, artistas, filósofos, sociólogos e professores. A missão que lhes foi incumbida tem a ver com a oficialização da condição bilingue do Cabo-verdiano, com a elevação do Crioulo ao estatuto, em comunhão com o Português, de língua oficial. Adelaide Monteiro resume o papel da comissão que preside nos termos que se transcrevem:

Sugiro pegar na questão da oficialização do Crioulo e tentar analisar onde é que não está claro para, enquanto comissão, esclarecer esta questão porque não há pessoas contra a oficialização do Crioulo, mas sim, contra estratégias desta oficialização.⁸⁷

⁸⁵ Citado por Manuel Veiga no *post* publicado em 4 de novembro de 2014 na página *Pensar Cabo Verde* do *Facebook*: “UMA DAS MAIORES MANCHAS DO CABO VERDE PÓS-COLONIAL”. [Consult. a 2014-11-14].

⁸⁶ “Amoràbeça”. Outubro 31, 2008. Fonte: <http://nosmedia.wordpress.com/2006/07/17/a-oficializacao-do-crioulo-e-o-seu-impacto-na-sociedade-cabo-verdiana/>. [idem].

⁸⁷ Fonte: <http://www.governo.cv/>, outubro de 2012. [idem].

Concluirei este subponto, retomando as palavras do vice-presidente do partido União Caboverdiana Independente e Democrática (UCID), Júlio de Carvalho⁸⁸, residente em Massachusetts, nos Estados Unidos, patentes numa carta aberta publicada na comunicação social, reveladoras da tensão existente entre os vários partidos com assento na Assembleia Nacional da República de Cabo Verde e das motivações profundas de cada um deles.

Fui alertado recentemente por uma pessoa com certa idoneidade cultural, que lhe disse que se o Crioulo é a coluna vertebral da nossa identidade, não faz sentido mantê-lo no anonimato. É um dever cívico de todos nós desenvolvê-lo e valorizá-lo. Seria bonito se o projeto de oficialização fosse apresentado e aprovado, por unanimidade, por todos os sujeitos parlamentares. Não há que politizar a questão porque se há um elemento que nos unifica, esse elemento é a língua. O Crioulo não tem partido porque é de todos os partidos, de toda a sociedade. Confesso o meu espanto quando fiquei a saber que a revisão da Língua cabo-verdiana foi votada no parlamento sob proposta do Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV), no poder, mas foi chumbada pela UCID e com a abstenção do Movimento para a Democracia (MpD), facto que leva, na minha qualidade de vice-presidente dos democratas cristãos, a lembrar aos deputados e dirigentes que, em 1983, a UCID publicou em Alemanha um boletim informativo intitulado “Sr. Emigrante” em que define, delinea e articula, como parte da sua política global e prioritária, um programa que compreende, de entre outros objetivos, o incentivo ao ensino da Língua crioula e da verdadeira história de Cabo Verde. Desde a sua fundação que a UCID, indiscutivelmente, primou pela divulgação e valorização dos valores e da cultura caboverdiana pelo que desafio os meus a não abandonarem o seu compromisso com Cabo Verde ou com a sua língua e cultura porque a nossa posição é legítima, autêntica e não uma fabricação de percurso e não é por acaso que a UCID defende, entre outras coisas, a regionalização do Arquipélago. Apelo aos deputados da UCID para apoiarem a Língua cabo-verdiana e gritarem bem alto que essa posição

⁸⁸ Leciona, desde 1985, línguas estrangeiras e é investigador/professor em duas universidades americanas. É o responsável pelas Relações Externas, Cooperação e Comunidades da UCID e recomenda aos seus colegas de partido para terem mais cautela no tratamento do *dossier* sobre a oficialização do Crioulo. Fonte: <http://asemana.sapo.cv/spip.php?article100764&ak=1>. [Consult. a 2014-11-14].

nasceu com a fundação do partido, que é o mais antigo de Cabo Verde. Quando falo da legalização da Língua cabo-verdiana, não me refiro à variante de Sotavento ou Barlavento. Estou a falar da língua nacional como um instrumento bem forte da nossa identidade. Aliás, a própria presidente da Comissão Nacional para as Línguas defende que a “língua materna pode ser oficializada sem que nenhuma variante seja erigida como norma. E, sendo oficializada, abre o caminho para que se estude e se tome posição acerca da padronização”. E isso porque todos temos orgulho da nossa língua e da nossa cultura. A oficialização da língua cabo-verdiana não implica o abandono da língua portuguesa, mas uma complementaridade necessária para o desenvolvimento. As línguas nativas são poderosas e devem ser abraçadas. Na UCID não existe ambiguidade ou fanatismo, mas pragmatismo e dever patriótico para “cumprir Cabo Verde”. (24 de junho de 2014).

2.3. A diáspora cabo-verdiana

No presente subponto, abordo, ainda que sucintamente, a última fronteira do bilinguismo cabo-verdiano. Esta institui-se entre a língua do país onde o emigrante cabo-verdiano reside e o(s) Crioulo(s) falado(s) em Cabo Verde ou falado(s) na diáspora, designadamente Portugal, França, Estados Unidos, São Tomé e Príncipe, Senegal ou Holanda. Se, nos países lusófonos, esse bilinguismo é marcado pelo convívio entre o Português e o Crioulo, nos outros países não lusófonos poderá não sê-lo. Nesse caso, é previsível que o bilinguismo integre a Língua cabo-verdiana e a língua dominante do país em que vive. João Rosa, um linguista cabo-verdiano que leciona na Universidade de Massachussets, ilustrava essa situação, num blogue em março de 2011, do seguinte modo:

Nos Estados Unidos, os alunos cabo-verdianos que lá estudam fazem-no na Língua cabo-verdiana, sem quaisquer problemas. Muitas escolas americanas, sobretudo em Boston, utilizam o Crioulo como língua oral, sem problema nenhum. Os alunos cabo-verdianos

que vão para os Estados Unidos não têm base nenhuma de Português e aprendem a língua que utilizam diariamente.⁸⁹

Na verdade, para muitos cabo-verdianos da segunda geração a residirem no estrangeiro não lusófono, o Português não lhes diz muito, sendo para eles perfeitamente dispensável. O que os manterá ainda ligados às origens é o Cabo-verdiano. No entanto, há notícias de que variedades desse Crioulo têm-se desenvolvido, particularizando-se, quer em comunidades residentes em Portugal, quer nas comunidades residentes nos Estados Unidos ou na Holanda. Provavelmente, essas variedades caminharão para aquilo que se chegou a denominar, com alguma condescendência, “falares emigreses”. A consciência de tal situação tem levado numerosos cidadãos de Cabo Verde a defenderem a ideia de que devem ser os residentes de Cabo Verde – e não os emigrantes (cujos léxico e sintaxe se encontram por vezes alterados pela interferência da língua do país onde residem) – a escolher qual a melhor forma de se realizarem plenamente na língua que os exprime perante o mundo, no chamado processo da oficialização do Crioulo cabo-verdiano.

Se aos olhos de um linguista, todas as variedades têm, indubitavelmente, valor e interesse equivalente, de um ponto de vista da política linguística, a equação será feita, naturalmente, com outros pressupostos e finalidades, porque originam repercussões na vida social, económica e cultural: definir a norma-padrão pode obrigar a excluir variedades tidas como “contaminadas” ou “desprestigiantes”.

A esse respeito, outra preocupação desponta no horizonte relativamente à diáspora. A ligação ao Crioulo pode também deixar de existir dentro de algumas gerações, porque nalguns países onde residem, alerta o poeta e ensaísta José Luís Hoppfer Almada⁹⁰, descendentes de cabo-verdianos tendem a falar cada vez menos a língua que o Arquipélago lhes ensinou. Fala mesmo num “progressivo desaparecimento no tráfego

⁸⁹ Fonte: http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/afrika/2011/2/11/Uso-Portugues-como-lingua-exclusiva-nas-salas-aula-prejudica-muitos-alunos-defende-investigador,bd3773af-be85-4dd6-beda-1a23a3b2360c.html. [Consult. a 2014-11-14].

⁹⁰ “Bilinguismo dos cabo-verdianos na diáspora está em risco”, de Teresa Sofia Fortes. Entrevista de José Luís Hoppfer Almada concedida ao jornal *A Semana* e publicada na sua edição de 25 de julho de 2014.

linguístico das diásporas, caso se não tomem as medidas adequadas a essa situação de emergência cultural”.

Todavia, essa é uma das condições da mobilidade contemporânea. Se nada for feito no sentido de manter a diáspora em ligação estreita com as origens, as atenções, provavelmente, virar-se-ão para outros interesses que a vida lhes proporcionará. Quantos netos e bisnetos de portugueses não deixaram de falar Português por esse mundo fora?

3. Entrevistas por *e-mail*

Visando captar a realidade sociolinguística de Cabo Verde, o presente estudo incidiu sobre uma amostra possível de indivíduos adultos, a qual foi tomada como objeto de análise. A recolha de dados, como etapa fundamental de um trabalho de investigação, requer a elaboração de um instrumento apropriado que vá ao encontro dos objetivos inicialmente traçados, tendo em conta as características do universo inquirido, conforme refere Fortin (1999). Para tal, elaborei um questionário, uma vez que pretendia obter uma amostra que me permitisse cruzar as várias coordenadas que a problemática em análise implica.

O inquérito por questionário foi enviado a cinquenta personalidades cabo-verdianas em Cabo Verde, Itália, Portugal e Estados Unidos, tendo respondido ao mesmo apenas doze indivíduos, em agosto de 2012, com as prestimosas mediações da Embaixada de Cabo Verde, em Portugal, e da professora Ana Josefa Cardoso⁹¹ (que goza da dupla nacionalidade, a cabo-verdiana e a portuguesa), residente em Portugal (área

⁹¹ A título exemplificativo, transcrevo uma parte da correspondência trocada com a referida professora: “Caro colega António Pereira, vejo que que a minha tese já lhe é familiar. Relativamente ao questionário coloquei algumas notas. A Língua nacional é aquela que é falada por todos os cabo-verdianos, neste caso o Crioulo cabo-verdiano. O Português é a língua oficial. Acho que em vez de crioulo deveria dizer “cabo-verdiano” ou “Crioulo cabo-verdiano”, tendo em conta que existem outros crioulos que não o Cabo-verdiano. Mande-me a sua morada para que lhe possa enviar fotocópia de alguma bibliografia que o poderá ajudar. Pretendo enviar-lhe “A construção do bilinguismo” de Manuel Veiga (2004), uns capítulos da gramática e outros. Fico a aguardar. Continuação de um bom trabalho. Um abraço. Ana Josefa Cardoso” (24-08-2012).

metropolitana de Lisboa), para além de outros contactos feitos diretamente, conforme exemplifico nos anexos.

Efetuei os contactos, ora em conversa telefónica, ora através do correio eletrónico e de redes sociais. Optei por acautelar aspetos éticos no que respeita à identificação dos inquiridos para este trabalho. Por isso, os inquiridos não vêm identificados, a não ser aqueles que expressaram a sua vontade em dar-se a conhecer. A base de dados consiste num *corpus* de 12 inquéritos, identificados, aleatoriamente, neste trabalho, de um a doze (1-IM/IF a 12-IM/IF), sendo “M” para os informantes do género masculino e “F”, para os do género feminino. A título de exemplo, a expressão “5-IM” refere-se ao informante n.º 5, do género masculino.

N.º	F. Etária	Escolaridade	Língua Materna	Género	Profissão	Naturalid.	Nacionalid.	Residência	Obs.
1	[30-40]	Licenciatura	C. S. ⁹²	IM	Gestor	Praia-Santiago	Caboverdiana	C. Verde	4 Variantes
2	>50	Pós-Dout.	Crioulo	IM	Reformado	S. Filipe- Fogo	Caboverdiana	Brasil	Autor Bilingue
3	[41-50]	Licenciatura	Crioulo	IF	Higienista	C. Verde	C. Verde/Port.	Portugal	Cresceu em PT
4	>50	Mestrado	C. S.	IM	Economista	C. Velha ⁹³	Caboverdiana	C. Verde	-----
5	>50	Doutoram.	C.S.	IM	Professor	C. Verde	Caboverdiana	C. Verde	Autor Crioulo
6	>50	Doutoram.	C.S.	IM	Professor	C. Verde	Caboverdiana	C. Verde	Autor Bilingue
7	[30-40]	Mestrado	Crioulo	IF	Professor	Brava	C. Verde/Port.	Portugal	Colab. Revistas
8	<30	Licenciatura	Port.	IM	Professor	Guiné-Bissau	Portuguesa	Itália	-----
9	>50	Mestrado	Port.	IF	Professor	C. Verde	Caboverdiana	Portugal	Prof. Crioulo
10	>50	Outra	C. Fogo	IM	Reformado	São Vicente	Caboverdiana	América	-----
11	<30	Licenciatura	Crioulo	IM	Gestor	C. Verde	Caboverdiana	Portugal	-----
12	[41-50]	Mestrado	C.S.	IF	Professor	C. Verde	C. Verde/Port.	Portugal	Crioulo/Port.

Tabela 1 - Identificação dos 12 informantes que responderam ao meu inquérito

⁹² “C. S.”: “Crioulo da ilha de Santiago”, o berço da cabo-verdianidade. A ilha de Santiago, de acordo com a página oficial do Governo, <http://www.turismo.cv/santiago>, consultada em 15 de agosto de 2014, é considerada a mais africana de todas. É a maior ilha do Arquipélago, acomodando cerca de metade da população de Cabo Verde.

⁹³ “C. Velha”: “Cidade Velha”, cidade de Ribeira Grande, rebatizada Cidade Velha, no final do séc. XVIII. A primeira cidade colonial construída pelos europeus nos trópicos, segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), na ilha de Santiago (Cabo Verde).

Para tornar as respostas mais legíveis, passo a esboçar um breve perfil de cada um destacando o facto de 90% dos informantes serem nativos das ilhas de Cabo Verde, conhecendo, com proficiência, as línguas do Arquipélago:

(1-IM) – situa-se na faixa etária de 30 a 40 anos; licenciado; língua materna: Crioulo, variante de Santiago; gestor; natural da Praia; nacionalidade cabo-verdiana; residente em Cabo Verde. É falante de quatro variantes de Crioulo cabo-verdiano.

(2-IM) – Doutorado em Física, na ex-URSS, e tendo cursado em quatro faculdades, Vladimir Koenig é autor de dezasseis livros, todos didático-pedagógicos para ensino médio e superior, todos registados no EDA – Escola de Direitos Autorais do Ministério da Cultura. Viveu na ex-Guiné Portuguesa, foi funcionário público em Cabo Verde, chefe de secretaria do Tribunal de Contas e, em 1965, foi preso pela PIDE. Depois de liberto, mudou-se para o Brasil, trazendo na bagagem apenas a vontade de estudar, o que fez até aos dias de hoje.

(3-IF) – De 41 a 50; licenciatura; língua materna: Crioulo; higienista oral; natural de Cabo Verde; dupla nacionalidade (cabo-verdiana e portuguesa); residente em Portugal, desde os três anos de idade.

(4-IM) – Com mais de 50 anos de idade, o Dr. Marciano, possui um Mestrado, tem como língua materna o Crioulo, “variante santiaguense”, como gosta de frisar. É economista/Inspecor de Finanças, sendo natural da Cidade Velha; nacionalidade de país de residência atual: Cabo Verde. É defensor (desde finais de 2007), através duma coluna semanal no jornal impresso *A Nação*, da oficialização da Língua cabo-verdiana e do seu Alfabeto.

(5-IM) – Antigo ministro da Cultura de Cabo Verde, linguista e, atualmente, professor, o Dr. Manuel Veiga, com mais de 50 anos de idade, é doutorado; língua materna: Crioulo de Santiago; Professor Universitário; naturalidade, nacionalidade e local de residência: Cabo Verde. Coordenador científico do Mestrado em Crioulística e Língua Cabo-verdiana, na Universidade de Cabo Verde (Kumison di Mestradu di Kriolística). A sua bibliografia está extensivamente documentada na Internet, como, por exemplo em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Manuel_Veiga (consultado em 24 de agosto de 2014).

(6-IM) – com mais de 50 anos; mestrado; língua materna: Crioulo (variante de Santiago); Professor universitário de Crioulo cabo-verdiano; natural de Cabo Verde, com dupla nacionalidade (cabo-verdiana e portuguesa); residente em Portugal. O Dr. Armindo Tavares não vive em Cabo Verde há quase vinte anos e reconhece que não está muito por dentro da sociedade atual do país. É autor de cinco livros em edição bilingue (Português e Cabo-verdiano).

(7-IF) – de 30 a 40 anos; língua materna: Crioulo; natural de Brava; nacionalidade portuguesa; residente em Itália. A Prof.^a Dra. Gomes de Pina⁹⁴ é doutorada em “Cultura dei Paesi di Lingue Iberiche ed Iberoamericane” (2008); “Leitora de Português” (Lettorato di Portoghese - Università degli Studi di Napoli “L’Orientale”).

(8-IM) – com menos de 30 anos; licenciado; língua materna: Português; administrador de logística; natural da Guiné-Bissau; nacionalidade e local de residência: Portugal.

(9-IF) – com mais de 50 anos; mestrado; língua materna: Crioulo (variante da ilha de Fogo); professora; naturalidade e nacionalidade: Cabo Verde; reside nos Estados Unidos da América. É professora de Língua cabo-verdiana, quer como língua materna, quer como língua estrangeira.

⁹⁴ Esteve na Universidade da Madeira (Funchal) em 2013, no âmbito de um Encontro Internacional sobre Linguística.

(10-IM) – com mais de 50 anos, António Santiago Oliveira respondeu “outro”, no item respeitante a escolaridade; aposentado; natural de *Sonsent*; nacionalidade *kabverdian* e residente em *Kab Verd*, como vinçou no seu testemunho. Afirmou: “N ta dispuniva pa kalker inisiativu ki ta kuntribui pa labanta nos lingua maternu.”

(11-IM) – menos de 30 anos; licenciado; língua materna: Crioulo (variante de Santiago); gestor de projeto; naturalidade e nacionalidade: cabo-verdiana; reside em Portugal.

(12-IF) – entre os 41 e 50; mestrado; língua materna: Crioulo (variante de Santiago); a Dra. Ana Josefa Cardoso é professora; natural de Cabo Verde, tem a dupla nacionalidade (portuguesa e cabo-verdiana); reside em Portugal.

Com efeito, trata-se de um total de doze informantes (4 F, 8 M), correspondendo, respetivamente a 67% e 33% e, em termos absolutos, dois deles declararam terem menos de 30 anos, outros dois situam-se na faixa compreendida entre 30 e 40; entre 41 e 50 (2), e metade dos informantes declararam pertencer à faixa etária superior a 50 anos (6). São todos de descendência cabo-verdiana, pelo menos bilingues, falantes de Ccve Português, mas nem todos são falantes nativos do Cabo-verdiano.

A maioria dos informantes, 83%, tem como língua materna o Crioulo. Desse grupo, 42% dos informantes responderam o Crioulo de “Santiago”, 25% disseram simplesmente “Crioulo”, 8% indicaram o de “São Vicente” e outro tanto “a variante de Fogo”. Os restantes 17% dos informantes tiveram a Lp como materna. Onze são nativos de Cabo Verde, tendo metade dos mesmos escrito simplesmente “CV” e os restantes tenham especificado os respetivos locais de nascimento (Cidade Velha, Praia, Brava, São Vicente, S. Filipe). Um dos doze informantes é natural da Guiné-Bissau.

É certo o grupo de inquiridos não ser significativo em termos quantitativos, mas a qualidade das suas respostas permite traçar um quadro geral do problema debatido sob uma perspectiva dialética.

O inquérito decorreu ao longo de dois anos, 2012 e 2013. Na prática, os inquiridos optaram por responder somente às perguntas sobre as quais tinham opinião formada, ou então, desenvolveram uma resposta ampla e aberta, sempre num tom ponderado e cauteloso, dando assim um ponto de vista matizado sobre o(s) tema(s) em questão. Neste contexto, a minha análise só podia ser de tipo qualitativo, visando destacar as reflexões mais pertinentes dos dados recolhidos. Fazendo a sùmula de tudo o que pude apurar, passo a desenvolver um discurso ensaístico em que cito, num jogo de encadeamento de pontos de vista, as respostas obtidas.

Finalmente, procurarei comentar a conduta avaliativa, das crenças e das atitudes linguísticas patentes nas respostas, sabendo que estou a lidar com distintos representantes de comunidades cabo-verdianas bilingues, quer das que residem em Cabo Verde, quer das que residem fora de Cabo Verde, com uma elevada consciência linguística e cívica, porque fazem parte da notabilidade e/ou do panorama intelectual cabo-verdiano, uma espécie de “cabeça do povo” com “pergaminhos” e experiências de vida diferenciadas dos demais habitantes de Cabo Verde.

Quanto à questão da (des) igualdade de estatuto linguístico entre o Crioulo, a língua materna e nacional, e o Português, uma segunda língua e a língua da comunicação formal, potencial geradora de situações de comunicabilidade deficitária, foram-me dados três tipos de resposta: *sim*, *não* e *não, mas...* Começo pelo último ponto de vista, isto é, dos que continuam a achar que a relação é desigual. Para os informantes (5-IM) e (9-F), entre outros, a mera oficialização de uma língua como o Crioulo cabo-verdiano, “nascida num contexto de opressão”, não apaga, nem elimina, facilmente, todos os problemas que uma situação de diglossia cria e a paridade estatutária de línguas em contacto é sempre um alvo que se não atinge na plenitude. Para (5-IM), “a situação é de

diglossia em desconstrução e de bilinguismo em construção. Não se pode falar hoje de glotofagia, mas há influências negativas do Português no Crioulo e vice-versa”.

Outros informantes defendem uma opinião contrária à anterior, dizendo assertivamente, com justificação: “Não há conflito! Não está, nunca esteve e jamais estará, porque cada uma das duas línguas tem o seu espaço”, dizem os informantes (7-IF), (2-IF), (6-IM), (8-IM), (10-IM) e (4-IM), ou seja, um ponto de vista favorável ao Crioulo, embora reconheçam que a sua valorização se apresenta como um processo moroso. Acreditam que o Cabo-verdiano só poderá estar em conflito com o Português se e só se não se assumir como língua e que, para um desses informantes, o (7-IF), em síntese, o problema reside no facto de o Crioulo ainda não possuir uma gramática oficial que dê aos seus falantes a possibilidade de se exprimirem “corretamente” na sua língua materna.

Na mesma linha, a seguinte resposta é bem esclarecedora. (2-IF) afirma: “Sou autor de dicionário etimológico e de uma gramática e verifiquei que há tantos étimos latinos e portugueses no Crioulo, que não o incompatibilizam com a Língua portuguesa”. Para a mesma questão (“Estará o Crioulo cabo-verdiano, na atualidade, em conflito com o Português, língua oficial de Cabo Verde?”), constatei a existência de um terceiro ponto de vista, o de (11-IM) e o de (12-IF) que, apesar de responderem negativamente, acrescentam um “mas...”, abordando já, na questão inicial, o tópico da oficialização que será desenvolvido mais adiante.

Como já se percebeu, a questão apresenta-se como um problema político, porque qualquer decisão, ora no sentido de acelerar a valorização e implementação de um Crioulo normativo, ora no sentido de deixar evoluir de modo espontâneo as variedades coexistentes, ora no sentido de não enveredar por um ensino bilingue (Português e Crioulo), ora ainda no sentido de reforçar o ensino do Português (podendo dar lugar a processos de descrioulização), terá consequências na sociedade, nas relações entre o

Poder e a população, na economia e na vida cultural, nas relações entre Cabo Verde e os seus principais parceiros internacionais.

Havendo uma clara vontade coletiva de defender e promover o ou os Crioulo(s) de Cabo Verde, não parece existir uma animosidade particular em relação à Língua portuguesa. Se o convívio entre as duas línguas foi possível até data, essa dupla herança pode e deve ser vista como benéfica, ainda que tenha alguns custos. No quadro de uma relação custo-benefício, tão ao gosto da linguagem dos economistas e do discurso político dominante nas sociedades ocidentais, a aposta em formar uma população bilingue não é despesa, é antes investimento, que reverterá em favor do bem-estar de toda a sociedade cabo-verdiana.

Sabendo-se que, de acordo com Paulo Figueira (2012: 91), Cabo Verde se debate, hoje mais do que nunca, com a questão da língua (o Português e/ou o Crioulo, embora também se pudesse levantar a questão da relevância da Língua francesa que advém da vizinhança geográfica de Cabo Verde), os inquiridos, quando questionados sobre a sua perceção da convivência entre o Crioulo e o Português, dão respostas bastante diversificadas: o informante (11-IM) entende que “deviam conviver mais e melhor”; o informante (2-IM) partilha da mesma opinião, lembrando que a Lpé tão antiga no Arquipélago como fundadora da cultura cabo-verdiana e que, por essa razão, não pode agora ser menosprezada⁹⁵; outras sublinham a propensão natural para se identificarem com o Crioulo cabo-verdiano, a exemplo do informante (3-IF) que observa o seguinte: “quando os cabo-verdianos que habitam em países diferentes se juntam em qualquer parte do mundo, onde nem sempre a língua oficial é o Português, a sua opção por uma língua de trabalho comum recai sobre o Crioulo”.

⁹⁵ Eis na íntegra a resposta que deu à pergunta: “Não posso responder a esta pergunta porque estou afastado de Cabo Verde há já meio século e não retornei. Todavia, entendo que deve ser pacífica e nunca centralizar-se numa utópica República de Santiago que está virada para o Leste [leia-se “África” em vez de “Europa”], querendo impor sotaques, pronúncias e culturas africanas em todas as ilhas em detrimento de seculares culturas oriundas de países europeus”.

À pergunta “Que representações fazem os cabo-verdianos do Crioulo e do Português. Que atitudes têm face a cada uma delas?”, responde o informante (6-IM): “Perfeitamente normal. O maior problema é a implementação do Cabo-verdiano nos circuitos linguísticos entre a comunidade lusa. Pois, o contrário sempre aconteceu”. O informante (12-IF) diverge desse ponto de vista: “Apesar do prestígio [que lhe está associado], o Português continua a ser a língua de constrangimento para a maioria dos cabo-verdianos”.

Para os informantes (9-IF) e (5-IM), “o *kriolu* é a língua da vida quotidiana da maioria dos cabo-verdianos” e o Português tem uma função específica na comunicação oficial, predominantemente na escrita, convivendo pacificamente, uma vez que não tem havido restrição ao uso *kriolu*, como acontecera, no período colonial. O informante (9-IF) acrescenta: “O Cabo-verdiano até que se esforça por falar Português, mas o seu não-domínio limita o seu uso na comunicação oral, atribuindo por *default* à Língua cabo-verdiana”.

Com efeito, o Crioulo é utilizado nos contactos informais e quotidianos, nas tradições, na música, nas campanhas eleitorais e, terminantemente, em alertas ou avisos da maior importância. Por exemplo, na eminência de catástrofes ou de perigos, como uma erupção vulcânica ou riscos de epidemia, à semelhança da ameaça do vírus Ébola na África ocidental, cujo recente surto tem feito muitas vítimas em países como a Guiné-Conacri, a Libéria e a Serra Leoa, a comunicação, tanto oral como escrita, efetua-se, sobretudo e significativamente, em Crioulo⁹⁶. Assim, como observa o informante (3-IF), “paulatinamente, o Crioulo começa a conquistar os espaços de formalidade na

⁹⁶ Aqui está um exemplo de um alerta que circulou, em 26 de agosto de 2014, na rede social *Facebook*: “SI DUENTI DI EBOLA KA DIKLARA KENHA KU KENHA KI EL KONTAKTA, TA SER MAS DIFISIL INPIDI EBOLA DI ALASTRA. Pa detalhis, konferi lisin”: http://edition.cnn.com/2014/08/25/health/ebola-contact-tracing/index.html?hpt=hp_t1Ebola. Outro exemplo de que me deram conta, registada na semana anterior, a 21 de agosto, perto da cidade da Praia: “STRANJERUS PRUVINIENTI DI TERAS KU EBOLA, KA TA DEXADU KANBA NOS TERA. Es e desizon ki Governu toma ontonti. Pa detalhis, konferi”: http://www.rtc.cv/tcv/index.php?paginas=45&id_cod=34802

comunicação social, em alguns discursos oficiais, no Parlamento e no ensino superior, onde já se ensina o Crioulo como matéria (...). Os pontos de vista dos informantes (4-IM) e (12-IF) vão no mesmo sentido, quando enfatizam o fenómeno sociolinguístico do seguinte modo: “Em Cabo Verde, temos uma situação de diglossia que caminha para a paridade”.

Quanto ao futuro do estatuto do Crioulo em Cabo Verde, a maioria, tal como (1-IM) e (10-IM), é de opinião de que “o futuro é muito promissor, porque hoje, ao contrário de ontem, cada dia mais se escreve em Crioulo cabo-verdiano”. O informante (10-IM) explica: “Kriolu sta ben di bida. Nunka el steb na boka mundu komu oji. Li na kauberdi xines, purtuges, franses, i ots nasionalidais ta papia-l moda agu”⁹⁷.

No entanto, dois informantes (5-IM e 6-IM) têm uma opinião contrária. Não concordam com o otimismo manifestado pela maioria dos inquiridos, responsabilizando os decisores políticos pela ainda insuficiente valorização do Crioulo. A esse respeito, um terceiro grupo de informantes (2-IM, 3-IF, 7-IF e 8-IM) levanta o problema da variação regional do Crioulo cabo-verdiano, sendo embora um “fenómeno presente em todas as línguas naturais” (Mateus e Cardeira, 2007: 80), que vem complicando e dificultando o processo da normação da Língua cabo-verdiana.

Vale a pena confrontar essa problematização com o que afirma Manuel Veiga (1995: 29), no seu livro *Introdução à Gramática do Crioulo*. Para esse linguista, a nível da estrutura profunda, existe um único Crioulo; há, por isso, uma intercompreensão razoável desde as ilhas mais ao Norte até às ilhas mais ao Sul. O que significa que, em Cabo Verde, não há nove crioulos, “como alguns ingenuamente afirmam, mas um único Crioulo, o qual se atualiza em diversas variantes dialetais”. Note-se que esta é a posição oficial das autoridades de Cabo Verde sobre esta matéria.

⁹⁷ “O Crioulo está de boa saúde e recomenda-se. Nunca a nossa língua esteve nas bocas do mundo como hoje. Aqui, em Cabo Verde, chineses, portugueses, franceses e outras nacionalidades falam a nossa língua”. (Tradução minha)

Assim determinado pela diversidade na unidade e pela unidade na diversidade, o Cabo-verdiano não se restringe ao território arquipelágico de Cabo Verde. Na verdade, variedades desse Crioulo têm-se desenvolvido, particularizando-se, quer em comunidades residentes em Portugal, quer nas comunidades residentes nos Estados Unidos ou na Holanda. Para um linguista, não há variedades desinteressantes. Mas, do ponto de vista do decisor político, existe a necessidade de regular o uso da língua, porque é um instrumento da administração da vida social, económica e cultural. Qual o caminho possível para a sua normação: privilegiar uma variedade em detrimento das outras ou fazer uma síntese das variedades existentes?

Ora, se a vontade política de oficializar a Língua crioula parece ter o beneplácito da população em geral, o processo da sua normação suscita dúvidas e desconforto em quem é falante de uma variedade tida como minoritária, ao ver-se relegado para a despromoção sociocultural.

À pergunta “qual a variedade dialetal socialmente mais prestigiada?”, três dos informantes (2-IM, 7-IF e 9-IF) opuseram-se claramente ao grupo que aponta a variante de Santiago como a mais apta para servir de norma ao Crioulo cabo-verdiano, porque, como explica (2-IM):

Não existe variante linguística em Cabo Verde, uma mais importante que outra. São nove ilhas: as ilhas do barlavento (Santo Antão, São Vicente, S. Nicolau, Sal e Boavista) possuem pronúncias e sotaques muito parecidos, embora cada ilha possua “*ene elevado a kapa pi*” termos que só os falantes locais regionalizados sabem os valores semânticos. As ilhas do Maio e Santiago possuem o *badiu* muito virado para a África e as ilhas do Fogo e da Brava (de colonização eminentemente europeia) possuem termos que só eles conhecem, principalmente a ilha do Fogo que tem muita influência do Francês e do Latim. Por exemplo, alguém dá uma topada e diz “DIABO!”. Uma daquelas velhas analfabetas ouve esse “diabo” e *in continenti* diz “*Diberbuncadu fatuzés!*”. Este é um termo que é uma corruptela do Latim puro *Ad verbum cadis factus est*. É uma esconjura latina para afastar o diabo e outros maus espíritos. Se se disser isso ao *badiu* ou a um

falante de São Vicente, ele não saberá o que quer dizer. No Fogo, um monte que não possui picos é chamado de *monron*, que é Francês puro: *mont rond*. Não se pode impor uma cultura ou falar central da “Utópica República de Santiago”, mas sim descentralizar, regionalizar e deixar que cada povo de cada ilha fale o seu individual mult centenário Crioulo.

Finalmente, (11-IM) defende uma solução de compromisso entre as duas variantes de maior prestígio, a de Santiago e a de São Vicente.

Não existindo, ainda, os materiais didáticos necessários, salvo alguns manuais gramaticais e lexicais ainda pouco expressivos, o ensino da Língua cabo-verdiana deve contar, fundamentalmente, com o conhecimento linguístico e a imaginação criativa dos professores e alunos. Nesta linha, as fichas de trabalho, não podendo ser fisicamente manuseadas em todas as aulas, devem poder ser sempre elaboradas ou reelaboradas a partir do conhecimento científico do professor e da experiência linguística dos alunos (Veiga, 1995: 138).

À pergunta sobre o processamento, em curso, do sistema de escrita da Língua cabo-verdiana, alguns informantes (1-IM, 3-IF, 4-IM, 9-IF e 12-IF) responderam que tinham conhecimento de materiais já disponibilizados a nível das instituições de Ensino Superior. Como observa (12-IF):

A escrita da Língua cabo-verdiana é ainda um processo em construção. Apesar de termos uma proposta oficial de um alfabeto para a sua escrita desde 1998 (o ALUPEC), poucos são os cabo-verdianos que a conhecem e que a utilizam. Este alfabeto foi revisto em 2009 e passou a ser denominado AK (*Alfabetu Kabuverdianu* – Alfabeto cabo-verdiano). Este alfabeto permite escrever a Língua cabo-verdiana em qualquer uma das suas variantes dialetais, mediante as regras descritas no Boletim Oficial, contudo ainda falta determinar a ortografia das palavras e a variante padrão.

Para (2-IM), a existência ou não desse material didático é irrelevante porque a projeção da Língua cabo-verdiana – da oralidade para a escrita – resolve-se, simplesmente, da seguinte maneira:

Basta seguir a acentuação gráfica utilizada para a Língua portuguesa, que é responsável por uma grande percentagem etimológica do Crioulo de Cabo Verde, obedecendo, logicamente, a regionalização (cada ilha *de per si*), posto que os povoamentos são de origens diversas, portanto originárias de culturas díspares.

“A oralidade é muito diferente da escrita”, lembra o informante (8-IM), enquanto (7-IF) vai mais longe ao observar que “cada um continua a escrever conforme a sua pronúncia, sem chegar a um acordo linguístico”. Estamos, portanto, longe de afirmar que a Língua cabo-verdiana se escreve “como deve ser”.

Sendo parte constitutiva da identidade de cada um, abordar questões que se prendem com a língua materna não é fácil, porque é como falar de si próprio, é como verbalizar afetos, num misto de pensamento e de emoção. Para o Cabo-verdiano, este debate apresenta-se, forçosamente, como um tema apaixonante. Noto que cinco inquiridos (1-IM, 4-IM, 5-IM, 10-IM e 12-IF) fizeram questão de responder em Crioulo, manifestando assim o apego à língua materna, a vontade de a valorizar e de a ver estabelecida e reconhecida, a exemplo do informante (1-IM) que, acerca desse assunto, tece o seguinte comentário jocoso:

N ka ta kridita ma nha avo konkista kelotu nha avo na un língua klandestinu. Kriolu e ofisial. Tanbe oji n ka ta kridita ma nos diputadu oras kes papia na kriolu es sta ta viola konstituison, pamodi língua ofisializadu e purtuges. Si nha lingua ka legal, nton di algen ki e legal? Si ami e mas bon na nha língua, midjor go e lingua di algen? Kriolu ki e di nos. Nu ta uza purtuges sima tudu kes otu língua internacional.⁹⁸

⁹⁸ “Não acredito que os meus avós se tenham conquistado mutuamente numa língua clandestina. O Crioulo é oficial. Também não creio, na atualidade, que os nossos deputados que se exprimem na Língua de Cabo Verde estejam a a violar a Constituição da República de Cabo Verde, só porque a língua oficial é a Portuguesa. Se a minha língua é ilegal, como é possível que a legal seja a dos outros? Se me expresso

A julgar pela amostra de respostas, parece que a variedade de Santiago tem boas hipóteses de servir de modelo para a padronização do Crioulo cabo-verdiano. Apesar das dúvidas levantadas pelos “regionalistas”, a vontade política aponta para essa direção e o processo de oficialização do Crioulo tem evoluído de forma mais acelerada. Nas respostas dos inquiridos não verifiquei juízos de valor depreciativos sobre a Língua portuguesa. Apenas um inquirido, (1-IM), revelou alguma indiferença relativamente à língua de Camões, colocando-a ao lado das principais línguas com estatuto internacional, como se viu na página anterior – “Nu ta uza purtuges sima tudu kes otu língua internacional”.

Para os outros inquiridos, notadamente (3-IF, 12-IF), o Português continua a ser um instrumento de que a sociedade cabo-verdiana não pode prescindir. Reconhecer as causas e as condições que favorecem o convívio harmonioso entre o Crioulo e o Português é, assim, uma contribuição para o objetivo de fortalecer a identidade bilingue da comunidade cabo-verdiana, desmistificando-a de “ressentimentos” que hoje já não têm razão de ser e abrindo-a para um horizonte que equaciona o melhor de dois mundos, o afetivo e o instrumental. Como observa (12-IF):

Não me parece que haja conflito. Não há nenhuma guerra entre as línguas. O que temos neste momento é uma maior consciência da importância da língua materna e há um trabalho mais sério no sentido de sua valorização e da sua instrumentalização. O Português não corre qualquer risco, vai continuar a ter a importância que sempre teve, pode é ter que partilhar o seu lugar de exclusividade em determinados espaços que antes eram “apenas seus”.

melhor na minha língua, então a língua dos outros (portugueses) é que é a melhor para mim?” (tradução minha).

IV – Discussão e conclusões

Com base nos elementos que recolhi e que procurei organizar de modo a poder tratá-los segundo o método sociolinguístico – isto é, procurando avaliar os efeitos da sociedade sobre a língua e o seu uso – proponho-me discutir os dados coligidos, interpretando-os e relacionando-os com os que foram obtidos por outros linguistas ou por pontos de vista de testemunhas privilegiadas, como escritores e “comentadores” abalizados. Tratando-se de um estudo descritivo sobre um processo político com incidências no uso de duas línguas distintas, que está atualmente a decorrer na República de Cabo Verde, tenho plenamente consciência das limitações que a minha abordagem oferece. Não permite, pois, expor novos aspetos passíveis de comprovar ou refutar uma teoria comumente aceite, nem apresentar caminhos para uma nova pesquisa. Todavia, o interesse desta abordagem reside na possibilidade de radiografar uma realidade sociolinguística dinâmica, cuja tentativa de problematização é, como se viu no decorrer do presente trabalho, rica e complexa. Quanto mais não fosse, tal situação é merecedora de um contributo para a consciencialização dos problemas que levanta, visto constituir matéria relevante para todos aqueles que ensinam e investigam línguas, culturas e sociedades de territórios insulares ou arquipelágicos. Como repara Dulce Pereira (2006: 113) a respeito dos crioulos, quanto mais sabemos sobre línguas em contacto ou em porfia, mas questões somos capazes de colocar e, conseqüentemente, mais questões vão ficando por responder.

A questão central incide sobre a relação, nem sempre pacífica ao longo da História, da Lpe do Crioulo cabo-verdiano: ora de mistura, ora de concorrência, ora de complementaridade. Na verdade, se me é permitido usar uma metáfora, a coexistência dessas duas línguas no decorrer dos séculos mais se parece com um jogo de braço de ferro, ora pendendo para um lado, ora pendendo (mais recentemente) para o outro, numa tensão constante, que não consegue acertar um “equilíbrio de poder”.

Quando Portugal iniciou a sua expansão marítima, criando placas giratórias no Atlântico e os primeiros laboratórios e espaço de experimentação para o processo de povoamento ou colonização, nomeadamente na Madeira, nos Açores e em Cabo Verde, o mercado negreiro da costa ocidental africana foi alvo de atenção dos portugueses, entre os quais alguns madeirenses. Logo, os portugueses intrometeram-se neste tráfico com destino às ilhas portuguesas, ao velho continente, e mais tarde, ao chamado novo mundo. Nesse processo, terão tido alguma influência os “línguas” (‘intérpretes, quase sempre escravos’) e, sobretudo, os “lançados” (‘mercadores aventureiros, que deram origem a comunidades afro-portuguesas’ na costa ocidental de África) que estabeleciam relações com povos africanos, fazendo com que o Português se tornasse uma língua franca na África ocidental e no Golfo da Guiné. Na transplantação de pessoas e línguas para Cabo Verde, fizeram-se sentir necessidades urgentes de comunicação, quer do ponto de vista social e económico, quer do ponto de vista cultural. Desse contacto forçado, num processo de mistura de várias línguas africanas com a portuguesa, ter-se-á formado um *pidgin* que se criouliizou com o tempo, consolidando-se, no seio dessa nova comunidade linguística, ao longo de sucessivas gerações de homens e mulheres.

Como já se percebeu, a multiplicação de crioulos por esse mundo fora está intimamente associada a longos e complexos processos do período colonial e à migração de pessoas de horizontes diversos que passam a partilhar um espaço comum. Diga-se, de passagem, que os crioulos africanos são os mais antigos que se conhecem, e, ao mesmo tempo, são os que se caracterizam pela grande vitalidade em relação aos outros. Associados a falantes de grupos distantes da metrópole, a comunidades rurais, analfabetas ou então mal-alfabetizadas, os crioulos eram considerados “dialetos” até aos anos 50 do século XX, porque não gozavam do prestígio de uma língua culta, ilustrada com obras literárias impressas, gramatizada e dicionarizada. O valor atribuído a essas línguas naturais confundia-se com a pouca consideração em que as potências coloniais mantinham os seus crioulófonos, habitualmente nativos desses territórios colonizados. Por exemplo, a Língua de Cabo Verde era estudada em função da Língua portuguesa,

isto é, apenas como mero dialeto do Português (língua lexificadora). Depois, à medida que foi havendo mais estudos, o Crioulo cabo-verdiano, talvez a principal marca de identidade desse povo, foi-se autonomizando da Língua portuguesa, verificando-se dois sistemas linguísticos que não são, todavia, estanques, como observa Amália Faustino Mendes (2009: 24), na sua dissertação intitulada *Referencial para o Ensino em Português – Língua Segunda em Cabo Verde*:

A semelhança entre a Língua de Cabo Verde e a Lp é uma peculiaridade das línguas em contacto, também das aparentadas entre si, como é o caso do Português/Espanhol/Italiano, sendo similar à analogia de uma mãe e uma filha. Elas não se confundem, são línguas distintas, mesmo quando vigora a semelhança.

Efetivamente, a atitude em relação à Língua cabo-verdiana é atualmente outra. Desconsiderada ao longo de séculos, eis que a Língua crioula é objeto de um novo olhar, valorizante, como enuncia o cabo-verdianista Nicolas Quint (2010: 9):

O charme e a riqueza do Crioulo residem em grande parte nessa dupla identidade, lusófona e crioula – essa dimensão crioula do Arquipélago tantas vezes menosprezada, ou mesmo desprezada pelos restantes lusófonos. Falar Crioulo com os seus amigos cabo-verdianos é uma demonstração de respeito pela sua língua e pela sua cultura, semelhante ao respeito por eles demonstrado, quando falam consigo em Português, não sendo esta a sua língua materna.

A par da questão da reciprocidade, do respeito mútuo, patente nas palavras acima reproduzidas, Nicolas Quint deixa entrever a possibilidade de Cabo Verde ser um país bilingue, tal como o afirmava o escritor e ensaísta Manuel Ferreira (1977: 70), em finais da década de 70 do século XX:

É bilingue o povo cabo-verdiano, já anteriormente o dissemos. Além da Lp exprime-se também através do seu dialeto ou da Língua crioula que, no plano das relações quotidianas, possui uma total implantação que falece à Língua portuguesa.

No entanto, nem todos comungam desse ponto de vista. Para o linguista Eduardo Cardoso⁹⁹ (2013: 2), esse retrato é algo idealizado; Cabo Verde não é um país bilíngue, porque, a seu ver, apenas uma parte ínfima tem competências linguísticas para expressar o seu pensamento tão bem em Crioulo como em Português.

Naturalmente, a elite letrada cabo-verdiana expressa-se, pelo menos, nessas duas línguas com proficiência e parte dela tende a valorizar aquela que tem mais prestígio, porque lhe confere maior relevância social. O referido linguista (Cardoso, 2013: 4) defende ainda que é necessário fazer tudo para se evitar o “desaparecimento” da Língua cabo-verdiana, como acontece e aconteceu ao longo da História dos crioulos, não por desaparecimento dos falantes, mas sim pelo processo de descrioulização. Relativamente à situação das línguas usadas no seu território, os cabo-verdianos vivem o dilema da dupla condição linguística, quando a UNESCO recomenda vivamente que as crianças sejam alfabetizadas na sua língua materna.

É neste contexto que emerge a decisão política de oficializar a Língua crioula. Tal medida tem levantado grande celeuma na comunidade cabo-verdiana, porque isso implica normatizá-la, isto é, adotar uma variedade como norma. Ora, como o Ccv não é uma língua uniforme e homogênea, havendo diversas variedades da Língua cabo-verdiana, os falantes de variedades linguísticas oriundos das ilhas com pouco peso político e económico tendem a opor-se a esse processo, preferindo o carácter informal, livre e variado do Crioulo, porque não aceitam o possível “apagamento” da variedade em que se expressam.

Essa atitude é tanto mais justificada quanto se verifica que, nesse país arquipelágico, do ponto de vista da distribuição demográfica, existe atualmente uma forte tendência para a centralização macrocefálica numa cidade-capital que concentra o poder político, económico e cultural: a cidade da Praia, na ilha de Santiago. Se, de acordo com o Censo

⁹⁹ Fonte: <http://www.expressodasilhas.sapo.cv/exclusivo/item/34920-a-oficializa%C3%A7%C3%A3o-do-crioulo-n%C3%A3o-%C3%A9-uma-decis%C3%A3o-que-se-toma-de-%C3%A2nimo-leve>

de 2010, Cabo Verde tem cerca de 492 mil habitantes, mais de metade vive na ilha de Santiago. Ainda assim, é certo existir um ou outro polo urbano a tentar rivalizar com ela, como acontece nos arquipélagos dos Açores ou das Canárias. Não é, pois, por acaso que o movimento regionalista costuma ter forte expressão nesses arquipélagos, visando (re)inventar um equilíbrio de poderes (maioria vs. minorias) e uma distribuição mais ponderada dos recursos.

O objetivo desta abordagem foi perceber como é que uma língua materna, falada por quase todos os cabo-verdianos desde os séculos XV e XVI, não consegue ocupar o papel de língua oficial no próprio país, passados quarenta anos desde a sua independência. Observar a relação do Cabo-verdiano com a Lp constituiu um projeto de estudo atual, porque ilustra a problemática intercultural, a gestão de línguas em presença num mesmo país e as opções políticas que ela reclama.

O trabalho de pesquisa desenvolvido nestes dois últimos anos levou-me às conclusões que apontam nos seguintes sentidos:

- Em Cabo Verde continua a verificar-se uma situação de bilinguismo com diglossia: o Crioulo é a língua do uso informal e o Português, a língua do uso formal. Tal situação linguística alimenta um debate cujo fim não se vislumbra para tão breve, uma vez que para uns a escrita da Língua cabo-verdiana, que ainda está por normatizar, deverá processar-se de forma orientada e dinâmica, baseando-se na livre adesão dos seus utilizadores. Para alguns falantes do Crioulo cabo-verdiano, não basta adotar as bases e padronizar alguns aspetos que ultrapassam a fronteira de um alfabeto, como forma de disciplinar a escrita da língua; importa, isso sim, definir uma política linguística clara e com reflexos positivos na política do Ensino, instituindo-se, deste modo, os mecanismos de divulgação da Língua e Cultura cabo-verdiana.

- O cabo-verdiano não letrado vive na Língua crioula; o cabo-verdiano letrado vive e fala em Crioulo, mas escreve e lê em Português.
- A decisão de oficializar o Crioulo está a ser objeto de debate aceso na comunidade cabo-verdiana, pois não é fácil normatizar uma língua, isto é, adotar uma variedade como norma, sem que haja oposição dos falantes das outras variedades. Neste momento, tudo aponta para que seja eleita uma das variedades de Santiago (a maior ilha e a mais povoada, em que está sediado o poder político). Todavia, as divergências entre as duas principais variantes do Crioulo cabo-verdiano, uma polarizada na cidade da Praia (ilha de Santiago), a outra, representada pelo Mindelo (ilha de São Vicente), não põem em causa o *continuum* das suas variedades faladas.
- Ainda assim, se há consenso, em Cabo Verde, quanto à instauração do bilinguismo (o Ccve o Português), o problema parece residir na metodologia adotada e na falta de recursos humanos e materiais para que tal política linguística seja bem-sucedida. Por um lado, há os que consideram que o processo está a ser mal conduzido e à pressa (correndo o perigo de resvalar para uma escolarização de baixa qualidade), com a agravante, dizem eles, de se favorecer apenas duas variantes (Santiago e São Vicente), em geral, e uma, em particular, a de Santiago. Por outro, há os que pensam que quanto mais depressa se normatizar a Língua cabo-verdiana, mais cedo o país poderá instituir a sua língua materna como apta para todas as situações e circunstâncias da vida nacional.

Por enquanto, vigora o artigo 9.º da Constituição da República de Cabo Verde, sendo a língua oficial o Português; na prática, porém, o Crioulo já pertence ao domínio da oficialidade.

O vínculo entre o Português e o Ccv está para durar. As afinidades entre ambas são muitas, há todo um património cultural que as aproxima. O Português tem igualmente a vantagem de funcionar como um instrumento de comunicação que liga países de vários continentes (África, Europa e América do Sul). A tendência para a “defesa e ilustração” do Cabo-verdiano é legítima; constitui, naturalmente, um direito linguístico, associado, por exemplo, às noções de liberdade de expressão, de dignidade da pessoa humana e de elemento primordial da identidade. Não tenho dúvida de que a aposta certa está no bilinguismo ou, mesmo, no plurilinguismo.

Vale a pena lembrar, para concluir o presente estudo, esta constatação de quem visitou recentemente o arquipélago de Cabo Verde, publicada no *Público*, em 27 julho de 2014:

Um país a duas línguas – Português é a única língua oficial de Cabo Verde. Porém, muitos cabo-verdianos não a sentem como sua. Parece um contrassenso, mas a razão prende-se com o uso que lhe é dado. Apesar de todos os cidadãos reconhecerem a importância das relações profissionais e para a comunicação com o mundo, na esfera privada fala-se em Cabo-verdiano. Sempre. Ou quase sempre. Assim, atestando o que acima foi dito, na realidade, a maior parte dos nossos entrevistados responde ao interlocutor na língua em que é abordado¹⁰⁰.

O problema da oficialização de uma variedade do Ccv não é só entre uma escrita etimológica e uma escrita de acordo com ALUPEC/AK (Alfabetu kabuverdianu, de 23 letras e 4 dígrafos), o qual atribui a cada som um único grafema (letra ou dígrafo) - e vice-versa, ou seja um alfabeto que procura harmonizar o modelo de base etimológica e de base fonológica, o primeiro com legitimidade histórica e o segundo fundamentado na Economia e na facilidade de maior sistematização e funcionalidade, de acordo com o Decreto-lei n.º. 67/98, de 31 de dezembro. Também existem outras diferenças a nível linguístico entre os falares de Sotavento e de Barvalavento em geral e de Santiago e S.

¹⁰⁰ <http://www.publico.pt/culturaipsilon/noticia/um-pais-a-duas-linguas-1664292>. [Consult. a 2014-09-30].

Vicente em particular, conforme se ilustra, com exemplos adaptados de Veiga (1982)¹⁰¹ e da Wikipédia¹⁰², seguido de uma pequena tradução da minha responsabilidade, entre parênteses:

Santiago	São Vicente
Filis, filisidadi, infilis, infilisidadadi (feliz...)	Flis, flisidad, inflis, inflisidad
Parti – kebra (partiu, quebrou)	Partí – kebrá
Grogu-aguardenti (aguardente)	Grog – aguardent
Fla (diz)	Dzê
Obi (ouve)	Uví
Kume (come)	Kmê
Tudo algen (todos)	Tud zent
N sa ta papia (falo)	N tí ta falá
Es oja-nos (viu-nos)	Es oiá bzot
Es kuza e bunitu (esta coisa é bonita)	Es koza e bnit
Góssi (agora)	Grinhassím

Assumo, com base em tudo o que li e aprendi nestes últimos três anos, que sou a favor da introdução do Ccv na escolarização, subscrevendo por inteiro, por exemplo, a opinião da linguista cabo-verdiana Adelaide Monteiro, Presidente da Comissão Nacional para as Línguas¹⁰³, de que tarda a oficialização do Crioulo e a introdução do bilinguismo no sistema de ensino no arquipélago porque a valorização da língua materna é um direito e a sua oficialização imediata poderia, de facto, permitir a opção de escolha aos cabo-verdianos nos estabelecimentos do ensino, bem ciente, como se viu ao longo desta dissertação, de que o tema divide opiniões na diáspora e em Cabo Verde e defendo, também, uma solução de compromisso entre as variantes de Santiago, Fogo, São Vicente e Santo Antão.

Espero que esta abordagem tenha trazido um contributo para quem pretenda aprofundar, no futuro, a situação linguística de Cabo Verde, visto o debate sobre as línguas crioulas não estar resolvido.

¹⁰¹ VEIGA, Manuel (1982). “Diskrison Strutural di Lingua Kabuverdianu”, Praia, Institutu Kabuverdianu di Livru: Pp. 21, 144 e 145

¹⁰² [Consult. a 11-01-2013].

¹⁰³ http://www.rtc.cv/index.php?paginas=47&id_cod=22432. [Consult. a 11-01-2013].

V - Bibliografia

ABREU, João Carlos

1987, “Nota de Abertura – Traço de União”, *Isleha - Temas Culturais das Sociedades Insulares Atlânticas*, n.º 1, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e da Cultura / Direção Regional dos Assuntos Culturais, 3.

AITCHISON, Jean

1993, *Introdução aos Estudos Linguísticos*. Mem Martins: Publicações Europa - América (Col. “Apontamentos” - Serie Hi).

ALMEIDA, Germano

2003, *Cabo Verde - História das Ilhas*. Cabo Verde e Lisboa: Ilhéu Editora/ Editorial Caminho.

ANDRADE, Ernesto d' & Alain KIHM

1997, “O Coelho crioulista”, in Ivo Castro (ed.), *Actas do XII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, vol. II, Linguística Histórica – História da Linguística, Lisboa, Associação Portuguesa de Linguística, 385-392.

ARAÚJO, Ana Eunice Santos Lima

2008, *Representações sobre o Ensino do Português em Cabo Verde – Um Estudo com Alunos do Instituto Pedagógico*, Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro.

BARROS, Simão de

1933-1939, “Origem das Colónias de Cabo Verde”, *Cadernos Coloniais*, n.º 56. Lisboa: Ed. Cosmos.

BATORÉO, Hanna J.

2009, “A Lpem Timor: de que forma deve o ensino de Português adaptar-se às diferentes realidades nacionais?”, *Estudos Linguísticos - Linguistic Studies*, n.º 4. Lisboa: Edições Colibri/ CLUNL, FCSH-UNL, 51-61.

BATORÉO, Hanna J.& Margarida CASADINHO

2009, “O Português – uma língua pluricêntrica: O Caso de Timor-Leste”, *Revista Portuguesa de Humanidades, Estudos Linguísticos*, 13 – 1. Braga: Universidade Católica Portuguesa, 63-79.

BICKERTON, Derek

1990, *Language and Species*. Chicago: University of Chicago Press.

BISPO, António Alexandre

“D. Rodrigo - a cidade com o nome D. Rodrigo de Souza Coutinho (1755-1812). De uma tentativa inter-atlântica de povoamento da ilha de São Vicente com madeirenses e açorianos à colonização inter-insular em centralização do comércio com a metrópole”, *Revista Brasil-Europa: Correspondência Euro-Brasileira* 142/11 (2013: 2). <http://revista.brasil-europa.eu/142/Mindelo-Povoamento.html>. (Consultado a 6 de setembro de 2013).

BLANCHET, Philippe

1995, *La Pragmatique d’Austin à Goffman*. Paris: Bertrand Lacoste. (Col. “Référence”).

BOLTANSKI, Jean-Élie

1995, *La Linguistique Diachronique*. Paris: Presses Universitaires de France. (Col. “Que Sais-je”).

BRENZINGER, Mathias

2005, “Bilingualism, Diglossia, code-switching: Africa is a continent of multilingual communities and multilingual individuals”, (Documento), *Sprachsoziologie – Köln*, SS. Disponível em <http://paperedu.org/docs/index-12609.html>. (Consultado a 2 de setembro de 2013).

BRANDÃO, Raúl

1926, *As Ilhas Desconhecidas – Notas e paisagens*. Lisboa: Perspetivas & Realidades, Editorial Império, Lda. Revisão de Henrique Fiúza. 3ª. Edição, 190.

CALVET, Louis-Jean et Robert CHAUDENSON

1998, *Saint-Barthélemy: une Énigme Linguistique*. Paris: CIRELFA, Agence de la Francophonie.

CAPUCHO, Maria Filomena

(s/d), *Língua, Expressões Linguísticas e Diversidade*. Disponível em http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Col_Percursos_Intercultura/3_PI_Cap6.pdf. (Consultado a 27 de dezembro de 2014).

CARDOSO, Ana Josefa

2005, *As interferências linguísticas do caboverdiano no processo de aprendizagem do português*. Dissertação de Mestrado, Universidade Aberta, disponível em: <http://www.catedraportugues.uem.mz/?target=lista-bibliografia-cabo-verde>. (Consultado a 28 de julho de 2012).

2005, *O papel da língua materna na aquisição de uma segunda língua: o caso da língua caboverdiana (breve abordagem gramatical)*. Pós-graduação em português língua não materna. Disponível em: <http://www.catedraportugues.uem.mz/?target=lista-bibliografia-cabo-verde>. (Consultado a 28 de julho de 2012).

2008, “A Descrioulização: um Processo a Travar”, “O Crioulo e a sua Escrita num Percorso de Afirmção”, in ALMADA, José Luís Hopffer C., (coord.). *O Ano Mágico de 2006: Olhares Retrospectivos sobre a História e a Cultura Cabo-verdianas*. Praia: IBNL, 839-860.

2008, “O Crioulo e a sua Escrita num Percorso de Afirmção”, *ibidem*.

CARDOSO, Eduardo

2013, “A oficialização do crioulo não é uma decisão que se toma de ânimo leve”, disponível em:

<http://www.expressodasilhas.sapo.cv/exclusivo/item/34920-a-oficializa%C3%A7%C3%A3o-do-crioulo-n%C3%A3o-%C3%A9-uma-decis%C3%A3o-que-se-toma-de-%C3%A2nimo-leve>. (Consultado a 10 de março de 2013).

CARPOORAN, Arnaud

2007, “Jeu d’équilibre entre société pluraliste et Etat républicain: le rôle particulier des langues dans les écoles mauriciennes”, in *Atas do Colóquio Internacional – Ensino/Aprendizagem do Francês e do Português no Contexto Plurilingue Africano*. Praia-Paris Union Latine, 127-143.

CARREIRA, António

1984, *Cabo Verde: Aspectos Sociais, Secas e Fomes do Século XX*. Lisboa: Biblioteca Ulmeiro.

CASTRO, Ivo

1991, *Curso de História da Língua Portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.

CERRONE, Frederico

1998, *Cabo Verde: Cruzamento do Atlântico Sul*. Centro de Missões Estrangeiras dos Frades Capuchinos. Mindelo-São Vicente: Edição Radio Nova.

CHAUDENSON, Robert

2003, *La Créolisation, théorie, applications, implications*. Paris : L’Harmattan.

CINTRA, Lindley

1999, “Situação Actual da Lpno Mundo”, in FARIA, Isabela Hub (org.), *Lindley Cintra – Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*, Edições Cosmos e Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa: p. 289-300.

COELHO, F. Adolpho

1881, “Os dialectos romanicos ou neo-latinos na Africa, Asia e America”.. Lisboa: Casa da Soc. de Geografia. Disponível em: <http://www.gutenberg.org/files/33159/33159-h/33159-h.htm>.

COELHO, Elisângela Spencer

2009, *Caracterização do Português Falado em Cabo Verde*. Dissertação de Licenciatura. Disponível em:

<http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/1642/5/Enquadramento.pdf>. (Consultado a 26 de março de 2014).

COMRIE, Bernard

2001, *O Atlas das Línguas. A Origem e a Evolução das Línguas no Mundo*. Lisboa: Editora Estampa, Lda., 2001. [Original *The Atlas of Languages* (1996), Quatro Publishing plc (eds.)].

CRISTÓVÃO, Fernando (dir. e coord.)

2005, *Dicionário Temático da Lusofonia*. Lisboa: Textos Editores.

CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley

1996 (12ª. Edição), *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Edição dirigida por João Sá da Costa (1ª publicação: 1984), 23.

DIAS, Eduardo Mayone

1989, *Falares Emigrantes – Uma Abordagem ao seu Estudo*, Lisboa, Instituto de Cultura e Lp/ Ministério da Educação e Cultura, 1989 (Col. “Biblioteca Breve, vol. 113, série Língua Portuguesa”).

DIEGUES (org.), António Carlos

1997, *Ilhas e Sociedades Insulares*, Coletânea de textos apresentados no Seminário: Sociedades insulares, organizado pelo Núcleo Apoio à Pesquisa sobre Populações e Áreas Úmidas Brasileiras, São Paulo.

DO COUTO, Hildo Honório

2009, *A Questão da Gramaticalização nos Estudos Crioulos* [consult. 2013-03-24] Disponível em:
<http://www.didinho.org/a%20questao%20da%20gramaticalizacao%20nos%20es%20tudos%20crioulos.htm>.

ÉVORA, Silvino Lopes

2006, “A dualidade linguística no jornalismo cabo-verdiano”, 8 páginas, *Bocc – Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação*, Universidade da Beira Interior.

Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/evora-silvino-dualidade-linguistica-no-jornalismo.pdf> (Consultado a 21 de março de 2014).

FARIA, Luís e Suzana ABREU

2012, *Cabo Verde Terra da Morabeza - Uma Viagem através da sua História e Cultura*. Lisboa: A Associação Caboverdeana (ACV).

FERGUSON, Charles

1959. “Diglossia”. *Word*, vol. 15: 325-340.

FERNANDES, Gabriel,

2013, “A República de Santiago não Existe”, in *Vozes das Ilhas*. Cidade da Praia. Disponível em:

http://www.mdc.gov.cv/images/pdf/Revista_Vozes_das_Ilhas.pdf.

(Consultado em 31 de outubro de 2014)

FERNANDES, Hamilton Jair,

2010, “Cabo Verde, Escravatura, Rotas Comerciais e Crioulo”, in *Diário de África*. Disponível em:

<http://www.diariodaafrica.com/2010/04/cabo-verde-escravidao-rotas-comerciais.html>. (Consultado em 31 de outubro de 2014)

FERREIRA, Manuel

1973, *A Aventura Crioula – ou Cabo Verde: Uma Síntese Cultural e Étnica*, (2ª ed.). Lisboa: Plátano Editora.

1973, *No Reino de Caliban – Antologia Panorâmica da Poesia Africana de Expressão Portuguesa, 1º. Volume – Cabo Verde e Guiné-Bissau*. Lisboa: Seara Nova.

1977. *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa – I. Introdução Geral: Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa / M.E.I.C. – Secretaria de Estado da Investigação Científica, 1977 (Col. “Biblioteca Breve, vol. 6, série Literatura”).

FERREIRA, Maria Isabel Rodrigues Ferreira

1999, *Mitos e Utopias na Descoberta e Construção do Mundo Atlântico*. Funchal: Secretaria Regional do Turismo e Cultura/Centro de Estudos De História do Atlântico.

FIGUEIRA, Paulo

2012, “Os passos da identidade em *Entre Duas Bandeiras*, de Teixeira de Sousa, in: *Isleha - Temas Culturais das Sociedades Insulares Atlânticas*, n.º 51, julho-dezembro, Funchal, Direção regional de Assuntos Culturais, 75-94.

FILHO, João Lopes

1990, “Alguns Aspectos da *Revista Claridade* à Luz da Etnologia”, *Isleha - Temas Culturais das Sociedades Insulares Atlânticas* - n.º 7. Funchal: Secretaria Regional do Turismo e da Cultura / Direção Regional dos Assuntos Culturais, 73.

1992, “O Pelourinho da Antiga Ribeira Grande em Santiago de Cabo Verde”, *Isleha - Temas Culturais das Sociedades Insulares Atlânticas*, n.º 10. Funchal: Secretaria Regional do Turismo e da Cultura / Direção Regional dos Assuntos Culturais, 96.

1996, “A Escrita da Língua Cabo-Verdiana”, *Isleha - Temas Culturais das Sociedades Insulares Atlânticas*, n.º 18. Funchal: Secretaria Regional do Turismo e da Cultura / Direção Regional dos Assuntos Culturais, 77-84.

FORTIN, Marie-Fabienne

1999, *O Processo de Investigação: da Concepção à Realização*. Loures: Lusociência. D. L. (trad. de Nídia Salgueiro)

GORDON, Raymond G., Jr. (ed.)

2005, *Ethnologue: Languages of the World, Fifteenth edition*. Dallas, Texas: SIL International.

HOLM, John

1994 (Second impression), *Pidgins and Creoles – Volume II –Reference Survey*. Cambridge University Press. (First published 1989).

1995 (fourth impression), *Pidgins and Creoles – Volume I – Theory and Structure*. Cambridge University Press. (First published 1988).

HOLMES, Janet

1998 (Tenth impression). *An Introduction To Sociolinguistics*. Longman. London and New York. (First published 1992).

JOUBERT, Jean Louis, Amina OSMAN et Liliane RAMAROSOA

1993, *Littératures Francophones de l’Océan Indien – Anthologie*. Paris: ACCT/EOI.

KERKHOF, Maxim,

2003, “Le «trade-pidgin» afro-portugais pendant l’expansion portugaise”, *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, vol. XLVI, “Lusophonie et Multiculturalisme”, Centro Cultural Calouste Gulbenkian, Lisboa-Paris, 15-26.

LABAN, Michel

1998, *Cabo Verde - Encontro com Escritores*, Porto: Fundação Eng. António de Almeida.

LASSAGNE, François

“Créole, la naissance d’une langue”, *Science et Vie*, Paris, n.º 227, hors série juin 2004, 78-85.

LOPES, Amália Maria Vera-Cruz de Melo

2011, *As Línguas de Cabo Verde: uma Radiografia Sociolinguística*, tese de doutoramento em Linguística, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Departamento de Linguística Geral e Românica.

LOPES, Baltasar

1993, *Chiquinho*, 7ª. Edição portuguesa (3ª. Fac-Similada), dirigida, organizada e orientada por Manuel Ferreira. Lisboa: ALAC.

LORENZINO, Gerardo Augusto

1996, “Uma Avaliação Sociolinguística sobre São Tomé e Príncipe”, in Inês Duarte e Isabel Leiria (orgs.), *Congresso Internacional sobre o Português: Atas*, vol. III, Lisboa: Colibri e Associação Portuguesa de Linguística, 435-451.

LOUDE, Jean-Yves

2002, *Cap-Vert – Notes Atlantiques*, (accompagné de Viviane Lièvre), Arles, Actes Sud (Col. “Babel”, n.º 537).

MACEDO, Ana Gabriela e Maria Eduarda KEATING (org.)

2006, *Colóquio de Outono: Novos cosmopolitismos. Identidades Híbridas*, Universidade do Minho – Centro de Estudos Humanísticos. Braga: Edições Húmus.

MADEIRA, Ana Carla e Maria Manuela ABREU,

2004, *Comunicar em Ciência: como Redigir e Apresentar Trabalhos Científicos*. Lisboa: Escolar Editora.

MARCELLESI, J.B. & GARDIN, B.

1975, *Introdução à Sociolinguística*. Lisboa: Aster.

MARTINS, Amarílis Barbosa

2009, *Relações entre Portugal e Cabo Verde Antes e Depois da Independência*. Dissertação apresentada para obtenção do Grau de Mestre em Espaço Lusófono – Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

MATEUS, Maria Helena Mira e Esperança CARDEIRA

2007. *Norma e Variação*, Lisboa: Editorial Caminho (col. “O Essencial sobre Língua Portuguesa”).

MENDES, Amália

(2009). *Referencial para o Ensino em Português Língua Segunda em Cabo Verde, no Contexto da Oficialização da Língua Caboverdiana*. Dissertação de Mestrado, Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Disponível

em: <http://www.catedraportugues.uem.mz/?target=lista-bibliografia-cabo-verde>.(Consultado a 28 de julho de 2012).

MOTA, Alícia Maria da Cruz

2008 – *As Comunidades Imigrantes em Cabo Verde: os Chineses em São Vicente e a sua Participação no Desenvolvimento do Comércio*. Tese de mestrado em Geografia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, disponível em

http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/407/3/19893_ulfl056934_tm.pdf.
(Consultado a 28 de setembro de 2013).

MOTA, Maria Antónia

1996, “Línguas em contacto”, In: I.H. Faria *et al.*, (orgs.), *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 505-533.

OLIVEIRA, José Osório

1962 (Nova edição), *João que Mamou na Burra – Conto popular da Ilha do Fogo*. Lisboa: Literatura Africana, Sociedade de Expansão Cultural, 5-16.

PAIGC – Partido Africano Para a Independência da Guiné e Cabo Verde

1974, *História da Guiné e Ilhas de Cabo Verde*, Afrontamento. Porto.

PAIS, Maria João, *et al.*

2009, *Sociologia 12º. Ano*. Lisboa: Texto Editores, Lda.

PEREIRA, Dulce

2007a, “Aspectos Sociolinguísticos”, In: Projeto *Diversidade Linguística na Escola Portuguesa – ILTEC*.

2007b, *Crioulos de Base Portuguesa*, Lisboa, Editorial Caminho. (Col. “O Essencial sobre Língua Portuguesa”).

PINTO, Paulo Feytor

2010, *O Essencial sobre Política de Língua*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

QUINT, Nicolas

2000, “O Crioulo de Santiago (República de Cabo Verde)”, *Actas do XV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, vol. II. Braga: Associação Portuguesa de Linguística, 167-181.

2010, *Vamos Falar Caboverdiano, Língua e Cultura*. Versão portuguesa: Mafalda Mendes. Título original: *Parlons cap-verdien, langue et culture*. Consultor para a língua caboverdiana: Aires Semedo. L’ Harmattan.

RAMOS, Ivone

2008, *A Vida em Cabo Verde Decorre em Crioulo: Uma Pesquisa sobre o Ccve Suas funções*. Tese de licenciatura - Departamento de Estudos Portugueses. Universidade de Utreque.

RODRIGUES, Herculano

2007, *Cabo Verde - o Português e o Crioulo em Presença: Proposta de uma Abordagem Metodológica*. Dissertação de Mestrado, Covilhã: Universidade da Beira Interior.

RODRIGUES, Jorge Nascimento *et al.*

2009, *Portugal – O Pioneiro da Globalização – A Herança das Descobertas*. Famalicão: Centro Atlântico, Lda.

SANTOS, Aurélio

2006, *O Crioulo e o Português: Sugestões para uma Política do Idioma em Cabo Verde*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa.

SANTOS, Carlos,

(s/d), *Cultura e Comunicação: Um Estudo no Âmbito da Sociolinguística*. Disponível em <http://www.ipv.pt/forumedia/6/18.pdf>. (Consultado a 15 de outubro de 2012).

SARDINHA, Vítor

2008, “Um olhar sobre as práticas musicais madeirenses do século XX”, *In: A Madeira na História: Escritos sobre a Pré-Autonomia*. João Abel de Freitas (coord.). (1ª. Edição). Funchal: Âncora, 85-119.

SILVA, Filinto Elísio Correia e

2014, “Variações sobre uma entrevista, *in Diário de Notícias*, da Madeira, quarta-feira, de 15 de outubro de 2014.

SILVA NETO, Serafim da

1979, *História da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Presença – MEC.

SOUSA, Henrique Teixeira de

1991, “Cabo Verde – Uma Sociedade Horizontal”, *Islenha – Temas Culturais das Sociedades Insulares Atlânticas*, n.º 9, julho-dezembro. Funchal: DRAC, 124-127.

1999, “Os Falares das Ilhas de Cabo Verde”, *Islenha - Temas Culturais das Sociedades Insulares Atlânticas*, n.º 25, julho-dezembro. Funchal: DRAC, 5-25.

SOUSA, Maria José e Cristina Sales BAPTISTA

2011, *Como Fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios Segundo Bolonha*. 2ª. edição. Lisboa: PACTOR.

SOUZA, Alessandra

2012, “Multilinguismo em Bonfim/RR: o ensino de Lpno contexto da diversidade linguística”. Disponível em <http://repositorio.unb.br/handle/10482/11865>. (Consultado a 4 de setembro de 2013).

SPRANGER, Ana Isabel [*et. al*]

1984, *Antologia de Textos – História da Madeira*. Funchal: Governo Regional da Madeira – Secretaria Regional da Educação.

TARALLO, F. e ALKMIN, T.

1987. *Falares crioulos. Línguas em contato*. São Paulo, Ática (Série Fundamentos).

TEYSSIER, Paul

1990, “La négation dans les créoles portugais”, *In: Études de Littérature et de Linguistique*, Paris: Fundação Calouste Gulbenkian - Centro Cultural Português, pp. 243-254. (Col. “Civilização Portuguesa, X”)

1990, “A Lpno mundo”, in *Études de Littérature et de Linguistique*, Paris: Fundação Calouste Gulbenkian - Centro Cultural Português, 255-266. (Col. “Civilização Portuguesa, X”).

VEIGA, Manuel

1982, *Diskrison Strutural di Lingua Kaboverdianu*, Lisboa, Institutu Kabuverdianu Di Livru.

1995, *Introdução à Gramática do Crioulo*. São Vicente: Instituto Caboverdiano do Livro e o Disco.

2000, *Le Créole du Cap-Vert – Émergence et autonomisation*. Praia e Paris: Instituto de Promoção de Cabo Verde / Editions Karthala.

2004, *A Construção do Bilinguismo*. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

2007, “Conferência magistral 1: Ensino e Aprendizagem das Línguas em Meio Pluringue”. Praia: Atas do Colóquio Internacional”

2009, “O Crioulo e o Português em Cabo Verde”, *Sibila – Poesia e Crítica Literária*, na sua edição de 1 de abril de 2009, 8 páginas. Disponível em: <http://sibila.com.br/mapa-da-lingua/o-crioulo-e-o-portugues-em-cabo-verde/2753>. (Consultado em agosto de 2013).

”Na Língua de Téra”. Disponível em: <http://odjudagu.blogspot.pt/search/label/Na%20L%C3%ADngua%20di%20T%C3%A9ra>. (Consultado a 13 de agosto de 2014).

VIEIRA, Alberto *et al.*

2001, *História da Madeira*. Funchal: Secretaria Regional de Educação.

VILELA, Mário

2005, “O Cabo-verdiano visto por cabo-verdianos ou contributo para uma leitura da situação linguística em Cabo Verde”, *in: Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas*, II Série, vol. XXII. Porto, 633-653.

VILLAVA, Maria

2006, *O Essencial sobre Linguística*. Lisboa: Editorial Caminho.

VIRGÍNIO, Teobaldo

[s.d.]. *Vida crioula*. Lisboa: Bertrand. (Publicada na década de 1970).

Anexos

Anexo I: Governo de Cabo Verde - Resolução n.º 48/2005, de 14 de Novembro

(...)

a) A Resolução n.º8/96 (Boletim Oficial n.º12, de 30 de Abril), que aprova o Programa do Governo da V Legislatura, diz que em matéria da língua nacional: “O Governo pretende, com base nos estudos científicos que vêm sendo desenvolvidos e orientados por técnicos competentes na matéria, fixar metas e determinar etapas para a oficialização do crioulo... ao lado do português”.

b) De igual modo, o Decreto n.º67/98, de 31 de Dezembro, ao aprovar o ALUPEC, estabelece: “... Sendo o crioulo a língua do quotidiano em Cabo Verde e elemento essencial da identidade nacional, o desenvolvimento e valorização harmoniosos do País passam necessariamente pelo desenvolvimento e valorização da língua materna”.

c) Nessa mesma linha, a Resolução n.º8/98, publicada no Boletim Oficial n.º10, diz: “Será valorizado, progressivamente, o crioulo caboverdiano como língua de ensino”.

d) Também em Julho de 1999, a Assembleia Nacional, no acto da revisão constitucional, determina que, no tocante à língua nacional, deverão ser criadas as condições para a sua oficialização, em paridade com a língua portuguesa.

e) Neste mesmo sentido, o Programa do Governo desta VI Legislatura diz, em matéria de política linguística: “No domínio da língua, o Governo aprofundará a política de promoção e valorização do Crioulo ou Língua Caboverdiana tendo em vista a sua oficialização. Em concomitância, tomará igualmente medidas no sentido de fazer com que o País caminhe, progressivamente, para um bilinguismo assumido” (Boletim Oficial n.º6, 2º Suplemento, de 13/3/2001).

f) Diz a Constituição, ainda (artigo 9º, 3), que “Todos os cidadãos nacionais têm o dever de conhecer as línguas oficiais e o direito de usá-las”. (Se a Constituição fala de “línguas oficiais” e do “dever de conhecê-las e do direito de usá-las”, é porque ela reconhece, ainda que implicitamente, a oficialização das línguas referidas.)

g) A referida Carta Magna, no seu artigo 78º.3,f) diz que “Para garantir o direito à cultura, incumbe especialmente ao Estado: (...) Promover a defesa, a valorização e o desenvolvimento da língua materna caboverdiana e incentivar o seu uso na comunicação escrita”.

(...)

Por tudo isto, o “bilinguismo assumido” preconizado pelo actual Programa do Governo é uma exigência do valor histórico, social, cultural, patrimonial e sentimental das duas principais línguas da nossa vivência antropológica – o Caboverdiano e o Português. Ora, não é possível a construção de um “bilinguismo assumido” se não houver uma paridade real e progressiva, a nível de estatutos, de ensino e de utilização das duas línguas.

(...)

3. O Instituto Superior da Educação (ISE) deve incluir, no decurso de 2006, o processo de criação do Centro de Língua e Cultura Caboverdianas, com o objectivo prioritário de proceder ao estudo científico da língua e da cultura caboverdianas.

4. De igual modo, o Departamento governamental responsável pela área da investigação cultural continuará a aprofundar os estudos gramaticais, lexicográficos e sociolinguísticos da língua caboverdiana.

(...)

6. Na Administração Pública, na comunicação social, na literatura, nas artes, bem como nos actos públicos e/ou oficiais, a utilização é livre.

7. Nas aeronaves, deve-se encorajar o uso da língua caboverdiana, na variante em que o locutor/locutora é competente.

8. O Departamento governamental responsável pela área da Cultura incentivará a criação de prémios na área da investigação, da literatura, do teatro e da comunicação social.

9. Os estrangeiros que se interessam pelo estudo ou pelo ensino da língua caboverdiana devem ser acarinhados e estimulados pelo Departamento governamental responsável pela área da Cultura.

(...)

Fonte: <http://alupec.kauberdi.org/resolucao-48-2005.html> (Consultado a 12/9/2012).

Anexo II: Informantes – Entrevistas obtidas via correio eletrônico (2 exemplos)

Código (2-IM) - Vladimir Koenig v.koenig@uol.com.br, 31/08/2012

GRUPO I – CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA

1. Idade: <i>Mais de 50 anos X</i>	2. Escolaridade: <i>Pós-Doutorado</i>	3. Língua materna: <i>Crioulo</i>
4. Gênero: <i>Masculino</i>	5. Profissão/Ocupação: <i>Prof. Universitário Titular de Física Quântica Aposentado</i>	6. Naturalidade: <i>S. Filipe- Fogo – Cabo Verde</i>
7. Nacionalidade: <i>Caboverdiana</i>	8. País de residência atual: <i>Brasil</i>	9. Outras informações que julgar pertinentes

GRUPO II – O CRIOULO DE CABO VERDE E O PORTUGUÊS, EM 2012

1. Estará o crioulo caboverdiano, na atualidade, em conflito com o Português, língua oficial de Cabo Verde?

De maneira alguma. Sou autor de dicionário etimológico e de uma gramática e, verifiquei que há tantos étimos latinos e portugueses no crioulo, que não incompatibilizam-no com a língua portuguesa. Chamei o CRIOULO DE CABO VERDE de “CODÉ DE LÁCIU”.

2. Como se procedeu ou se procede a projeção da língua caboverdiana da oralidade para a escrita?

É fácil. Basta seguir a acentuação gráfica utilizada para a língua portuguesa, que é responsável por uma grande porcentagem etimológica do crioulo de Cabo Verde, obedecendo, logicamente, a regionalização (cada ilha de per si), posto que os povoamentos são de origens diversas, portanto originárias de culturas díspares.

3. Como é que essas duas línguas convivem em Cabo Verde e em Portugal?

Não posso responder a esta pergunta porque estou afastado de Cabo Verde há já meio século e não retornei. Todavia, entendo que deve ser pacífica e nunca centralizar-se numa utópica República de Santiago que está virada para o Leste, querendo impor sotaques, pronúncias e culturas africanas em todas as ilhas em detrimento de seculares culturas oriundas de países europeus.

4. Que futuro para a língua caboverdiana no quadro em que a língua oficial é a do ex-colonizador?

Entendo que é um país que deve ser bilíngue, visto que é impossível negar, de noite para dia, uma língua que foi usada durante 553 anos como segundo meio de comunicação e, também, em documentos oficiais. Não há como negar a história, a cultura e uso de uma língua.

5. Livre (diga o que achar pertinente sobre o crioulo, em crioulo ou noutra língua, sem se preocupar com a ortografia).

Entendo que se deve evitar o uso do “w”, “k” e “porque, sendo uma língua de origem latina, nesta língua estas letras não existem. Uns dizem que se deve usar “k” quando sucedido de “a”, “o” ou “u” nos sons linguo-palatais posteriores fracos ou átonos, deixando a letra “c” para as sílabas tônicas. Pergunto: - Por quê usar uma letra que não pertence à língua do étimo? Entendo que se deve usar apenas a letra “c” e usar para diferenciação fonológica - sílabas átonas ou tônicas - com os dois acentos: - agudo “ ´” (para abrir a sílaba) e circunflexo “ ^” (para fechar a sílaba). Desaparecerá o acento grave, considerando que o til “ ~” não é acento, mas sim um sinal de nasalização. Então, desaparecerá a ‘crase’ (que, na língua portuguesa, não é nome de acento mas sim um fenômeno gramatical que é caracterizado pelo encontro da preposição simples “a” com o artigo definido “a”. Então, este encontro é que se chama crase e o acento para caracterzá-lo é o acento grave. Assim, não se

esqueça que a Lp possui apenas três acentos: - agudo e grave para abrir a sílaba e o acento circunflexo para fechar.

6. De um ponto de vista social, qual das variantes considera mais importante? (Preencha com um X): Santiago São Vicente

Justifique a resposta ao item anterior: Não existe variante linguística em Cabo Verde, uma mais importante que outra. São nove ilhas: as ilhas do barlavento (Santo Antão, S. Vicente, S. Nicolau, Sal e Boavista) possuem pronúncias e sotaques muito parecidos, embora cada ilha possua “ene elevado a kapa pi” termos que só os falantes locais regionalizados sabem os valores semânticos. As ilhas do Maio e Santiago possuem o “badiu” muito virado para a África e as ilhas do Fogo e da Brava (de colonização eminentemente europeia) possuem termos que só eles conhecem, principalmente a ilha do Fogo que tem muita influência do francês e do latim. Por exemplo, alguém dá uma topada e diz “DIABO!”. Uma daquelas velhas analfabetas ouve esse ‘diabo’ e in contineti diz “Diberbuncadu fatuzés!”. Este é um tomo que é uma corruptela do latim puro “Ad verbum cadis factus est”. É uma esconjura latina para afastar o diabo e outros maus espíritos. Se se disser isso ao badiu ou a um falante de S. Vicente, ele não saberá o que quer dizer. No Fogo, um monte que não possui picos é chamado de “monron”, que é francês puro “mont rond”. Não se pode impor uma cultura ou falar central da Utópica República de Santiago, mas sim descentralizar, regionalizar e deixar que cada povo de cada ilha fale o seu individual multicientenário crioulo.

=====#####=====

Código (12-IF): Ana Josefa

GRUPO I – CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA

1. Idade: <i>De 41 a 50 Mais de 50 anos</i>	2. Escolaridade: <i>Mestrado</i>	3. Língua materna: <i>Crioulo (variante Santiago)</i>
4. Género: <i>Feminino</i>	5. Profissão/Ocupação: <i>Professora</i>	6. Naturalidade: <i>Cabo Verde</i>
7. Nacionalidade: <i>Dupla Portuguesa e Caboverdiana</i>	8. País de residência atual: <i>Portugal</i>	9. Outras informações que julgar pertinentes

GRUPO II – O CRIOULO DE CABO VERDE E O PORTUGUÊS, EM 2012

1. Estará o crioulo caboverdiano, na atualidade, em conflito com o Português, língua oficial de Cabo Verde?

Não me parece que haja conflito. Não há nenhuma guerra entre as línguas. O que temos neste momento é uma maior consciência da importância da língua materna e há um trabalho mais sério no sentido de sua valorização e da sua instrumentalização. O português não corre qualquer risco, vai continuar a ter a importância que sempre teve, pode é ter que partilhar o seu lugar de exclusividade em determinados espaços que antes eram “apenas seus”.

2. Como se procedeu ou se procede a projeção da língua caboverdiana da oralidade para a escrita?

Todas as línguas são faladas antes de serem escritas. A oralidade e a escrita são processos muito diferentes. Todos aprendem a falar de forma natural, mas a aprendizagem da escrita requer um ensino formal e poucos são os que aprenderem a escrever ser frequentar a escola.

A escrita da LCV é ainda um processo em construção. Apesar de termos uma proposta oficial de um alfabeto para a escrita da LCV desde 1998 (ALUPEC), poucos são os caboverdianos que a conhecem e que a utilizam. Este alfabeto foi revisto em 2009 e passou a ser denominado AK

(alfabetu Kabuverdianu – Alfabeto Caboverdiano). Este alfabeto permite escrever a LVC em qualquer uma das suas variantes dialetais, mediante as regras descritas no boletim oficial, contudo ainda falta determinar a ortografia das palavras e a variante padrão.

3. Como é que essas duas línguas convivem em Cabo Verde e em Portugal?

Em Cabo Verde o português continua a ser a língua de maior prestígio, mas gradualmente o caboverdiano tem vindo a ganhar espaço nalguns contextos que anteriormente eram exclusivos do português, nomeadamente nos meios de comunicação social e no atendimento dos serviços públicos e até no parlamento onde alguns deputados discursam em LCV e esses discursos são transcritos para as atas na língua em que foram proferidas, respeitando a variante utilizada. Nas campanhas eleitorais a língua mais usada é a LCV.

Há mais falantes de português que outrora, mas o nível de proficiência no português é mais reduzido. Apesar do prestígio, o português continua a ser a língua de constrangimento para a maioria dos caboverdianos.

Em Portugal há um interesse crescente pela LCV. A pouco e pouco tem deixado de ser vista apenas como a língua dos alunos com problemas a português na escola e começa a ser objeto de estudo e de aprendizagem. Há uma procura crescente de cursos de LCV e há muitos académicos não caboverdianos que estudam esta língua.

Na escola, temos o exemplo do Projeto Turma Bilingue caboverdiano /português que decorreu entre 2008 e 2012 onde alunos portugueses e de origem caboverdiana aprendiam o currículo escolar em ambas as línguas. Este projeto foi aprovado pelo ministério da educação e foi implementado numa escola oficial. A LCV era ensinada dentro do horário letivo, tal como português.

A música caboverdiana é bastante apreciada e muitas das vezes representa o primeiro contacto dos portugueses com a LCV.

4. Que futuro para a língua caboverdiana no quadro em que a língua oficial é a do ex-colonizador?

O futuro da LCV é bastante promissor. Os caboverdianos estão mais conscientes da sua importância e há uma preocupação crescente com a sua valorização tanto em Cabo Verde como na diáspora.

Tem aumentado significativamente a produção de estudos científicos sobre a LCV e a produção da literatura em LCV, é um tema quente nos debates políticos e da opinião pública, é a língua mais usada pelos caboverdianos na comunicação via internet.

A Universidade de Cabo Verde criou recentemente um curso de mestrado nesta área e a nível político foi criada a Comissão Nacional para as Línguas que terá um papel muito relevante na política de língua em Cabo Verde.

A oficialização da LCV é um tema em agenda.

5. Livre (diga o que achar pertinente sobre o crioulo, em crioulo ou noutra língua, sem se preocupar com a ortografia).

“Kriolu e spedju di nos alma.”

T. V. da Silva

6. De um ponto de vista social, qual das variantes considera mais importante? (Preencha com um X):

Santiago X São Vicente

7. Justifique a resposta ao item anterior:

Para além do facto de Santiago ser o berço da LCV, é nesta ilha que vivem 2/3 da população Caboverdiana residente e é esta variante que produz um maior número que obras em CV. É também esta variante que tem sido alvo de um maior número de estudos científicos.

=====#####=====

Spinola; 25. Julia Melicio Pereira; 26. alipio fernandes; 27. sandra delgado; 28. Emilio Brazão; 29. Manuel Veiga; 30. Ana Maria Freire; 31. Mário Matos; 32. MDC / Asse - Anabela Rodrigues de Jesus Teixeira; 33. Agnelo Montrond; 34. sines caboverdeana; 35. Info Cabolive; 36. MFP / IGF - Marciano Moreira; 37. antonino veiga; 38. oswaldo soares; 39. IC - Nelson de Pina; IC – 40. Anilta Silva; 41. Ângela Barbosa.
Assunto: Re: Questionário sobre o crioulo para o trabalho de mestrado de um colega que vive na Madeira.

=====~~###~~=====

Anexo III: Friso cronológico da História de Cabo Verde

- 1415** Início da Expansão marítima portuguesa, com a conquista da cidade de Ceuta.
- 1434** Aranque das expedições de reconhecimento pela costa africana com a proteção do Infante D. Henrique.
- 1446** Navegador Nuno Tristão chegou aos territórios da Guiné e foi morto pelos nativos.
- 1452** Papa Nicolau V concedeu ao rei de Portugal D. Afonso V e seus sucessores, através da Bula Dum Diversas, a faculdade de conquistar e subjugar as terras dos “infiéis”.
- 1456** Cadamosto, numa viagem de regresso de exploração da costa de África, desviado da rota por uma tempestade, viu dois penedos ao longe: O Pico d’António (Santiago) e vulcão da ilha do Fogo.
- 1460** António de Noli e Diogo Gomes descobriram o primeiro grupo de ilhas do arquipélago de Cabo Verde, desabitado.
- 1461** Diogo Afonso descobriu as restantes ilhas do arquipélago, desabitadas.
- 1462** Primeiros povoadores de Cabo Verde. Instalaram-se na Ribeira Brava, Santiago (Cidade Velha).
- 1466** Carta Régia de D. Afonso V a D. Fernando, autorizando o comércio e tráfico de escravos em todas as regiões da costa da Guiné, exceto Arguim.
- 1479** Tratado de Alcáçovas, que atribui a Portugal o senhorio da Guiné, Cabo Verde, Açores e Madeira.
- 1487** Bartolomeu Dias supera o Cabo das Tormentas ou Cabo da Boa Esperança (África do Sul).
- 1497** Vasco da Gama parou em Cabo Verde na rota do caminho marítimo para a Índia, contornando o Cabo das Tormentas.
- 1498** Perseguição aos Judeus pela Igreja Católica em Portugal. Muitos foram para Cabo Verde, exilados pelo rei D. Manuel. A Inquisição ganhou cada vez mais poder. Os Judeus só tiveram duas hipóteses: passar a ser cristão-novo ou serem queimados em Autos de Fé (adotam nomes de árvores, frutos ou animais, por exemplo: Pinheiro, Oliveira, Pereira, Pimentel, Silva, Lima, Carvalho, Cordeiro, Pinto, Leitão, Leão, Lobo, Rosa).
- 1513** Primeiro censo oficial da população da vila da Ribeira Grande, 50 anos após povoamento inicial: 162 residentes (58 brancos, 12 padres, 16 negros livres e 76 soldados e condenados) e cerca de 13 000 escravos.
- 1533** Ribeira Grande (Santiago) elevada a cidade.
- 1536** Inquisição Portuguesa. Ações de tortura durante a instrução dos processos. Exposição dos condenados na praça pública pelo Santo Ofício. Morreram queimados em Autos de Fé, com grande encenação (Portugal).
- 1538** Grupo de habitantes de Cabo Verde pediu, em vão, à Coroa portuguesa que a Inquisição se instalasse em Cabo Verde. Protestaram dizendo que cerca de 200 judeus ou cristãos novos viviam com africanos nas costas dos territórios da Guiné (Senegâmbia). Supõe-se que, na realidade, tivesse a ver com os lançados, que lhes faziam concorrência nos negócios, à margem da regulamentação imposta pela Coroa portuguesa.
- 1620** Pescadores ingleses de bacalhau começaram a escalar as ilhas de Maio e Sal antes de se dirigirem à Terra Nova e Canadá (aquisição de sal, cerca de 80 embarcações por ano). Vila do Maio apelidada “Porto Inglez”.
- 1643** Uma embarcação proveniente de Boston (Estados Unidos) foi à ilha do Maio comprar “africões” para os vender em Barbados e comprar melão para a produção de rum.

- 1650** Início do período mais próspero do comércio escravocrata na Costa da Guiné que perdurou até 1800 e em que os franceses, holandeses e ingleses desempenharam um papel muito importante e mais preponderante que o dos portugueses.
- 1652** Padre António Vieira pregou na Capela de Santiago, antes de prosseguir caminho para o Brasil.
- 1701** Carta régia aos donos de escravos em Cabo Verde, instando-os a não impedir casamentos entre negros livres e mulheres escravas.
- 1766** (Década de 1766 até 1776): Cerca de 95 000 peças de vestuário típico fabricadas em Cabo Verde com teares foram levadas para a costa da Guiné como moeda de troca na compra de escravos.
- 1795** Início do povoamento de São Vicente (dependente judicialmente da ilha de Santo Antão).
- 1830** Seca e fome no arquipélago. Cerca de 42% da população morreu.
- 1832** Charles Darwin passou por Cabo Verde numa viagem à volta do mundo e testemunhou o tráfico de escravos.
- 1839** John Lewis obteve licença para uma companhia inglesa instalar depósitos flutuantes de carvão na cidade do Mindelo (São Vicente).
- 1837** Eugénio Tavares (1837 -1930) nasceu na ilha de Brava: Grande compositor de mornas (um género musical e de dança de Cabo Verde, tradicionalmente tocada com instrumentos acústicos; a morna reflete a realidade insular do povo de Cabo Verde, o romantismo intoxicante dos seus trovadores e o seu amor à terra - ter de partir e querer ficar). Homem das Letras e Cultura Cabo-verdianas, bem como grande conhecedor do Crioulo.
- 1863** Fome em todo o arquipélago. Chegaram mantimentos de Lisboa, S. Tomé e da Madeira. Malária e gripe fizeram muitas vítimas. Começou a emigração em larga escala.
- 1864** Chegaram a New Bedford as primeiras mulheres emigrantes e início da primeira comunidade Cabo-verdiana nos EUA.
- 1880** Início da tradição de escrita espontânea em Crioulo.
- 1901** (1901-1959) - Cerca de 290 mil cabo-verdianos morreram de fome.
- 1910** Dois padres condenaram publicamente a prisão de um pequeno grupo de mulheres que colheram ilegalmente sementes de purgueira (usada no fabrico de sabão, cuja colheita e exportação era monopólio de Portugal. Este protesto transformou-se em revolta. A prisão de Santa Cruz (Santiago) foi atacada pelos populares: Não há brancos, nem pretos, nem ricos, nem pobres, agora somos todos iguais!)¹⁰⁴
- 1920** População no arquipélago: 160 000. Preponderância de mulheres (188 para 100) devido à emigração.
- 1922** “Contratados” partem para S. Tomé por causa da fome e falta de perspectivas: Cerca de 12 000 Cabo-verdianos menos afortunados para as roças em S. Tomé, com contratos que afinal são trabalho forçado. Muitos não regressam e os que o fazem, continuam pobres.
- 1924** Eugénio Tavares publica no jornal O Manduco, nº. 11, o artigo *Lingua de Pretos*, no qual critica as atitudes pouco abonatórias que tinham sido tomadas em relação ao Crioulo.
- 1932** Publicação em *Lingua Cabo-verdiana* do livro *Mornas – Cantigas Crioulas*, de Eugénio Tavares.
- 1933** Instauração, em Portugal, do chamado “Estado Novo” assente nos pilares “Deus, Pátria e Família”, liderado por António de Oliveira Salazar, o qual vigorou até 25 de abril de 1974.
- 1944** Ildo Maria feijó publica Um Breve Ensaio Filológico sobre o Crioulo.
- 1934** (...) Sob a liderança de Nhô Ambrósio, populares saqueiam armazéns e estabelecimentos comerciais para distribuir pelo povo, Incidente celebrizado em canções e manifestações artísticas, conhecido pela “Revolta do Capitão Ambrósio”
- 1946** (1946-1948) – Seca e fome em Cabo Verde. Santiago perdeu 65% da população total do arquipélago diminuiu para 140 000. Morreu 15% da população. Portugal altera a designação de “colónia” para “província ultramarina”.
- 1956** Amílcar Cabral fundam o Partido para a Independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC).

¹⁰⁴ V. Luís António Faria *et al.*, *Cabo Verde Terra de Morabeza – Uma Viagem através de sua História e Cultura*, Associação Caboverdiana, Lisboa, 2012, p. 174.

- 1957** Baltazar Lopes da Silva publica o *Dialecto Crioulo de Cabo Verde*.
- 1959** Massacre de Pidjiguiti, por parte das autoridades portuguesas, em Bissau, do qual resultou na morte de cerca de 50 pessoas.
- 1961** (1961-1969) - Guerra Colonial e início do surgimento de grandes mudanças sociais, políticas, culturais e económicas nas Colónias.
- 1968** *Folclore do Arquipélago de Cabo Verde*, uma tradução em português, feita por Gregório Teixeira da Silva (da ilha do Fogo) de um original sobre contos e adivinhas, recolhidas pela norte-americana Elsie Clews Parsons, nos anos 1916 e 1917, publicada em dois volumes (inglês+Crioulo).
- 1970-1974:** Intensificação da luta armada dos independentistas nas colónias.
- 1973** Amílcar Cabral, líder do PAIGC, é assassinado em Conacri, em circunstâncias que ainda foram totalmente esclarecidas.
- 1974** O regime do “Estado Novo”, a mais antiga ditadura europeia, é deposto. A vitória obtida pelos combatentes do PAIGC sobre o exército colonial de Portugal conduziu a que, em 1974, Guiné-Bissau se tornasse um estado independente.
- 1975** Solenemente declarada a independência de Cabo Verde.
- 1979** Realização do *Colóquio de Mindelo*, no qual foi proposto um alfabeto de base fonética e fonológica
- 1982** Manuel Veiga publica *Diskrison Strutural di Lingua Kabuverdianu*.
- 1985** (1985-1997) Tomé Varela publica diversos livros de divulgação e prática da escrita do Crioulo, com destaque para a compilação de estórias tradicionais, adivinhas, provérbios, adágios e poesia: *Na Boka Noti Volume I; Tenpu di Tenpu, Konparason di Konbêrsu*.
- 1987** (1987 -1992): Implementação de um projeto de alfabetização de adultos em crioulo, no Ministério da Educação de C. Verde, financiado pela Cooperação Suíça, de acordo com as diretrizes da IV Conferência Internacional de Educação de Adulto (1985), organizada pela UNESCO¹⁰⁵
- 1989** *Crioulo de S. Nicolau de Cabo Verde*, de Eduardo Augusto Cardoso, uma obra sobre a variante dialectal do Crioulo.
- 1989** *Fórum sobre Alfabetização Bilingue (Praia)*, apresentando uma *Proposta de Grafia* oposta à de 1979 (Colóquio de Mindelo).
- 1992** Primeira Constituição de Cabo Verde, revista em 1999.
- 1999 Revisão constitucional da qual destaca o Artigo 9º - (*Línguas oficiais*) 1. *É língua oficial o Português.* 2. *O Estado promove as condições para a oficialização da língua materna cabo-verdiana, em paridade com a língua portuguesa.* 3. *Todos os cidadãos nacionais têm o dever de conhecer as línguas oficiais e o direito de usá-las.*
- 2006** Apresentação do livro *Proposta de Bases do Alfabeto Unificado para a escrita do Cabo-Verdiano*, da autoria de diversas personalidades (Manuel Veiga, Alice Matos, Dulce Duarte, Eduardo Cardoso, Inês Brito, Hopffer Almada e Tomé Varela).
- 2008** Mesa-Redonda sobre avaliação do “Alupeç”.
- 2009** Aprovação do Alfabeto a título definitivo.
- 2013** Abertura, a título experimental, de uma cadeira bilingue em duas escolas do ensino básico integrado, com duração de seis anos letivos, do 1º ao 6º ano de escolaridade, na qual os docentes lecionam a língua cabo-verdiana, em Alfabeto Cabo-Verdiano (ex-ALUPEC = Alfabeto Unificado para a Escrita do Cabo-Verdiano) e a portuguesa em simultâneo; *Jornal da Noite di “TCV” na Lingua Kabuverdianu; Forum Parlamentar por um bilinguismo Social Efectivo – Oficialização da Língua Cabo-verdiana*, na Assembleia Nacional de C. Verde.

=====#####=====

¹⁰⁵ Mais tarde designado *Projecto Experimental de Alfabetização Bilingue*, sendo o Crioulo a primeira língua.

Anexo IV: Filósofo e escritor, conselheiro do Primeiro-ministro de Cabo Verde escreve regularmente no *Diário de Notícias da Madeira*

Sexta, 18 de Julho de 2014

Opinião

Do cantar, irmão¹⁰⁶

Filinto Elísio *

Relicário

Cada um celebra o seu 5 de Julho como quer e como pode, sendo a Independência Nacional, data histórica e existencial, de todos e de cada um. No que concerne à causa coletiva - hino, bandeira, ato solene, homenagem e condecoração -, não se deve furtar à solenidade oficial, posto tudo fazer parte da República, conforme vaticínio do poeta Mário Fonseca, em “quando a vida nascer”. Já no que concerne à coisa individual, a História tem o condão de formular para cada um suas estórias, com euforias e desânimos, avanços e recuos, realizações e frustrações, pois nada é linear nesta vida, tal como o mundo, este paradoxo às voltas. Há ali objetividades e subjetividades, como aqui axiomas e incógnitas, porquanto soberania, na cadeia de valores, seja pré-requisito da democracia e esta condição qualificadora do desenvolvimento. (...)



Anexo V: Outros documentos

106 Fonte: <http://www.dnoticias.pt/imprensa/diario/opiniaio/459841-do-cantar-irmao>. (Consultado a 18 de julho de 2014, adaptado).

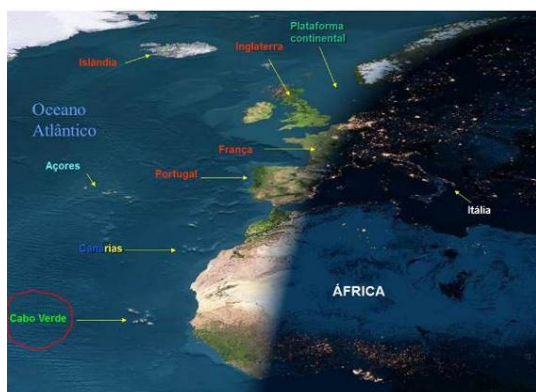


Figura 3

Cartaz em Diversas línguas.

Fonte: Internet

Figura 2: "FORUM PARLAMENTAR: Por um bilinguismo Social Efectivo - Oficialização da Língua Cabo-verdiana". N sta ladiadu pa 2 profesor liseal - kel di nha ladu direitu, e profesora di purtuges i kel otu, di kabuverdianu, sendu ses nomis Herminia Curado Ferreira i Gil Moreira, respetivamente. Dr^a Ferreira, ex-Deputada Nasional, e autor di un manual di lingua kabuverdianu. Dr. Moreira e un artista multifasetadu, ku obras dezignadamenti na aria di teatru ku muzika. Fonte: Marciano Moreira (ao centro, na figura).



Mapa 2: Cabo Verde. (no canto inferior esquerdo). Fonte: Satélite/Internet.



Figura 4: O autor, à direita, rodeado de familiares e amigos, dialogando em Crioulo. e em português, em Cabo Verde (Achada de Santo António – Praia Santiago), em 1988, durante uma das etapas de recolha de material para este trabalho.

Tomada de posse da Comissão Nacional para as Línguas

“LEITURA: Comissão Nacional para as Línguas toma posse, 30 Outubro 2012

O Ministério da Cultura dá posse à Comissão Nacional para as Línguas. A cerimónia acontece na tarde desta terça-feira na sala de conferências do Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

Composta por académicos da área de estudos linguísticos, literatura, filosofia, escritores e professores e, por elementos da sociedade civil, residentes e na diáspora, a Comissão Nacional para as Línguas é um órgão consultivo do Governo no que toca à política linguística, nacional e internacional.

O Ministério da Cultura enquanto Instituição responsável pelas políticas de língua, através da Resolução n.º47/2012 criou este único órgão para estimular o contacto de línguas que acontece naturalmente em Cabo Verde.

Tendo em conta que as línguas mais usadas na sociedade cabo-verdiana, são o crioulo cabo-verdiano, o português e a língua gestual, o objectivo primordial da Comissão Nacional para as Línguas é fazer com que a nossa sociedade e o país Cabo Verde seja um país afectivamente bilingue, num ambiente de consenso e de Amor”. (*sic*).

Fonte: <http://asemana.publ.Cabo Verde/spip.php?article81613&ak=1>